

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01866-0	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CPFL ENERGIA S.A.	3 - CNPJ 02.429.144/0001-93
4 - NIRE		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO Rua Ramos Batista, 444		2 - BAIRRO OU DISTRITO Vila Olímpia		
3 - CEP 04552-020	4 - MUNICÍPIO São Paulo			5 - UF SP
6 - DDD 019	7 - TELEFONE 3756-8018	8 - TELEFONE -	9 - TELEFONE -	10 - TELEX
11 - DDD 019	12 - FAX 3756-8392	13 - FAX -	14 - FAX -	
15 - E-MAIL cpfl@cpfl.com.br				

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME José Antonio de Almeida Filippo				
2 - ENDEREÇO COMPLETO Rodovia Campinas Mogi-Mirim, km. 2,5			3 - BAIRRO OU DISTRITO Jardim Santana	
4 - CEP 13088-900	5 - MUNICÍPIO Campinas			6 - UF SP
7 - DDD 019	8 - TELEFONE 3756-8704	9 - TELEFONE -	10 - TELEFONE -	11 - TELEX
12 - DDD 019	13 - FAX 3756-8777	14 - FAX -	15 - FAX -	
16 - E-MAIL jfilippo@cpfl.com.br				

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO	1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL
1 - Último	01/01/2004	31/12/2004
2 - Penúltimo	01/01/2003	31/12/2003
3 - Antepenúltimo	01/01/2002	31/12/2002
4 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes		5 - CÓDIGO CVM 00385-9
6 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO José Carlos Amadi		7 - CPF DO RESP. TÉCNICO 060.494.668-66

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01866-0	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CPFL ENERGIA S.A.	3 - CNPJ 02.429.144/0001-93
---------------------------	---	--------------------------------

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Mil)	1 31/12/2004	2 31/12/2003	3 31/12/2002
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	451,629	4,118,698	3,390,998
2 - Preferenciais	0	0	0
3 - Total	451,629	4,118,698	3,390,998
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Privada Nacional
4 - CÓDIGO ATIVIDADE 112 - Energia elétrica
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL Gestão de Participações Societárias (Holdings)
6 - TIPO DE CONSOLIDADO Total

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ÍTEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO

1 - ÍTEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - TIPO AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
01	RCA	28/07/2004	Dividendo	29/09/2004	ON	0.0303071506
02	RCA	16/03/2005	Dividendo		ON	0.3103139463

01.09 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA 22/03/2005	2 - ASSINATURA
------------------------	----------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01866-0	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CPFL ENERGIA S.A.	3 - CNPJ 02.429.144/0001-93
---------------------------	---	--------------------------------

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2004	4 - 31/12/2003	5 - 31/12/2002
1	Ativo Total	4,377,360	4,257,816	3,852,998
1.01	Ativo Circulante	622,725	164,499	20,556
1.01.01	Disponibilidades	186,385	81,338	162
1.01.02	Créditos	436,340	83,161	17,329
1.01.02.01	Dívidendos e Juros sobre o Capital	387,387	53,262	3,880
1.01.02.02	Devedores Diversos	115	0	0
1.01.02.03	Títulos e Valores Mobiliários	0	12,120	0
1.01.02.04	Tributos a compensar	48,838	17,779	13,449
1.01.03	Estoques	0	0	0
1.01.04	Outros	0	0	3,065
1.01.04.01	Despesas Pagas Antecipadamente	0	0	3,065
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	0	514,556	222,164
1.02.01	Créditos Diversos	0	0	0
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	514,556	222,164
1.02.02.01	Com Coligadas	0	0	0
1.02.02.02	Com Controladas	0	514,556	222,164
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.03	Outros	0	0	0
1.03	Ativo Permanente	3,754,635	3,578,761	3,610,278
1.03.01	Investimentos	3,754,635	3,569,819	3,610,278
1.03.01.01	Participações em Coligadas	0	0	0
1.03.01.02	Participações em Controladas	3,754,635	3,569,819	3,610,278
1.03.01.02.01	Participações Societárias Permanentes	2,735,310	3,582,161	3,620,740
1.03.01.02.02	Ágio e Deságio	1,019,325	(12,342)	(10,462)
1.03.01.03	Outros Investimentos	0	0	0
1.03.02	Imobilizado	0	0	0
1.03.03	Diferido	0	8,942	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01866-0	CPFL ENERGIA S.A.	02.429.144/0001-93

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2004	4 - 31/12/2003	5 - 31/12/2002
2	Passivo Total	4,377,360	4,257,816	3,852,998
2.01	Passivo Circulante	168,642	138,439	1,708,219
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	14,174	0	937,834
2.01.01.01	Encargos de Dívidas	3,556	0	0
2.01.01.02	Empréstimos e Financiamentos	10,618	0	937,834
2.01.02	Debêntures	0	137,715	769,786
2.01.02.01	Encargos de Debêntures	0	137,715	0
2.01.02.02	Debêntures	0	0	769,786
2.01.03	Fornecedores	6,831	405	71
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	4,489	312	11
2.01.05	Dividendos a Pagar	140,147	0	0
2.01.06	Provisões	0	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	58	0	517
2.01.08	Outros	2,943	7	0
2.01.08.01	Obrigações Estimadas	7	4	0
2.01.08.02	Derivativos	2,934	0	0
2.01.08.03	Outros	2	3	0
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	112,736	721,990	0
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	95,558	0	0
2.02.02	Debêntures	0	721,990	0
2.02.03	Provisões	0	0	0
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.02.05	Outros	17,178	0	0
2.02.05.01	Derivativos	17,178	0	0
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	4,095,982	3,397,387	2,144,779
2.05.01	Capital Social Realizado	4,082,036	4,940,998	3,390,998
2.05.02	Reservas de Capital	0	0	0
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	0	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	13,946	0	0
2.05.04.01	Legal	13,946	0	0
2.05.04.02	Estatutária	0	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	(1,543,611)	(1,246,219)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01866-0	CPFL ENERGIA S.A.	02.429.144/0001-93

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2004 a 31/12/2004	4 - 01/01/2003 a 31/12/2003	5 - 01/01/2002 a 31/12/2002
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	0	0	0
3.02	Deduções da Receita Bruta	0	0	0
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	0	0	0
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	0	0	0
3.05	Resultado Bruto	0	0	0
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	390,951	(297,392)	(702,246)
3.06.01	Com Vendas	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(32,018)	(18,343)	(23,578)
3.06.03	Financeiras	(54,091)	(293,732)	(334,447)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	156,740	13,317	4,276
3.06.03.01.01	Juros sobre o Capital Próprio	114,653	0	0
3.06.03.01.02	Outras	42,087	13,317	4,276
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(210,831)	(307,049)	(338,723)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	477,060	14,683	(344,221)
3.07	Resultado Operacional	390,951	(297,392)	(702,246)
3.08	Resultado Não Operacional	2,621	0	6,183
3.08.01	Receitas	5,272	0	6,236
3.08.02	Despesas	(2,651)	0	(53)
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	393,572	(297,392)	(696,063)
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	0	0	0
3.11	IR Diferido	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	(114,653)	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Exercício	278,919	(297,392)	(696,063)
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	451,629	4,118,698	3,390,998
	LUCRO POR AÇÃO	0.61758		
	PREJUÍZO POR AÇÃO		(0.07221)	(0.20527)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01866-0	CPFL ENERGIA S.A.	02.429.144/0001-93

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2004 a 31/12/2004	4 - 01/01/2003 a 31/12/2003	5 - 01/01/2002 a 31/12/2002
4.01	Origens	1,786,540	2,062,436	(31,382)
4.01.01	Das Operações	(160,632)	(312,990)	(359,236)
4.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Exercício	278,919	(297,392)	(696,063)
4.01.01.02	Vls. que não repr. mov. Cap. Circulante	(439,551)	(15,598)	336,827
4.01.01.02.01	Amortização Ágio e Deprec do Imobilizado	42,359	1,880	(1,213)
4.01.01.02.02	Varição Monetária e Cambial de L Prazo	(28,350)	(9,949)	0
4.01.01.02.03	Equivalência Patrimonial	(477,060)	(14,683)	344,221
4.01.01.02.04	Perdas (Ganhos) em Mud.Part.Acion.Subs.	(2,621)	0	0
4.01.01.02.05	Perdas (Ganhos) não realiz Inst. Derivat	17,178	0	0
4.01.01.02.06	Outros	8,943	7,154	(6,181)
4.01.02	Dos Acionistas	684,649	1,200,000	0
4.01.02.01	Integralização de Capital	684,649	1,200,000	0
4.01.03	De Terceiros	1,262,523	1,175,426	327,854
4.01.03.01	Financiamentos de L Prazo e Debêntures	224,764	900,000	0
4.01.03.02	Contratos de Mútuo	435,256	0	0
4.01.03.03	Dividendo e Jrs s/Capital de Controladas	601,905	275,426	161,958
4.01.03.04	Resgate de Ações Prefer. de Controlada	0	0	163,632
4.01.03.05	Outros	598	0	2,264
4.02	Aplicações	1,358,517	348,713	872,186
4.02.01	Transf.Exigível L.Prazo p/ Circulante	111,566	0	650,000
4.02.02	Dividendos e Jrs s/ Capital Próprio	264,973	0	0
4.02.03	Resgate de Debêntures	721,990	178,010	0
4.02.04	Adições do Diferido	0	16,096	0
4.02.05	Contratos de Mútuo	259,988	154,607	0
4.02.06	Adiantamento p/Futuro Aumento de Capital	0	0	222,164
4.02.07	Outros	0	0	22
4.03	Acréscimo/Decréscimo no Cap. Circulante	428,023	1,713,723	(903,568)
4.04	Varição do Ativo Circulante	458,226	143,943	(21,241)
4.04.01	Ativo Circulante no Início do Exercício	164,499	20,556	41,797
4.04.02	Ativo Circulante no Final do Exercício	622,725	164,499	20,556
4.05	Varição do Passivo Circulante	30,203	(1,569,780)	882,327
4.05.01	Passivo Circulante no Início Exercício	138,439	1,708,219	825,892
4.05.02	Passivo Circulante no Final do Exercício	168,642	138,439	1,708,219

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01866-0	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CPFL ENERGIA S.A.	3 - CNPJ 02.429.144/0001-93
---------------------------	---	--------------------------------

05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2004 A 31/12/2004 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAValiaÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	4,940,998	0	0	0	(1,543,611)	3,397,387
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	(858,962)	0	0	0	1,543,611	684,649
5.03.01	Red.de Capital com Absorção de Prejuízos	(1,543,611)	0	0	0	1,543,611	0
5.03.02	Aumento de Capital	684,649	0	0	0	0	684,649
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	278,919	278,919
5.07	Destinações	0	0	0	13,946	(278,919)	(264,973)
5.07.01	Reserva Legal	0	0	0	13,946	(13,946)	0
5.07.02	Dividendos Intermediários	0	0	0	0	(124,826)	(124,826)
5.07.03	Dividendos Declarados	0	0	0	0	(140,147)	(140,147)
5.08	Outros	0	0	0	0	0	0
5.09	Saldo Final	4,082,036	0	0	13,946	0	4,095,982

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01866-0	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CPFL ENERGIA S.A.	3 - CNPJ 02.429.144/0001-93
---------------------------	---	--------------------------------

05.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2003 A 31/12/2003 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	3,390,998	0	0	0	(1,246,219)	2,144,779
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	1,550,000	0	0	0	0	1,550,000
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	(297,392)	(297,392)
5.07	Destinações	0	0	0	0	0	0
5.08	Outros	0	0	0	0	0	0
5.09	Saldo Final	4,940,998	0	0	0	(1,543,611)	3,397,387

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01866-0	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CPFL ENERGIA S.A.	3 - CNPJ 02.429.144/0001-93
---------------------------	---	--------------------------------

05.03 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2002 A 31/12/2002 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	54	0	0	0	(550,156)	(550,102)
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	3,390,944	0	0	0	0	3,390,944
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	(696,063)	(696,063)
5.07	Destinações	0	0	0	0	0	0
5.08	Outros	0	0	0	0	0	0
5.09	Saldo Final	3,390,998	0	0	0	(1,246,219)	2,144,779

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01866-0	CPFL ENERGIA S.A.	02.429.144/0001-93

06.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2004	4 - 31/12/2003	5 - 31/12/2002
1	Ativo Total	12,618,121	12,050,445	12,361,861
1.01	Ativo Circulante	3,222,665	2,375,678	2,791,608
1.01.01	Disponibilidades	817,724	374,612	176,659
1.01.02	Créditos	1,765,674	1,747,760	2,203,017
1.01.02.01	Consumid, Concession. e Permissionários	1,572,487	1,478,760	1,628,965
1.01.02.02	Coligadas, Controladas e Controladora	0	0	117
1.01.02.03	Devedores Diversos	68,944	75,300	292,903
1.01.02.04	Títulos e Valores Mobiliários	0	12,120	87,019
1.01.02.05	Tributos a Compensar	174,663	222,161	226,847
1.01.02.06	Provisão para Crédit.de Liquid. Duvidosa	(50,420)	(40,581)	(32,834)
1.01.03	Estoques	7,575	7,930	8,451
1.01.04	Outros	631,692	245,376	403,481
1.01.04.01	Diferimento de Custos Tarifários	463,928	96,500	302,659
1.01.04.02	Despesas Pagas Antecipadamente	9,425	9,276	12,869
1.01.04.03	Outros	158,339	139,600	87,953
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	2,670,139	2,386,382	1,780,362
1.02.01	Créditos Diversos	1,797,625	1,275,367	1,200,444
1.02.01.01	Consum., Concession. e Permissionários	582,290	728,074	768,202
1.02.01.02	Devedores Diversos	125,259	148,225	217,064
1.02.01.03	Tributos e Valores Mobiliários	850	850	850
1.02.01.04	Tributos a Compensar	33,551	24,041	11,404
1.02.01.05	Créditos Fiscais Diferidos	1,055,675	374,177	202,924
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	7,620	0
1.02.02.01	Com Coligadas	0	7,620	0
1.02.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.03	Outros	872,514	1,103,395	579,918
1.02.03.01	Depósitos Judiciais	145,396	97,162	67,405
1.02.03.02	Diferimento de Custos Tarifários	580,232	906,384	416,933
1.02.03.03	Despesas Pagas Antecipadamente	49,186	4,473	6,290
1.02.03.04	Outros	97,700	95,376	89,290
1.03	Ativo Permanente	6,725,317	7,288,385	7,789,891
1.03.01	Investimentos	2,841,132	2,028,679	2,224,100
1.03.01.01	Participações em Coligadas	0	0	0
1.03.01.02	Participações em Controladas	2,019,045	1,185,244	1,359,663
1.03.01.02.01	Ágio e Deságio	2,019,045	1,185,244	1,359,663
1.03.01.03	Outros Investimentos	822,087	843,435	864,437
1.03.01.03.01	Bens de Renda	791,835	812,940	829,679
1.03.01.03.02	Outros	30,252	30,495	34,758
1.03.02	Imobilizado	3,826,864	3,095,660	3,058,703
1.03.02.01	Imobilizado	4,414,917	3,639,203	3,553,764

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01866-0	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CPFL ENERGIA S.A.	3 - CNPJ 02.429.144/0001-93
---------------------------	---	--------------------------------

06.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/12/2004	4 -31/12/2003	5 -31/12/2002
1.03.02.02	(-) Obrig Espec Vinculadas à Concessão	(588,053)	(543,543)	(495,061)
1.03.03	Diferido	57,321	2,164,046	2,507,088

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01866-0	CPFL ENERGIA S.A.	02.429.144/0001-93

06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2004	4 - 31/12/2003	5 - 31/12/2002
2	Passivo Total	12,618,121	12,050,445	12,361,861
2.01	Passivo Circulante	2,997,243	2,512,970	4,839,211
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	904,321	860,692	2,422,347
2.01.01.01	Encargos de Dívidas	39,748	65,850	79,984
2.01.01.02	Empréstimos e Financiamentos	864,573	794,842	2,342,363
2.01.02	Debêntures	355,992	317,180	929,604
2.01.02.01	Encargos de Debêntures	98,490	223,525	73,397
2.01.02.02	Debêntures	257,502	93,655	856,207
2.01.03	Fornecedores	663,857	660,989	865,220
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	409,474	398,920	218,292
2.01.05	Dividendos a Pagar	158,644	8,444	34,127
2.01.06	Provisões	5,284	8,398	108,952
2.01.06.01	Participações nos Lucros e Resultados	5,284	7,949	9,014
2.01.06.02	Provisão para Contingências	0	449	99,938
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	15,805	17
2.01.08	Outros	499,671	242,542	260,652
2.01.08.01	Folha de Pagamento	3,792	3,110	3,470
2.01.08.02	Entidade de Previdência Privada	100,530	51,112	49,311
2.01.08.03	Taxas Regulamentares	61,504	35,517	85,225
2.01.08.04	Obrigações Estimadas	25,935	23,073	22,901
2.01.08.05	Diferimento de Ganhos Tarifários	148,536	5,064	910
2.01.08.06	Derivativos	43,056	24,710	0
2.01.08.07	Outros	116,318	99,956	98,835
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	5,387,878	5,948,075	5,177,021
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2,144,341	2,146,116	2,275,878
2.02.02	Debêntures	1,640,705	2,215,383	1,502,927
2.02.03	Provisões	304,036	254,881	70,140
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	315,965
2.02.05	Outros	1,298,796	1,331,695	1,012,111
2.02.05.01	Fornecedores	229,874	187,797	228,559
2.02.05.02	Entidade de Previdência Privada	798,903	743,623	752,662
2.02.05.03	Impostos, Taxas e Contribuições	86,503	183,232	0
2.02.05.04	Diferimento de Custos Tarifários	47,209	182,747	6,075
2.02.05.05	Derivativos	44,696	6,336	0
2.02.05.06	Outros	91,611	27,960	24,815
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.04	Participações Minoritárias	137,018	192,013	193,932
2.05	Patrimônio Líquido	4,095,982	3,397,387	2,151,697
2.05.01	Capital Social Realizado	4,082,036	4,940,998	3,390,998
2.05.02	Reservas de Capital	0	0	6,918
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01866-0	CPFL ENERGIA S.A.	02.429.144/0001-93

06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/12/2004	4 -31/12/2003	5 -31/12/2002
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	0	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	13,946	0	0
2.05.04.01	Legal	13,946	0	0
2.05.04.02	Estatutária	0	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	(1,543,611)	(1,246,219)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01866-0	CPFL ENERGIA S.A.	02.429.144/0001-93

07.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2004 a 31/12/2004	4 - 01/01/2003 a 31/12/2003	5 - 01/01/2002 a 31/12/2002
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	9,548,670	8,081,706	4,303,844
3.02	Deduções da Receita Bruta	(2,812,417)	(2,024,637)	(998,514)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	6,736,253	6,057,069	3,305,330
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(4,966,436)	(4,435,515)	(2,409,468)
3.04.01	Energia Comprada para Revenda	(3,125,752)	(3,020,175)	(1,594,987)
3.04.02	Enc de Uso do Sist Transm e Distribuição	(678,558)	(445,539)	(214,888)
3.04.03	Pessoal e Administradores	(189,592)	(169,147)	(106,317)
3.04.04	Entidade de Previdência Privada	(148,429)	(84,046)	(90,749)
3.04.05	Material	(31,984)	(22,379)	(12,777)
3.04.06	Serviços de Terceiros	(87,640)	(83,997)	(63,033)
3.04.07	Depreciação e Amortização	(251,161)	(256,236)	(142,028)
3.04.08	Conta de Consumo de Combustível - CCC	(251,403)	(261,269)	(182,746)
3.04.09	Conta de Desenvolvimento Energético- CDE	(184,626)	(77,963)	0
3.04.10	Outras	(17,291)	(14,764)	(1,943)
3.05	Resultado Bruto	1,769,817	1,621,554	895,862
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(1,185,573)	(1,819,919)	(1,684,473)
3.06.01	Com Vendas	(195,329)	(148,408)	(98,618)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(268,233)	(279,219)	(186,242)
3.06.03	Financeiras	(683,834)	(1,007,337)	(1,165,235)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	431,836	521,078	580,398
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(1,115,670)	(1,528,415)	(1,745,633)
3.06.03.02.01	Despesas Financeiras	(1,109,021)	(1,527,756)	(1,745,633)
3.06.03.02.02	Juros Sobre o Capital Próprio	(6,649)	(659)	0
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(38,177)	(384,955)	(234,378)
3.06.05.01	Ágio por Incorporação	(10,583)	(364,841)	(222,824)
3.06.05.02	Outras Despesas Operacionais	(27,594)	(20,114)	(11,554)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	584,244	(198,365)	(788,611)
3.08	Resultado Não Operacional	(4,415)	43,852	6,272
3.08.01	Receitas	14,935	53,943	13,296
3.08.02	Despesas	(19,350)	(10,091)	(7,024)
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	579,829	(154,513)	(782,339)
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(287,377)	(130,072)	0
3.10.01	Contribuição Social	(68,244)	(26,568)	0
3.10.02	Imposto de Renda	(219,133)	(103,504)	0
3.11	IR Diferido	34,643	21,063	89,974
3.11.01	Contribuição Social	8,624	5,181	26,818
3.11.02	Imposto de Renda	26,019	15,882	63,156
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	(33,655)	(33,655)	(20,537)
3.12.01	Participações	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01866-0	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CPFL ENERGIA S.A.	3 - CNPJ 02.429.144/0001-93
---------------------------	---	--------------------------------

07.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/01/2004 a 31/12/2004	4 -01/01/2003 a 31/12/2003	5 -01/01/2002 a 31/12/2002
3.12.02	Contribuições	(33,655)	(33,655)	(20,537)
3.12.02.01	Item Extraord. Líq.dos Efeitos Tributár.	(33,655)	(33,655)	(20,537)
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	6,649	659	0
3.14	Participações Minoritárias	(21,170)	(874)	16,839
3.15	Lucro/Prejuízo do Exercício	278,919	(297,392)	(696,063)
	NÚMERO AÇÕES, EX-TEOURARIA (Mil)	451,629	4,118,698	3,390,998
	LUCRO POR AÇÃO	0.61758		
	PREJUÍZO POR AÇÃO		(0.07221)	(0.20527)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01866-0	CPFL ENERGIA S.A.	02.429.144/0001-93

08.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS CONSOLIDADAS (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2004 a 31/12/2004	4 - 01/01/2003 a 31/12/2003	5 - 01/01/2002 a 31/12/2002
4.01	Origens	3,692,063	4,194,533	1,891,059
4.01.01	Das Operações	955,868	745,796	384,562
4.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Exercício	278,919	(297,392)	(696,063)
4.01.01.02	Vis. que não repr. mov. Cap. Circulante	676,949	1,043,188	1,080,625
4.01.01.02.01	Prov.P/Perdas Recomp.Tarif.Extraord.-RTE	32,250	0	0
4.01.01.02.02	Atualização Monetária da RTE	(112,876)	(161,145)	(185,196)
4.01.01.02.03	Pis/Cofins - Ativo Regulatório	(44,813)	0	0
4.01.01.02.04	Amortiz.Âgio e Deprec.Imobilizado	387,711	813,235	484,163
4.01.01.02.05	Var.Monetária e Cambial de L.Prazo	73,350	189,315	658,455
4.01.01.02.06	Perdas(Ganhos)em Mud.Part.Acion.Subs.	(3,185)	(39,537)	14,916
4.01.01.02.07	Perdas(Ganhos) na Baixa de Imobilizado	5,135	(6,817)	(1,565)
4.01.01.02.08	Realiz.(Provisão) de Créd.Fiscais L.Prazo	(46,755)	(18,914)	(101,101)
4.01.01.02.09	Custos do Plano de Pensão	190,481	110,767	202,698
4.01.01.02.10	Provisão para Contingências	44,747	83,493	28,560
4.01.01.02.11	Particip.de Acionistas Não Controladores	21,170	874	(16,839)
4.01.01.02.12	Compensação Financ.-Reajuste Tarifário	69,744	0	0
4.01.01.02.13	Perdas(Ganhos) ã Realiz.em Instr.Deriv.	38,360	63,735	0
4.01.01.02.14	Outros	21,630	8,182	(3,466)
4.01.02	Dos Acionistas	684,649	1,200,000	1,288
4.01.02.01	Integralização de Capital	684,649	1,200,000	0
4.01.03	De Terceiros	2,051,546	2,248,737	1,505,209
4.01.03.01	Financiamentos de L. Prazo e Debêntures	1,278,274	1,413,000	980,381
4.01.03.02	Realizável L.Prazo Transf.Circulante	457,727	372,524	395,926
4.01.03.03	Contratos de Mútuo	0	6,933	98,843
4.01.03.04	Tran.Passivos Circulante p/Exig.L.Prazo	6,803	100,500	0
4.01.03.05	Obrigações Especiais	31,798	48,440	30,059
4.01.03.06	Impacto no Cap.Circ.p/Venda de Part.Soc.	0	28,920	0
4.01.03.07	Venda de Ativos Permanentes	9,918	238,699	0
4.01.03.08	Transf. Longo Prazo p/Circulante - CVA	261,990	0	0
4.01.03.09	Outros	5,036	39,721	0
4.02	Aplicações	3,329,349	2,284,222	2,963,528
4.02.01	Aumento do Imobilizado	605,716	564,382	320,129
4.02.02	Transf.Exigível L.Prazo p/ Circulante	1,531,695	1,096,177	1,538,647
4.02.03	Dividendos e Jrs s/ Capital Próprio	289,651	0	0
4.02.04	Resgate de Debêntures	721,990	178,010	0
4.02.05	Transf.Ativo Circ.p/Realizável L.Prazo	78,694	51,483	123,899
4.02.06	Adições do Diferido	21,205	42,154	24,024
4.02.07	Recuperações dos Custos da Parcela A	14,662	298,178	110,840
4.02.08	Depósitos Vinculados a Litígio	44,077	33,336	0
4.02.09	Aum.Liq.Ctas Ñ Circ.p/Incr.em Part.Contr	0	0	826,454
4.02.10	Ativo Líq.não Circul.Incorp.Consolidado	0	0	10,235

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01866-0	CPFL ENERGIA S.A.	02.429.144/0001-93

08.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS CONSOLIDADAS (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/01/2004 a 31/12/2004	4 -01/01/2003 a 31/12/2003	5 -01/01/2002 a 31/12/2002
4.02.11	Outros	21,659	20,502	9,300
4.03	Acréscimo/Decréscimo no Cap. Circulante	362,714	1,910,311	(1,072,469)
4.04	Variação do Ativo Circulante	846,987	(415,930)	2,420,438
4.04.01	Ativo Circulante no Início do Exercício	2,375,678	2,791,608	371,170
4.04.02	Ativo Circulante no Final do Exercício	3,222,665	2,375,678	2,791,608
4.05	Variação do Passivo Circulante	484,273	(2,326,241)	3,492,907
4.05.01	Passivo Circulante no Início Exercício	2,512,970	4,839,211	1,346,304
4.05.02	Passivo Circulante no Final do Exercício	2,997,243	2,512,970	4,839,211

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

09.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
CPFL Energia S.A.
São Paulo - SP

1. Examinamos os balanços patrimoniais da CPFL Energia S.A. e controladas (controladora e consolidado), levantados em 31 de dezembro de 2004, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (controladora) e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras da controlada indireta em conjunto Rio Grande Energia S.A. relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2004, cujos ativos e resultado proporcionais representam, respectivamente, 9,8% e 4,2% do ativo total consolidado e do lucro líquido da Sociedade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2004, foram examinadas por outros auditores independentes, cujo parecer, emitido em 25 de fevereiro de 2005, incluiu ressalva quanto ao diferimento de variações cambiais passivas líquidas. As demonstrações financeiras da controlada indireta em conjunto Campos Novos Energia S.A. (empresa em fase pré-operacional), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2004, cujos ativos proporcionais representam 3,9% do ativo total consolidado da Sociedade em 31 de dezembro de 2004, foram examinadas por outros auditores independentes, cujo parecer, emitido em 21 de janeiro de 2005, não contém ressalvas. Nossa opinião, no que diz respeito aos valores dessas controladas incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas e aos investimentos registrados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, está baseada exclusivamente nos pareceres desses auditores independentes.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Sociedade e controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

09.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

Administração da Sociedade e controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, baseados em nossos exames e nos pareceres de outros auditores independentes, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CPFL Energia S.A. e controladas (controladora e consolidado) em 31 de dezembro de 2004, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido (controladora) e as origens e aplicações de seus recursos referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. As informações suplementares, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade e controladas, contidas nos Anexos I e II, referentes, respectivamente, às demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2004, são apresentadas com o propósito de permitir análises adicionais e não são requeridas como parte das demonstrações financeiras básicas. Essas informações foram por nós examinadas, na extensão indicada no parágrafo 1 e de acordo com os procedimentos de auditoria mencionados no parágrafo 2 acima e, em nossa opinião, baseados em nossos exames e nos pareceres de outros auditores independentes, estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
5. Conforme comentado nas notas explicativas 13 e 14 às demonstrações financeiras, determinadas empresas controladas alteraram, retroativamente a 1º de janeiro de 2004, a razão de amortização do ágio na aquisição de investimentos e na incorporação de controladora, de 10% ao ano para percentual anual variável determinado pela projeção de rentabilidade futura durante os períodos remanescentes de suas concessões. Adicionalmente, os saldos dos ágios decorrentes da incorporação de controladora foram reclassificados do ativo diferido para o ativo imobilizado.
6. Conforme comentado na nota explicativa 13 às demonstrações financeiras, a Assembléia Geral Extraordinária dos Acionistas da controlada Companhia Paulista de Força e Luz, realizada em 21 de fevereiro de 2005, deliberou: (a) a alteração das características de resgate e dividendo fixo das ações preferenciais classe C, as quais passaram a ser regidas de acordo com os termos da Lei no 6.404/76; e (b) a aplicação, com efeito a partir de 1º de janeiro de 2004, das determinações das Instruções no 319 e 349 da CVM – Comissão de Valores Mobiliários sobre o saldo do ágio decorrente de incorporação de controladora, compreendendo a classificação do saldo líquido remanescente no ativo realizável a longo prazo, como crédito fiscal diferido.
7. Conforme comentado na nota explicativa 3 - item (b) às demonstrações financeiras, a ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, em caráter provisório, alterou em 8 de abril de 2004 e em 18 de outubro de 2004, respectivamente para as controladas

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

09.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL e Companhia Piratininga de Força e Luz, o percentual relativo à revisão tarifária periódica de 2003 e ainda, concedeu também em caráter provisório, para as mesmas controladas, o reajuste tarifário para aplicação nas tarifas de venda de energia, respectivamente no período de 8 de abril

de 2004 a 7 de abril de 2005 e de 23 de outubro de 2004 a 22 de outubro de 2005. Tendo em vista o caráter provisório desse reajuste e revisão tarifária, os mesmos estão sujeitos a eventuais alterações, quando de sua homologação definitiva.

8. Conforme comentado na nota explicativa 3, as controladas da Sociedade registraram determinados ativos regulatórios, referentes a: (i) ressarcimento por mudança de classificação de consumidores de baixa renda, no valor líquido de R\$38.820 mil no consolidado, o qual está registrado no ativo circulante; (ii) PIS e COFINS regulatórios, classificado no ativo realizável a longo prazo, no montante de R\$46.483 mil no consolidado; e (iii) efeitos da Portaria Interministerial no 361, no montante de R\$13.248 mil, no consolidado, classificado no ativo circulante e no realizável a longo prazo. Os referidos ativos regulatórios estão pendentes de homologação pela ANEEL.
9. As demonstrações financeiras e as informações suplementares contidas nos Anexos I e II em 31 de dezembro de 2003 (controladora e consolidado), apresentadas para fins comparativos, foram por nós examinadas e nosso parecer, sem ressalvas, emitido em 2 de março de 2004, conteve os seguintes comentários: (a) que nossa opinião, no que se refere aos valores da controlada indireta em conjunto Rio Grande Energia S.A., incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas e ao respectivo investimento registrado pela equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, baseou-se exclusivamente na opinião de outros auditores independentes, cujo parecer, emitido de 29 de janeiro de 2004, conteve ressalva quanto ao diferimento de variações cambiais passivas líquidas. Os efeitos deste diferimento, nas demonstrações financeiras da Sociedade, controladora e consolidado, em 31 de dezembro de 2004, não são relevantes; e, (b) parágrafo de ênfase sobre transações realizadas no âmbito do Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE, cujos montantes poderiam estar sujeitos à modificação em função de ações que se encontravam em discussão à época. Este assunto encontra-se abordado, quanto a sua atual situação, na nota explicativa 5 às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2004 (controladora e consolidado).

São Paulo, 3 de março de 2005.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

José Carlos Amadi
Contador
CRC nº 1 SP 158025/O-0

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2004

1. MENSAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA

Em 2004, a CPFL Energia atingiu posição privilegiada para desenvolver novo ciclo de crescimento e começou a colher os resultados dos investimentos que vem realizando, para ampliar sua participação nos diversos segmentos de atividades em que atua.

Entre os resultados alcançados em 2004 destacam-se:

- A Oferta Pública Inicial (IPO), realizada em 29 de setembro, quando a CPFL Energia listou suas ações, simultaneamente, no Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) e, por meio de ADS de nível III, na New York Stock Exchange (“NYSE”);
- A reversão do prejuízo de 2003, de R\$ 297 milhões, para lucro líquido de R\$ 279 milhões, em 2004, com o crescimento de 4,9% nas vendas de energia para clientes finais e a redução e melhora do perfil de endividamento do grupo;
- A evolução na implementação de boas práticas de Governança Corporativa;
- O sucesso nas estratégias de fidelização e conquista de novos clientes livres;
- A entrada em operação, em dezembro, da primeira unidade geradora da Usina Monte Claro, pertencente ao Complexo CERAN, um dos grandes empreendimentos de geração de energia com participação da CPFL Energia.

Por sua importância para a estratégia de crescimento, o sucesso obtido na Oferta Pública Inicial tornou-se um marco no exercício. Com esse empreendimento, a companhia situou-se como a primeira do setor elétrico e a primeira empresa privada brasileira a realizar a listagem de ações, simultaneamente, no Novo Mercado Bovespa e, por meio de ADS nível III, na NYSE, segmentos que compreendem as empresas com os níveis mais avançados de governança corporativa. A operação foi estruturada em duas emissões – primária e secundária - em que foram negociados R\$ 821 milhões, dos quais R\$ 685 milhões foram integralizados ao capital social da CPFL Energia.

Tendo em vista a dimensão da operação realizada, a receptividade obtida pela empresa nos mercados nacional e internacional representa o reconhecimento à qualidade dos ativos da CPFL Energia e ao seu desempenho. Demonstra, ainda, a confiança desses mercados nas perspectivas da companhia, em razão das estratégias de negócios adotadas com visão de longo prazo, inspiradas na tradição e na experiência das empresas do grupo, na bem-sucedida trajetória dos controladores da CPFL Energia e na confiança que estes depositam no potencial de crescimento do mercado e no desenvolvimento do País.

Essa confiança vem se manifestando desde a constituição da CPFL Energia, em 2002. A companhia investiu maciçamente, nos últimos anos, na ampliação da capacidade própria

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

de geração de energia; na modernização do sistema elétrico das suas distribuidoras de energia; e na capacitação para atuar competitivamente na comercialização de energia e em serviços.

Em 2004, a CPFL Energia alcançou resultados favoráveis em seus três segmentos de atuação - na geração, na distribuição e na comercialização. O Lucro Líquido consolidado na CPFL Energia foi de R\$ 279 milhões, contra o resultado negativo de R\$ 297 milhões, em 2003. A Receita Bruta apresentou crescimento de 18,2%, atingindo R\$ 9,6 bilhões no exercício.

Contribuíram para a obtenção desses resultados, as condições macroeconômicas favoráveis de 2004, em que o PIB - Produto Interno Bruto brasileiro registrou crescimento de 5,2%, o maior da última década. Esse desempenho, decorrente do incremento da atividade econômica, refletiu-se nas vendas de energia aos clientes finais do grupo CPFL Energia, que cresceram 4,9% em bases consolidadas.

Somam-se a esses fatores os esforços dedicados à gestão financeira, que proporcionaram a redução do endividamento, com a conseqüente redução expressiva das despesas financeiras.

Deve-se destacar, ainda, no cenário de 2004, a promulgação das Leis do Novo Modelo do Setor Elétrico, que representam contribuição efetiva para a consolidação do setor, por estabelecer condições e regras claras e transparentes para o desenvolvimento dos negócios. Em conjunto, propiciam condições positivas e perspectivas atraentes para os investimentos setoriais. São novas oportunidades que se delineiam, às quais a CPFL Energia está atenta.

Entre os avanços alcançados no campo da Governança Corporativa, em 2004 foi implementado o sistema de auto-avaliação do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. A auditoria interna passou a se reportar diretamente ao Comitê de Auditoria da companhia, órgão ligado ao Conselho de Administração. Também foi estabelecida a Política de Negociação de Valores Mobiliários.

Outro resultado a ser destacado no exercício foi a consolidação da posição da CPFL Brasil no segmento de comercialização de energia. Com atividades iniciadas em janeiro de 2003, a empresa chegou ao final de 2004 com um portfólio de 50 clientes livres, número quase quatro vezes maior do que o atendido em 2003. O volume de energia vendido no período, no ambiente de contratação livre, quase triplicou em um ano.

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

No campo da geração de energia, a CPFL Energia comemorou a entrada em operação comercial, em 29 de dezembro, da primeira das duas unidades geradoras da Usina Hidrelétrica Monte Claro, localizada no Rio das Antas, no Estado do Rio Grande do Sul, que possui capacidade total instalada de 130 MW. Com essa unidade, a capacidade instalada da CPFL Geração cresceu 5,1%. Desde 2001, através da CPFL Geração, a companhia vem investindo na expansão do seu parque gerador, um esforço que, atualmente, envolve a construção de mais cinco usinas hidrelétricas. Juntas, aumentarão a capacidade própria de geração para 1.990 MW nos próximos anos.

Com a convicção de que a excelência nos sistemas e processos de gestão, assim como a ética e a transparência em sua conduta empresarial, são essenciais para o estabelecimento de relacionamentos de confiança com os seus públicos estratégicos, em 2004 a CPFL Energia aprimorou as diretrizes relacionadas ao Programa CPFL de Sustentabilidade e Responsabilidade Corporativa. São diretrizes que permitiram à empresa manter posicionamento de destaque no setor elétrico, nas questões relacionadas à gestão dos impactos econômicos, sociais e ambientais de suas atividades.

O esforço empreendido nesse sentido foi recompensado com a conquista, pela CPFL Paulista, de posição inédita para o setor elétrico, como Finalista do Prêmio Nacional da Qualidade, concedido pela Fundação para o Prêmio Nacional da Qualidade. A CPFL Paulista recebeu, ainda, o Troféu Governador do Estado de São Paulo, do Instituto Paulista de Excelência da Gestão - IPEG, órgão do governo do Estado de São Paulo, por ser a única empresa paulista entre as finalistas do Prêmio Nacional da Qualidade.

Os consumidores também manifestaram o reconhecimento aos serviços das distribuidoras de energia do grupo. Em 2004, a CPFL Paulista recebeu o Prêmio IASC - Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor, como a melhor distribuidora da região sudeste, na categoria de empresas com mais de 400 mil clientes, concedido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL com base em pesquisa de satisfação realizada junto aos consumidores. Na mesma avaliação, as distribuidoras CPFL Piratininga - na região sudeste - e a RGE, - na região sul -, também se colocaram entre as três melhores classificadas em suas respectivas regiões. A RGE, em 2004, também conquistou, pelo segundo ano consecutivo, o Prêmio de Melhor Avaliação pelo Cliente no Brasil, concedido pela ABRADÉE - Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica.

Fundamentada na crença de que a motivação e o desenvolvimento do quadro de profissionais são essenciais para que as empresas alcancem os seus objetivos estratégicos, em 2004 a companhia manteve os investimentos em programas de treinamento. Começou, ainda, a colocar em prática o Programa CPFL de Valorização da Diversidade e o Programa CPFL de Estímulo ao Voluntariado.

Como consequência dos programas de gestão desenvolvidos, a Pesquisa de Clima Organizacional, realizada em 2004, apresentou índice geral de favorabilidade de 76%, o maior desde 1999. A CPFL Energia também foi reconhecida entre as Melhores Empresas

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

para se Trabalhar, em pesquisa organizada pelas revistas Exame e Você SA. junto aos colaboradores.

Em 2004, a CPFL Energia aprofundou ainda mais seus compromissos com as questões da responsabilidade social ao aderir ao Global Compact, iniciativa da ONU - Organização das Nações Unidas para mobilizar a comunidade empresarial na promoção de valores relacionados ao desenvolvimento humano. Atuou, ainda, na disseminação regional das Metas do Milênio, criadas pela ONU para reunir governos e empresas em torno de programas sociais e ambientais.

Em consonância com a diretriz de apoiar ações nos campos das artes e da cultura, a CPFL Energia ampliou as atividades do Espaço Cultural CPFL, com o projeto cultural denominado 'Sociedade Contemporânea: Vida, Perigos e Oportunidades', do qual participaram cerca de 65 mil pessoas.

Pela atuação nos relacionamentos com seus diferentes públicos, a CPFL Energia foi reconhecida como uma das dez Empresas-Modelo brasileiras, pelo Guia Exame da Boa Cidadania Corporativa – 2004 e recebeu o Prêmio Balanço Social 2004. Este último, organizado pela APIMEC, ABERJE, ETHOS, FIDES e IBASE, foi concedido ao Relatório Anual 2003 da CPFL Energia, publicado em 2004, de acordo com as diretrizes propostas pela Global Reporting Initiative - GRI. Além disso, a CPFL Paulista recebeu o prêmio de melhor distribuidora do país em Responsabilidade Social, promovido pela ABRADÉE - Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica.

As questões ambientais também merecem atenção permanente nas atividades da companhia. Além dos diversos programas ambientais desenvolvidos pelas controladas, destacou-se, em 2004, a assinatura de contrato entre a CPFL Centrais Elétricas e a *International Utility Efficiency Partnerships – IUEP*, sobre projetos em geração de energia elétrica que colaboram para reduzir a emissão de gases causadores do efeito estufa. Estudos resultantes dessa parceria identificaram que a energia adicionada nas Pequenas Centrais Hidrelétricas - pelo programa de repotenciação dessas unidades, em curso na CPFL Centrais Elétricas, sem impacto ambiental -, contribui para a redução das emissões de CO² na atmosfera, o que possibilitará a habilitação da CPFL Centrais Elétricas para a obtenção de créditos de carbono.

O êxito alcançado pela CPFL Energia em 2004, considerando os resultados dos negócios nas dimensões econômica, social e ambiental, demonstra o acerto das estratégias postas em prática. Somado à confiança no compromisso dos acionistas da CPFL Energia em relação à sociedade brasileira, representa fonte de inspiração para que a direção e os colaboradores levem à frente o desafio de posicionar o grupo entre os maiores e mais respeitados do País.

Wilson Ferreira Jr.
Diretor-Presidente

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2. SUMÁRIO EXECUTIVO – SÍNTESE DAS PRINCIPAIS INFORMAÇÕES ECONÔMICO FINANCEIRAS E OPERACIONAIS

DESTAQUES FINANCEIROS (CONSOLIDADO - R\$ MIL)	2004	2003
Receita Bruta	9.548.670	8.081.706
Receita Líquida	6.736.253	6.057.069
EBITDA	1.681.033	1.540.732
Resultado do Serviço (EBIT)	1.268.078	808.972
Resultado Financeiro	-683.834	-1.007.337
Resultado Não Operacional	-4.415	43.852
Resultado Antes dos Impostos e Item Extraordinário	579.829	-154.513
Lucro/(Prejuízo) Líquido	278.919	-297.392
DESTAQUES OPERACIONAIS		
DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA		
Subestações (unid.)	339	338
- Capacidade Instalada (MVA)	9.299	9.251
Linhas de Transmissão (Km)	8.249	8.249
Rede de Distribuição (Km)	157.368	151.857
Transformadores de Distribuição (unid.)	177.332	173.751
Nº Clientes (Milhares)	5.467	5.341
CPFL Paulista (Controladora)		
Subestações (unid.)	246	245
- Capacidade Instalada (MVA)	5.447	5.407
Linhas de Transmissão (Km)	6.088	6.088
Rede de Distribuição (Km)	73.881	71.513
Transformadores de Distribuição (unid.)	94.133	93.259
Nº Clientes (Milhares)	3.169	3.086
CPFL Piratininga		
Subestações (unid.)	33	34
- Capacidade Instalada (MVA)	2.435	2.455
Linhas de Transmissão (Km)	545	545
Rede de Distribuição (Km)	19.961	17.396
Transformadores de Distribuição (unid.)	30.461	29.661
Nº Clientes (Milhares)	1.226	1.193
RGE		
Subestações (unid.)	60	59
- Capacidade Instalada (MVA)	1.417	1.389
Linhas de Transmissão (Km)	1.616	1.581
Rede de Distribuição (Km)	63.526	62.948
Transformadores de Distribuição (unid.)	52.738	50.831
Nº Clientes (Milhares)	1.072	1.062
COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA		
Volume de Energia Vendida (GWh)	11.110	4.540
Nº Clientes Livres	50	14

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

GERAÇÃO DE ENERGIA	2004	2003
Potência Instalada Atual (MW) - (participação proporcional)	854	812
- Usina Serra da Mesa	657	657
- PCH's	119	119
- CERAN - Complexo Energético Rio das Antas	42	0
- Usina Termelétrica	36	36

As futuras Potência Instalada e Energia Assegurada, Estimadas (participação proporcional) serão de 1.990 MW e de 988,9 MW médios, respectivamente.

Usinas	Potência (MW)	Energia Assegurada (MW médio)
- UHE Serra da Mesa	657	345,8
- UHE Campos Novos	429	184,1
- UHE Foz do Chapecó	342	172,8
- CERAN - Complexo Energético Rio das Antas	234	112,5
- UHE Barra Grande	173	95,2
- PCH's	119	67,8
- Usina Termelétrica	36	10,7
TOTAL	1.990	988,9

3. PERFIL CORPORATIVO

A CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia") é uma sociedade anônima de capital aberto, que atua como holding, participando no capital de outras sociedades dedicadas às atividades de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica. Em dezembro de 2004, a Sociedade detinha as seguintes participações:

- **Companhia Paulista de Força e Luz (participação direta de 94,94%):** Empresa distribuidora de energia, que atua em 234 municípios do Estado de São Paulo, nas regiões de Campinas, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Bauru, Americana, Piracicaba, Marília e Araraquara. A Companhia Paulista de Força e Luz, detém, ainda, participação acionária nas distribuidoras Companhia Piratininga de Força e Luz (participação direta de 97,41%) e na Rio Grande Energia S.A (participação direta de 67,07%):
 - **Companhia Piratininga de Força e Luz:** Empresa distribuidora de energia, de capital aberto, que atua em 27 municípios da Baixada Santista, Sorocaba, Jundiaí, Indaiatuba, Salto e Itu, com área de concessão de 6.785 Km².
 - **Rio Grande Energia S.A.:** Empresa distribuidora de energia, de capital aberto, que atua em 254 municípios das regiões norte e nordeste do Estado do Rio

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Grande do Sul, com área de concessão de 90.718 Km². Entre os principais municípios atendidos estão Gravataí, Caxias do Sul, Passo Fundo, Santa Rosa, Santo Ângelo, Canela e Gramado.

- **CPFL Comercialização Brasil S.A. (participação direta de 100%):** Empresa que atua nas áreas de comercialização de energia, no Ambiente de Contratação Livre (ACL) e de prestação de serviços. Em 2004 vendeu um total de 11.110 GWh e atendeu a uma carteira de 50 clientes livres.

- **CPFL Geração de Energia S.A. (participação direta de 97,01%):** Empresa do segmento de geração de energia elétrica, que participa das seguintes empresas: CPFL Centrais Elétricas S.A. (19 PCH's e 01 Usina Termelétrica), SEMESA S.A., CERAN – Companhia Energética Rio das Antas, ENERCAN - Campos Novos Energia S.A., Foz do Chapecó Energia S.A. e BAESA – Energética Barra Grande S.A.:
 - **CPFL Centrais Elétricas S.A.** - Sociedade por ações, de capital fechado, que congrega os ativos de 19 Pequenas Centrais Hidrelétricas ("PCH's") e 01 Usina Termelétrica. A totalidade dessas usinas contribui com 155 MW de potência instalada para a CPFL Geração;
 - **SEMESA S.A.** - Sociedade por ações, de capital fechado, que detém participação de 51,54% na disponibilidade de potência e Energia Assegurada da Usina Serra da Mesa, em parceria com FURNAS Centrais Elétricas S.A. ("FURNAS"), cuja potência total instalada é de 1.275 MW e Energia Assegurada de 671 MW médios;
 - **CERAN – Companhia Energética Rio das Antas** - Sociedade por ações, de capital fechado, que tem por objeto a implantação e a exploração das Usinas Hidrelétricas Monte Claro (em operação), Castro Alves e 14 de Julho (ambas em construção). A totalidade de potência instalada desses empreendimentos será de 360 MW, sendo que a parcela que cabe à CPFL Geração é de 234 MW. Em dezembro de 2004, entrou em Operação Comercial a primeira das duas unidades da Usina Monte Claro (2 máquinas de 65MW cada);
 - **BAESA - Energética Barra Grande S.A.** - Sociedade por ações, de capital fechado, que detém 100% da Usina Hidrelétrica Barra Grande, em construção, cuja potência instalada total será de 690MW, sendo que a participação da CPFL Geração será de 173 MW;
 - **Campos Novos Energia S.A.** - Sociedade por ações, de capital fechado, que detém 100% da Usina Hidrelétrica Campos Novos, em construção. A potência instalada total desse empreendimento será de 880 MW, sendo que a participação da CPFL Geração corresponde a 429 MW;
 - **Foz do Chapecó Energia S.A.** - Sociedade por ações, de capital fechado, que detém 60% da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó. A potência instalada total

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

desse empreendimento será de 855 MW, sendo que a participação da CPFL Geração corresponde a 342 MW.

4. EVOLUÇÃO SOCIETÁRIA

Em 2004, a **Oferta Pública Inicial ("IPO")**, realizada em 29 de setembro, foi o principal evento de natureza societária da CPFL Energia. Representou uma evolução em sua estrutura societária, através do incremento das ações em circulação no mercado, que evoluiu de 3,42%, participação detida exclusivamente pelo BNDES, em 2003, para 15,65% (5,09% BNDES e 10,56% não controladores), no encerramento de 2004.

A oferta pública foi realizada tanto no âmbito nacional como no internacional, no montante total de R\$ 821 milhões, sendo que as ações da Oferta Brasileira foram listadas na Bolsa de Valores de São Paulo – "BOVESPA", enquanto que a Oferta Internacional, na forma de ADS (cada ADS corresponde a 3 ações ordinárias), foi listada na *New York Stock Exchange* – "NYSE". Além do atendimento aos requerimentos da Comissão de Valores Mobiliários - "CVM" e da BOVESPA para a manutenção de registro de Companhia aberta, a CPFL Energia passou a se guiar pelo alto nível das diretrizes de Governança Corporativa ditadas pelo Novo Mercado – BOVESPA, além de se submeter ao rígido controle imposto pelas exigências da *Securities and Exchange Commission* – "SEC", o que torna a Companhia muito mais transparente e aderente às regras internacionais. Com a captação realizada, a CPFL Energia se tornou a única empresa privada nacional a negociar ações no Novo Mercado, simultaneamente com ADSs listadas no nível III na Bolsa de Nova York.

Pela oferta de ações a CPFL Energia conquistou o prêmio "Deal do Ano na América Latina", na categoria equity, concedido pela revista Euromoney/Institutional Investor.

Os principais eventos societários da CPFL Energia e de suas empresas controladas, em 2004, estão listados a seguir:

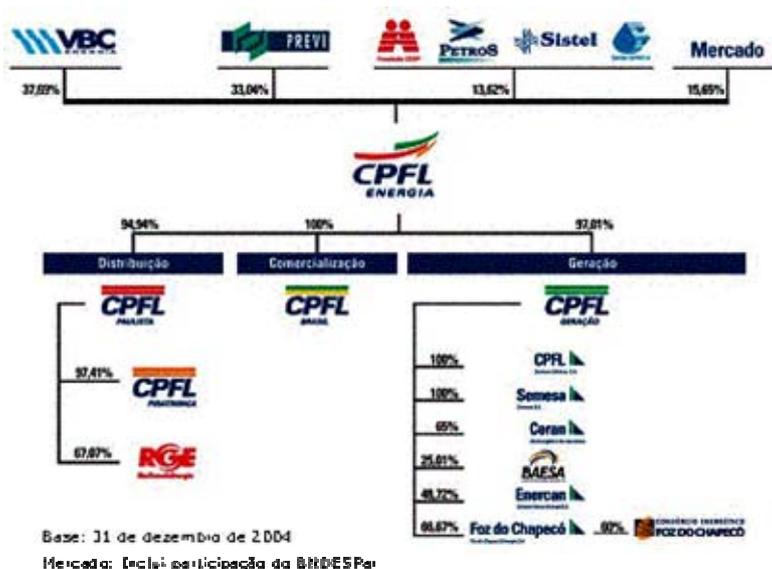
01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

abr/04	<ul style="list-style-type: none"> Aumento de capital na CPFL Geração, no montante de R\$ 350.000 mil, quando foram emitidas 68.000.182.629 ações escriturais, sem valor nominal, sendo 21.242.226.115 ações ordinárias e 46.757.956.514 ações preferenciais; Incorporação da BEGESA - Barra Grande Energia S.A. pela CPFL Geração, detentora de 25,01% do capital total da BAESA - Energética Barra Grande S.A.; Redução do Capital Social da CPFL Energia, no montante de R\$ 1.543.611 mil, através da absorção do saldo da conta de "Prejuízos Acumulados" em 31 de dezembro de 2003, sem alteração da quantidade de ações.
ago/04	<ul style="list-style-type: none"> Grupamento de ações emitidas pela CPFL Energia à razão de 10 (dez) ações ordinárias escriturais para 1 (uma) ação ordinária escritural, sem alteração da composição do capital social.
out/04	<ul style="list-style-type: none"> Liquidação da Oferta Pública Inicial de Ações (IPO), ocorrida mediante a distribuição pública de 39.579.729 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, denominada "Distribuição Primária", simultaneamente à distribuição de 7.915.950 ações ordinárias de titularidade dos acionistas vendedores, denominada "Distribuição Secundária", ambas ao preço unitário de R\$ 17,22 perfazendo o total de R\$ 820.962 mil, sendo que deste total o montante de R\$ 684.649 mil foi integralizado ao capital social da CPFL Energia.
nov/04	<ul style="list-style-type: none"> Incorporação da DRAFT I pela CPFL Piratininga, com a transferência de seu controle acionário para a CPFL Paulista.

Estrutura Societária Atual



01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Acionistas Controladores

A CPFL Energia é controlada por grandes e sólidos grupos brasileiros em seus setores de atuação, a VBC Energia, a 521 Participações S.A. (Previ) e a Bonaire Participações S.A. (Funcesp, Petros, Sistel e Sabesprev). A partir da capitalização da CPFL Energia, realizada em 2003, com o ingresso do BNDESPAR como acionista não controlador, com a participação de 5,09% ao final de 2003. A VBC Energia, é uma sociedade privada controlada pela VBC Participações (99,9%), cujo capital é detido por 03 grandes e representativos conglomerados econômicos brasileiros, a saber: Votorantim Energia Ltda., Bradesplan Participações S.A. e Camargo Corrêa Energia S.A.

- **Votorantim Energia Ltda.:** Holding do segmento de energia integrante do Grupo Votorantim, formado por empresas líderes nos setores de cimento, celulose, papel, alumínio, zinco, níquel, aços longos, filmes de polipropileno biorientado, especialidades químicas e suco de laranja. O grupo possui ainda importante participação no setor financeiro por meio do Banco Votorantim e a Votorantim Celulose e Papel S.A., empresa de capital aberto do grupo, tem ações negociadas no mercado local e ADRs listadas em Nova York;
- **Bradesplan:** Controlada (99,9%) da Bradespar S.A., empresa de participações que inclui em seu portfólio, além da CPFL Energia, Companhias como a Cia. Vale do Rio Doce e a Net. A Bradespar é uma empresa de capital aberto, com ações listadas no mercado nacional e no LATIBEX;
- **Camargo Corrêa Energia S.A.:** Holding do segmento de energia, integrante do Grupo Camargo Corrêa, com 16 unidades de negócios em seu portfólio e cerca de 32 mil funcionários, o Grupo Camargo Corrêa está entre as maiores corporações privadas do país. Atua nas áreas de infra-estrutura, construção civil, desenvolvimento imobiliário, produção de cimento, tecidos, calçados, siderurgia e metalurgia, meio ambiente, concessões de transportes, geração e distribuição de energia elétrica.

521 Participações S.A.: Fundo de investimentos da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ. A Previ ocupa a 1º posição no ranking dos fundos de pensão do Brasil e da América Latina, contando com aproximadamente 129.000 participantes e atingindo uma população estimada de 419.000 pessoas, entre pensionistas e dependentes.

Bonaire Participações S.A.: Fundo de investimentos formado por fundos de pensão, do qual participam a Fundação Cesp – Funcesp, a Fundação Petrobrás de Seguridade Social

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

– Petros, a Fundação Sistel de Seguridade Social e Fundação Sabesp de Seguridade Social – Sabesprev:

- **Funcesp:** Posicionada entre os maiores administradores de planos fechados de previdência privada do Brasil, seus patrocinadores são principalmente empresas do setor elétrico, destacando-se CPFL Paulista, CPFL Piratininga, CPFL Geração, CESP, Eletropaulo, AES Tietê, Duke Energy, Bandeirante Energia S.A., Transmissão Paulista, Elektro, EMAE, além de Eletropaulo Telecom e Edinfor. A Funcesp atende a uma população estimada de mais de 45.000 participantes previdenciários, administrando também Planos de Saúde, nos quais estão incluídos mais de 150.000 participantes, entre dependentes e designados, ocupando a 5ª. posição no ranking geral dos fundos de pensão;
- **Petros:** A Fundação Petrobrás de Seguridade Social – Petros foi a pioneira no mercado de previdência privada, ocupando a 2ª posição no ranking geral de fundos de pensão do Brasil. É patrocinada por 27 empresas dos setores petroleiro e petroquímico, sendo 7 estatais e 20 privadas. Entre as estatais, fazem parte: Petrobrás, BR Distribuidora, Gaspetro, Braspetro, Petroquisa, Transpetro e Refinaria Alberto Pasqualini. Entre as privadas, destacam-se: Brasken, Trickem, Ultrafértil, Petroflex, Petroquímica União, Nitriflex, Copesul, Repsol/YPF do Brasil, Petroquímica Triunfo, Rio Polímeros, IBP – Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás.
- **Sistel:** A Fundação Sistel de Seguridade Social é o maior fundo de pensão patrocinado por empresas privadas do Brasil e ocupa a 4ª posição do ranking geral das fundações do país, contando com mais de 89.000 participantes. Entre seus patrocinadores, prevalecem todas as grandes empresas de telecomunicações, como Telemar, Telefônica, Brasil Telecom, Telesp Celular, Telemig Celular, Tele Leste Celular, Tele Sudeste Celular, Tele Norte Celular, Tele Nordeste Celular, Tele Celular Sul, TCO Celular, além de Telebrás e CPqD.
- **Sabesprev:** A Fundação Sabesp de Seguridade Social - Sabesprev é uma entidade fechada de previdência complementar, criada em 1991 para garantir melhor qualidade de vida, por meio de suplementação de benefícios, aos empregados da Cia. de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp, empresa patrocinadora pertencente ao Governo do Estado de São Paulo. A Sabesprev atende a mais de 20.000 participantes e sua atuação estende-se, também, à gestão de planos de saúde e de seguros.

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

5. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Governança Corporativa é o conjunto de normas e diretivas que viabilizam a gestão baseada nos princípios da transparência, equidade e prestação de contas. Seus objetivos são: (i) dar sustentabilidade ao crescimento endógeno e ordenado das Companhias; e (ii) garantir a relação de confiança e baixo risco com todos os agentes com os quais a companhia se relaciona, os funcionários e a comunidade, os clientes e os fornecedores, todos os Acionistas e o Governo.

A Governança Corporativa desenvolve-se internamente na Companhia e, também externamente, por exemplo, no relacionamento com os Acionistas. O quadro a seguir mostra as principais ações da CPFL Energia quanto aos relacionamentos com os Acionistas e com os colaboradores:

Governança Corporativa – Ações Realizadas em 2004	
Acionistas	Ações Internas
1. Foi implementada a Auto-avaliação do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, com metodologia baseada no modelo "National Association of Corporate Directors" (NACD).	1. Criado, no âmbito da CPFL Energia, o Comitê de Divulgação, que tem como responsabilidade, de acordo com o seu Regimento Interno, elaborar e revisar periodicamente os procedimentos para a divulgação de informações públicas e os controles internos dos processos de divulgação e de elaboração de informações, tais como as constantes nos Relatórios da Administração e Demonstrações Financeiras Anuais da Companhia.
2. A auditoria interna da CPFL passou a se reportar diretamente ao Comitê de Auditoria da Companhia que, por sua vez, se reporta ao Conselho de Administração.	2. Iniciado o projeto para a certificação das seções 404 / 302 e 906 da Lei Sarbanes-Oxley.
3. O Estatuto Social da coligada Rio Grande Energia (RGE) foi alinhado ao da CPFL Energia. O alinhamento dos estatutos das demais controladas foi concluído em 2003.	3. Realizada a disseminação dos conceitos de Governança Corporativa na empresa, por meio de publicações e de divulgação de informações na <i>internet</i> .
4. Estabelecida a Política de Negociação de Valores Mobiliários da Companhia, aprovada pelo seu Conselho de	

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Com o propósito de realizar um planejamento racional dos objetivos a serem alcançados no futuro, em termos de Governança Corporativa, a CPFL Energia firmou para 2005 as seguintes metas: concluir, de forma sistemática e com a melhor tecnologia disponível, a documentação, o teste e a validação dos processos, dos riscos e dos controles internos dos procedimentos relacionados à elaboração das demonstrações financeiras da companhia; e obter um “*rating*” de Governança Corporativa da CPFL Energia.

6. RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Com o objetivo de estreitar o relacionamento com o mercado de capitais, buscando alto nível de qualidade e transparência em seu processo de divulgação de informações, a CPFL Energia investiu no aperfeiçoamento das práticas de Relações com Investidores.

O *site* de Relações com Investidores, que entrou no ar em 29 de setembro de 2004 - data da Oferta Pública Inicial (IPO) das ações da CPFL Energia na BOVESPA e na NYSE -, é uma ferramenta fundamental de comunicação na medida em que complementa o atendimento aos analistas de mercado de capitais, disponibilizando todas as informações corporativas da CPFL Energia, como cotações, análise do desempenho das ações, principais destaques, serviços ao investidor, além de diversas informações divulgadas ao mercado, não só pela Companhia como também por suas empresas controladas.

As práticas de Relações com Investidores implementadas incluem a elaboração e divulgação de Comunicados à Imprensa sobre o desempenho da empresa, realização de teleconferências e de *webcasts* em âmbito nacional e internacional. Na seqüência, são realizadas reuniões públicas com analistas de mercado de capitais.

Além dessas reuniões, a CPFL Energia também participa das principais conferências e realiza freqüentes *non deal road shows* nos mercados locais e internacionais. Tal prática busca, através da comunicação direta com investidores, melhorar a percepção dos fundamentos da empresa pelo mercado, o que contribui para o processo de criação de valor para os acionistas.

Dentre as novas práticas de comunicação que a CPFL Energia iniciou em 2004, os Comunicados à Imprensa destacam-se por serem direcionados simultaneamente aos mercados nacional e ao internacional, com notícias sobre os principais eventos econômico-financeiros e/ou operacionais da Companhia ou de suas empresas controladas. Alguns exemplos estão na divulgação do próprio Site de Relações com Investidores e na contratação de um Formador de Mercado, com o propósito principal de elevar a liquidez das ações da CPFL Energia. Em 2004 também foi veiculada a primeira Divulgação Periódica da CPFL Energia, cobrindo importantes aspectos do dia-a-dia econômico-financeiro e operacional da empresa e de suas controladas.

Além de todas essas práticas, aliadas ao cumprimento das exigências legais de informações junto à CVM, à BOVESPA, à SEC e à NYSE, a equipe de Relações com

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Investidores mantém atendimento direto a todos os profissionais do mercado financeiro, tanto nacional como internacional, e aos acionistas não controladores da *holding* e de suas empresas controladas.

Política de Dividendos

A CPFL Energia adotou uma política de distribuição de dividendos mínimos equivalente a 50% do resultado líquido ajustado, apurado em bases semestrais - não apenas atendendo às exigências da lei, como também se alinhando às melhores práticas do mercado brasileiro.

Dessa forma, em conformidade com o artigo 201 da Lei nº 6.404/76 e Parágrafo 1.º do artigo 32 do Estatuto Social, a Companhia propôs e distribuiu seu lucro líquido apurado na data-base de 30 de junho de 2004, na forma de dividendos, no valor de R\$ 124,8 milhões, para as ações existentes nessa data, sendo atribuído o valor de R\$ 30,30715 para cada lote de mil ações.

Ainda, na Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária de Acionistas – AGO/E, a ser realizada em 29 de abril de 2005, quando da aprovação das demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2004, será deliberada a proposta de pagamento adicional de dividendos, no valor de R\$ 140,1 milhões.

Com isso os dividendos referentes ao exercício de 2004 representarão 95% do Lucro Líquido.

Desempenho das Ações

Após a oferta pública realizada em 29 de setembro de 2004, na BOVESPA (Novo Mercado) e na NYSE (ADS Nível III), o desempenho das ações mostra sua valorização nos dois mercados.

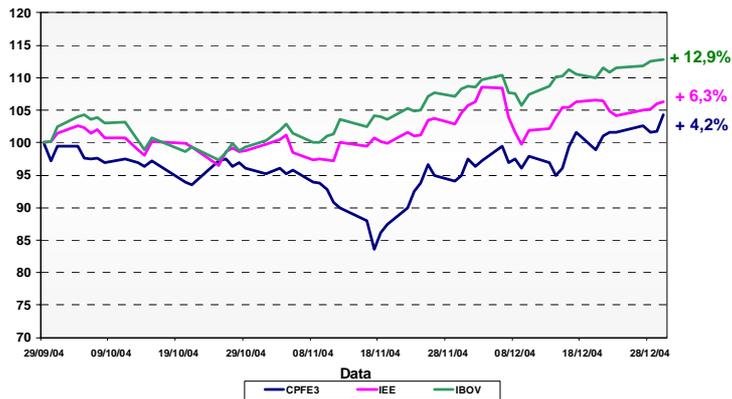
No período compreendido entre 29 de setembro de 2004 e 31 de dezembro de 2004, as ações da CPFL Energia negociadas na BOVESPA (“CPFE3”) apresentaram valorização de 4,2%, enquanto o Índice BOVESPA (“IBOV”) valorizou 12,9% e o Índice de Energia Elétrica (“IEE”) obteve valorização de 6,3%. No mesmo período, as ações negociadas na NYSE (“CPL”) apresentaram valorização de 11,1% frente à valorização do Índice *Dow Jones* (“DJIA”) de 6,6%.

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

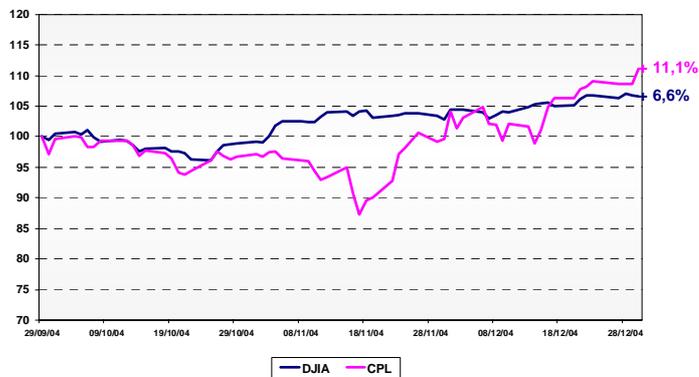
02.429.144/0001-93

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Comparação CPFE3 x IBOV x IEE
(Base 100)



Comparação DJIA X CPL
(Base 100)



01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

7. AMBIENTE REGULATÓRIO

O ano de 2004 foi marcado pela implementação das Leis do Novo Modelo do Setor Elétrico que dispõem sobre a comercialização regulada ou livre de energia elétrica entre concessionários, permissionários e consumidores finais no âmbito do Sistema Interligado Nacional ("SIN"), conforme Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004 e Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004.

No Novo Modelo destaca-se o propósito de estruturar um processo competitivo para novas concessões de geração, de modo a produzir tarifas módicas - adotando-se o critério de menor preço - ao mesmo tempo em que se incentiva o investimento privado, garantindo aos investidores um contrato de longo prazo para viabilização do financiamento.

O resgate da função de planejamento do setor elétrico pelo Estado é outro ponto de destaque do modelo, com a criação de uma nova empresa estatal e dois novos órgãos para operacionalização do setor:

- a Empresa de Pesquisas Energéticas - EPE, criada pela Lei nº 10.847, de 15 de março de 2004 e Decreto nº 5.184, de 16 de agosto de 2004, encarregada de fazer estudos do planejamento da expansão da geração e da transmissão de energia;
- a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, criada pelo Art. 4º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004 e Decreto nº 5.177, de 16 de agosto de 2004, para viabilizar a comercialização de energia, tanto no Ambiente de Contratação Regulada como no Ambiente de Contratação Livre;
- o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE, criado pelo Art. 14 da Lei 10.848 e Decreto nº 5.175, de 09 de agosto de 2004, encarregado do monitoramento permanente da segurança de suprimento.

O Novo Modelo redefine as atribuições e a governança dos diversos agentes institucionais existentes, restituindo ao Ministério das Minas e Energia - MME o papel de Poder Concedente, passando a ANEEL a exercer, exclusivamente, as funções de regulação, fiscalização e mediação.

As alterações introduzidas pelo Governo Federal no setor elétrico tiveram como premissas:

- promover a modicidade tarifária, que é fator essencial para o atendimento da função social da energia e que concorre para a melhoria da competitividade da economia;
- garantir a segurança do suprimento de energia elétrica, condição básica para o desenvolvimento econômico sustentável;
- assegurar a estabilidade do marco regulatório, a atratividade dos investimentos na expansão do sistema; e

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

- promover a inserção social, por meio do setor elétrico, em particular com os programas de universalização do atendimento.

Essas premissas sintetizam objetivos que, como regra geral, são comuns tanto para o governo quanto para os demais agentes do setor elétrico.

Independente do fato de ainda existirem vários pontos pendentes de regulamentação, a simples existência desse arcabouço regulatório e de suas premissas sinaliza um período de maior estabilidade nas regras, de forma a propiciar ambiente mais atrativo para investimentos.

Os decretos de regulamentação editados em 2004 garantem a continuidade dos compromissos assumidos, com destaque para o Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, que regulamentou o Novo Modelo. Os demais decretos, como o de nº 5.175, de 09 de agosto de 2004, que constituiu o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico ("CMSE"), o de nº 5.177, de 12 de agosto de 2004, que dispõe sobre a organização da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") e o de nº 5.184, de 16 de agosto de 2004, que cria a Empresa de Pesquisa Energética ("EPE").

Cabe observar que a edição da Portaria Interministerial nº 361, de 26 de novembro de 2004, criando a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" – CVA, referente aos custos de aquisição de energia elétrica, e a realização pela ANEEL da Audiência Pública nº 45/2004, em 20 de janeiro de 2005, relativa ao aditivo do contrato de concessão, representam importantes ações na consolidação das regras do setor elétrico.

A CPFL Energia tem expectativas positivas quanto à consolidação do arcabouço regulatório e aos efeitos desse Novo Modelo, fato este demonstrado pelo estágio avançado de suas obras de geração, pela posição de destaque em produtividade e qualidade de serviço das suas empresas distribuidoras e pela competitividade de sua empresa comercializadora de energia.

Tarifas de Energia Elétrica

CPFL Paulista - Ajuste da Revisão Tarifária: Em abril de 2004, como resultado dos ajustes da Revisão Tarifária de abril de 2003, o índice de reposicionamento das tarifas de fornecimento de energia elétrica, foi alterado de 19,55 para 21,10%, com base na Resolução Homologatória nº 072, de 07 de abril de 2004, retroativamente a 8 de abril de 2003. Além disso, as tarifas foram acrescidas de 0,62% como parte do ressarcimento dos custos do racionamento e da diferença financeira da Reserva Global de Reversão – RGR;

CPFL Paulista - Reajuste Tarifário Anual: As tarifas de fornecimento de energia elétrica foram reajustadas, em abril de 2004, com base na Resolução Homologatória nº 085, de 07 de abril de 2004, em 13,65%, índice assim composto: reajuste anual – 6,04%,

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

diferença financeira dos custos de racionamento – 0,07%, diferença da revisão tarifária – 1,27% e valores CVA de 2004 e da parcela diferida em 2003 – 6,27%;

CPFL Piratininga - Ajuste da Revisão Tarifária: Em outubro de 2004, no processo de reajuste tarifário anual da CPFL Piratininga, foram executados ajustes da Revisão Tarifária de outubro de 2003, com a fixação de um novo valor para a Base de Remuneração Regulatória. Como resultado desse processo, o índice de reposicionamento tarifário passou a ser de 10,51%, retroativamente a 23 de outubro de 2003, de acordo com a Resolução Homologatória nº 245, de 18 de outubro de 2004. Além disso, as tarifas tiveram um reajuste adicional de 0,35%, referente à parte do ressarcimento dos custos do racionamento;

CPFL Piratininga - Reajuste Tarifário Anual: Em outubro de 2004, as tarifas de fornecimento de energia elétrica da CPFL Piratininga foram reajustadas, com base na Resolução Homologatória nº 246, de 18 de outubro de 2004, em 14,00%, índice assim composto: reajuste anual IRT - 10,51%; diferença financeira dos custos do racionamento – 0,06%, Resolução nº 152/03, art.13 – 0,14% e valores da CVA de 2004 e da CVA diferida de 2003 – 3,29%;

Os reajustes e revisões tarifárias da CPFL Paulista e da CPFL Piratininga foram estabelecidos em caráter provisório. Os valores definitivos serão fixados quando da definição do valor da Quota de Reintegração Regulatória e da Base de Remuneração Regulatória, nos termos do disposto na Resolução ANEEL n. 493, de 03 de setembro de 2002.

RGE - Revisão Tarifária: Em abril de 2004, como resultado dos ajustes da Revisão Tarifária de abril de 2003, o índice de reposicionamento tarifário foi alterado de 27,36% para 27,96%, retroativamente a 16 de abril de 2003, em caráter definitivo, conforme a Resolução Homologatória nº 092, de 16 de abril de 2004.

RGE - Reajuste Tarifário Anual: Em abril de 2004, as tarifas de fornecimento de energia elétrica foram reajustadas, em caráter definitivo, com base na Resolução Homologatória nº 098, de 16 de abril de 2004, em 14,37%, assim composto: reajuste anual – 7,88%; diferença da revisão tarifária – 0,86% e valores da CVA de 2004 e da parcela diferida em 2003 – 5,63%;

CPFL Centrais Elétricas - Fator de Reajuste: Em abril de 2004, as tarifas de suprimento de energia elétrica, vinculadas aos Contratos Iniciais, foram reajustadas, com base na Resolução Homologatória nº 078, de 07 de abril de 2004, em 10,91%.

8. CENÁRIO MACROECONÔMICO

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

As condições favoráveis da economia internacional, com o comércio global em firme expansão e ampla oferta de financiamentos, conferiram condições para que as exportações brasileiras tivessem alta de 32% em 2004, gerando um superávit comercial recorde, de US\$ 33,7 bilhões. Esse foi o fator primordial para a liquidez do mercado cambial, que manteve a cotação do dólar em baixa e colaborou para manter a inflação em patamares estáveis.

Com a inflação sob controle, o Banco Central encontrou espaço para redução da taxa básica de juros, que teve início no segundo semestre de 2003 e alcançou a plenitude de seus efeitos durante 2004. O juro em queda foi fundamental para a retomada do crédito e para a dinamização da indústria que, puxada pelos setores exportadores e de bens de consumo duráveis, alcançou crescimento anual de 8,3%, a melhor marca desde 1986, contribuindo para que o crescimento do PIB, em 2004, alcançasse 5,2%, após três anos de estagnação.

Em 2004, devido a diversos fatores positivos observados na economia nacional e internacional, foi registrada recuperação significativa dos fundamentos macroeconômicos. No que se refere à condução da política econômica nacional, foi o ano de superação das dificuldades da transição política de 2002/2003, pois, no final de 2004, projetos de grande importância foram votados pelo Congresso, como a Lei 10.848/2004, que proporcionou maior estabilidade ao setor elétrico.

No setor elétrico, o Governo avançou com a publicação das Leis do Novo Modelo do Setor Elétrico, que fixaram as bases para um novo marco regulatório e estabeleceram mudanças significativas para o setor, procurando aumentar as garantias aos investidores por meio de maior planejamento da oferta e da demanda de energia, com o estabelecimento da obrigação da contratação de 100% do mercado das distribuidoras. Ao mesmo tempo, foram estabelecidos instrumentos de mitigação de riscos suficientes para neutralizar as penalidades impostas pela nova regra de comercialização.

As condições econômico-financeiras das empresas do setor elétrico ganharam alento em 2004, graças principalmente à retomada do consumo, associada à recuperação da atividade econômica e ao recuo da cotação do dólar, melhorando o perfil do endividamento das companhias.

9. DESEMPENHO DOS NEGÓCIOS

Venda de Energia

A CPFL Energia, através de suas controladas, atua na venda de energia para consumidores finais no mercado varejista, no transporte e no suprimento de energia, representado pela venda de energia no mercado atacado.

Vendas de Energia para Consumidores Finais

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

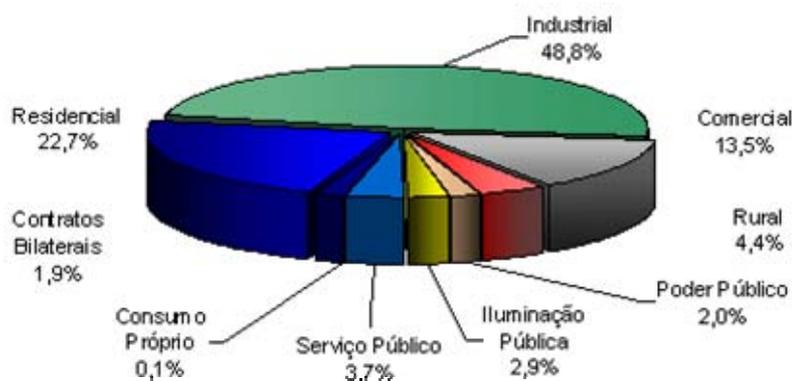
10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Este segmento agrega as vendas aos consumidores finais da CPFL Paulista, CPFL Piratininga e RGE e as vendas da CPFL Brasil destinadas aos consumidores finais através de contratos bilaterais. Em 2004 as vendas atingiram 36.647 GWh que representa um crescimento de 4,9% em relação à quantidade vendida em 2003.

O destaque foi para a classe industrial que, acompanhando o incremento do nível da atividade econômica do País, apresentou crescimento de 5,8%, atingindo uma representatividade de 48,8% do total das vendas de energia do grupo. Contribuíram de maneira considerável para esse resultado as estratégias de negócio adotadas na área de comercialização de energia, que obteve sucesso na ampliação da carteira de clientes livres do grupo.

Evolução das Vendas de Energia			
2003/2004			
(GWh)			
	2004	2003	Var %
Residencial	8.302	8.124	2,2
Industrial	17.897	16.909	5,8
Comercial	4.936	4.752	3,9
Rural	1.619	1.550	4,5
Poder Público	746	736	1,3
Iluminação Pública	1.070	1.048	2,1
Serviço Público	1.358	1.352	0,5
Consumo Próprio	26	25	4
Contratos Bilaterais	693	449	54,3
Total	36.647	34.945	4,9

Composição das Vendas de Energia
(%)



01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Classe Residencial: A classe residencial, que representa cerca de 22,7% do mercado consolidado da CPFL Energia, apresentou crescimento de 2,2% em relação ao ano anterior. A recuperação econômica do país proporcionou melhora nas condições de emprego e renda, em especial no segundo semestre de 2004. Porém, isso não se refletiu significativamente no consumo da classe residencial, que foi afetada negativamente pelas baixas temperaturas registradas no Estado de São Paulo.

Classe Comercial: A classe comercial, que representa cerca de 13,5% do mercado consolidado da CPFL Energia, apresentou crescimento de 3,9% em relação a 2003. Esse crescimento é resultado do aumento da renda, da oferta de emprego e do maior acesso ao crédito, propiciado pela redução dos juros básicos iniciada no segundo semestre de 2003, porém, revertida a partir do segundo semestre de 2004. Isso fez com que a atividade econômica se recuperasse, como mostram as estatísticas sobre vendas no varejo. Por outro lado, a temperatura abaixo da média foi um fator que, na classe comercial, evitou incremento mais significativo do consumo.

Classe Industrial: A classe industrial que, em base consolidada, representa 48,8% da quantidade total de energia distribuída pela empresa, apresentou crescimento de 5,8%, influenciado principalmente pela retomada do mercado interno. Os indicadores de investimento mostram crescimento em quase todos os setores, sinalizando o aquecimento da demanda, que vai além do setor externo.

Vale ressaltar que, ao longo do exercício, ocorreu de forma mais acentuada a migração de clientes, até então cativos, para o mercado livre. Dessa forma, a classe industrial, para o segmento de distribuição, apresentou redução na quantidade de energia vendida, da ordem de 6,6%.

Demais Classes: As demais classes de consumo (Rural, Poderes Públicos, Iluminação Pública e Serviços Públicos) participaram com 13,1% do mercado total de 2004, considerando as controladas da CPFL Energia. Essas classes apresentaram crescimento conjunto de 2,3%.

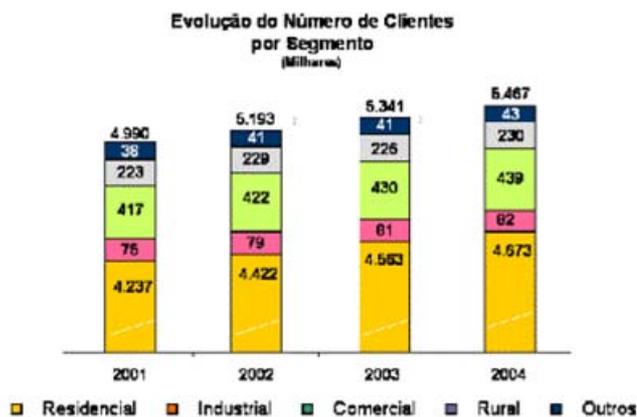
Contratos Bilaterais: A venda de energia elétrica a outros agentes do mercado apresentou crescimento expressivo, de 54,3%, em relação a 2003, contribuindo significativamente com a evolução nas vendas de energia do grupo CPFL Energia.

Em 31 de dezembro de 2004, as distribuidoras da CPFL Energia atingiram 5.467 mil clientes, com um acréscimo de 126 mil novos clientes, demonstrando a expressividade do mercado atendido, inserido em áreas de grande densidade populacional e de crescimento constante.

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



Transporte de Energia

A migração de clientes cativos para a condição de clientes livres, por outro lado, proporcionou aumento de 83% na quantidade de energia do uso de rede associado ao mercado livre, conforme apresentado na tabela a seguir.

Uso de Rede Associado ao Mercado Livre (em MWh)			
Distribuidora	2004	2003	Variação %
CPFL Paulista	2.082.908	641.110	225
CPFL Piratininga	1.908.375	1.536.003	24
Total	3.991.283	2.177.113	83

Suprimento de Energia

A energia elétrica faturada como suprimento de energia é basicamente proveniente das vendas da controlada SEMESA S.A. para Furnas, bem como da venda da comercializadora e das distribuidoras no mercado de curto prazo da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, conforme detalhamento na tabela a seguir:

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

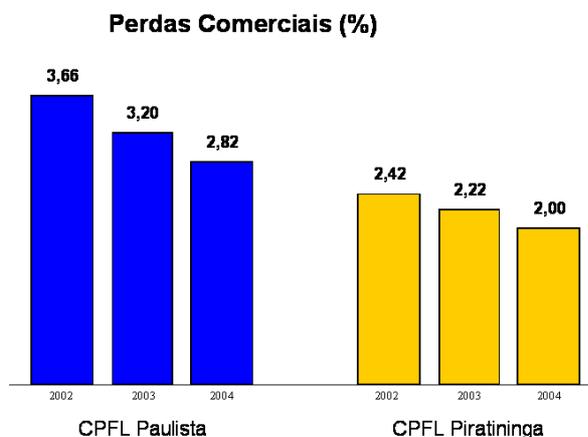
10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Perdas Comerciais

Suprimento de Energia (GWh)	2004	2003	Var(%)
Furnas Centrais Elétricas	3.034	3.026	0,3
Energia Elétrica de Curto Prazo	395	1.201	-67,1

A intensificação do Projeto de Redução de Perdas Comerciais, por meio do aprimoramento dos sistemas de análise de consumo; da constituição de novas equipes de inspeção; e da realização de 377 mil inspeções em unidades consumidoras, volume 93,7% superior àquele realizado em 2003, permitiu a redução do índice de perdas comerciais para 2,82%, na área da CPFL Paulista, e para 2,00% na área da CPFL Piratininga, em 2004 - que são os menores índices registrados nos últimos três anos.

Com essas ações, o Projeto de Redução de Perdas Comerciais proporcionou a recuperação de receita de R\$ 57,2 milhões em 2004



A RGE iniciou um programa de inspeções, com o objetivo de avaliar o funcionamento da medição de energia elétrica de 200 mil unidades consumidoras no prazo de 24 meses. O programa integra o plano de ação 2005/2006, de redução de perdas.

Gestão da Inadimplência

Em 2004, a inadimplência, calculada sobre as contas de energia vencidas há mais de trinta dias, atingiu o índice de 1,89% na CPFL Paulista e de 1,76% na CPFL Piratininga,

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

estando ambos entre os mais baixos do setor elétrico. Dentre as ações operacionais que mais contribuíram para o resultado alcançado, destacam-se a intensificação nas negociações e cobrança dos débitos e a melhoria na eficácia dos cortes, atingindo 832 mil cortes entre os clientes inadimplentes da CPFL Paulista e 300 mil entre os clientes inadimplentes da CPFL Piratininga. Na RGE, a intensificação das ações para a redução da inadimplência, apoiada, principalmente, por negociações com órgãos públicos, pela contratação de cobradoras para contratos rescindidos e pelo aumento do volume de cortes para 236 mil cortes no ano, proporcionou a redução do índice de 5,08%, em 2003, para 4,46%, em 2004.



Geração de Energia

No curso de 2004, a CPFL Geração implantou ações voltadas à otimização do cronograma físico-financeiro dos empreendimentos em construção e procedimentos de operação e manutenção para as Usinas Barra Grande, Campos Novos e Monte Claro.

Para a Operação e Manutenção desses Empreendimentos foram realizados Programas de Formação e Treinamento de Equipes, elaboração de Manuais de Operação e Manutenção, acompanhamento do comissionamento na Usina Monte Claro e relacionamento e interação com o Órgão Fiscalizador (ANEEL) e Operativo (ONS).

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em 29 de dezembro de 2004 entrou em operação a primeira unidade geradora da Usina Hidrelétrica Monte Claro, pertencente ao Complexo CERAN, no qual a CPFL Geração detém 65% de participação, o que representou o acréscimo de 42 MW à potência instalada da empresa, que atingiu 854 MW.

A Energia Assegurada das usinas da CPFL Geração está resumida a seguir:

Usina	Energia Assegurada (MW médios)
Usina Serra da Mesa (parte CPFL G)	345,83
PCH's	63,47
Usina Monte Claro (parte CPFL G)	37,83
Usina Termelétrica Carioba	25
TOTAL	472,13

O montante correspondente à energia das usinas foi comercializado com CPFL Paulista, CPFL Piratininga e CPFL Brasil, além de Furnas, no caso de Serra da Mesa.

Também em 2004 deu-se a continuidade do processo de descontração de Energia Assegurada das PCH's e Usina Termelétrica Carioba, operadas pela controlada CPFL Centrais Elétricas, à base de 25% ao ano, referente aos Contratos Iniciais firmados em 2000, com a CPFL Paulista.

Para a energia descontratada, proveniente das PCH's, foram firmados novos contratos entre a CPFL Centrais Elétricas e a CPFL Paulista, para comercialização dessa energia.

Comercialização de Energia

De acordo com as regras instituídas pelo "Novo Modelo" do setor elétrico, as atividades de comercialização de energia elétrica se desenvolvem no ambiente de contratação regulada (ACR), caracterizado pela compra e venda de energia a preços e volumes definidos e aprovados pelo órgão regulador e no ambiente de contratação livre (ACL), caracterizado pela compra e venda de energia, através de contratos bilaterais com preços e volumes livremente negociados entre as partes.

Comercialização no ambiente regulado

No grupo CPFL Energia, a comercialização de energia no ambiente regulado visa garantir as necessidades de compra das distribuidoras, a preços e volumes adequados, bem como maximizar o retorno comercial das vendas das geradoras.

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Para adaptar as empresas distribuidoras às novas regras de comercialização, em 2004, foram desenvolvidos e implantados modelos computacionais de análise e previsão do mercado de venda de energia. O sucesso das projeções desses modelos facilitaram a tomada de decisão quanto ao volume das compras de energia das distribuidoras para atendimento a seus mercados. Com isso, o planejamento financeiro do grupo foi favorecido, pois as contas de compra de energia das distribuidoras ficaram dentro dos valores previstos. A boa previsão do mercado de venda das distribuidoras contribui para o adequado planejamento dos investimentos na expansão da rede elétrica.

Foram desenvolvidos, ainda, sistemas computacionais, baseados em programação matemática, para determinar a quantidade ótima de energia comprada pelas distribuidoras do grupo no leilão de energia existente, realizado em 7 de dezembro de 2004, com o objetivo de, por um lado, maximizar os benefícios comerciais dessas compras, e, por outro lado, minimizar as possibilidades de que as distribuidoras venham a sofrer quaisquer penalidades, por não atenderem à totalidade de seus requisitos, de acordo com a exigência do decreto Nº 5.163, de 30 de julho de 2004.

Comercialização no ambiente livre

Em 2004, a CPFL Brasil, comercializadora de energia do grupo, praticamente triplicou as suas vendas totais de energia, evoluindo de 4.540 GWh em 2003 para 11.110 GWh em 2004. Sua carteira de 14 clientes livres em 2003 evoluiu para 50 clientes em 2004, portanto, apresentando um significativo crescimento de 260%. Isso permitiu a construção de expressivo portfólio de ativos contratuais, com os mais diversos agentes do setor, que proporcionou a otimização das operações de compra e venda de energia e a mitigação dos riscos da empresa.

Além da atuação na comercialização de energia elétrica, a controlada CPFL Brasil intensificou, ao longo de 2004, a venda de serviços de valor agregado (construções de subestações e linhas de transmissão, manutenção preventiva e corretiva de subestações e instalações elétricas industriais, eficiência energética, iluminação pública, sistemas de distribuição de condomínios e sistemas de tratamento de água, entre outros). Em dezembro de 2004 a carteira de obras apresentava, entre outras, 9 subestações em 138 kV, num total de 172 MVA de potência instalada, em transformação.

Essa estratégia de prestação de serviços a clientes, além de agregar valor de uma forma direta, contribui para o estreitamento da relação com os clientes, favorece a fidelização e aumenta as potencialidades nas negociações de venda de energia.

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

10. INVESTIMENTOS

Em 2004, a CPFL Energia investiu, através de suas empresas controladas, o montante de R\$ 606 milhões nos segmentos de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica, demonstrando o seu comprometimento com a perpetuação de seus negócios e com a qualidade dos serviços prestados.

No segmento de distribuição, os investimentos atingiram cerca de R\$ 261 milhões, principalmente no sistema elétrico, visando ao atendimento a novos clientes, a ampliação da capacidade instalada, a manutenção do sistema elétrico, demandas regulatórias e a modernização do sistema de distribuição, em que o destaque foi a conclusão da automação de 100% das subestações da CPFL Piratininga.

Também foram realizados investimentos de suporte operacional, infra-estrutura, telecomunicações e informática. A CPFL Paulista também concluiu, em 2004, a implantação do Projeto GIS D – Gerenciamento Integrado do Sistema de Distribuição, que consiste em uma plataforma de sistemas geo-referenciados, destinados a dar suporte a todos os processos da atividade de distribuição, incluindo os sistemas de planejamento e de cadastro técnico dos ativos elétricos, o sistema de planejamento e projeto de redes elétricas, o sistema de manutenção dos ativos e o sistema de controle e despacho operacional.

Distribuidoras	Investimento Realizado – R\$ mil
CPFL Paulista	131.241
CPFL Piratininga	64.217
RGE	65.742
Total	261.200

Com relação ao segmento de comercialização de energia, foram investidos R\$ 2 milhões, aplicados, principalmente, na infra-estrutura e aquisição de sistemas de gestão.

No segmento de geração de energia, em conformidade com a estratégia adotada pelo grupo, direcionada à ampliação da capacidade própria de geração de energia, os investimentos consolidados somaram R\$ 343 milhões em 2004 e destinaram-se à continuidade da construção dos novos empreendimentos hidrelétricos, Barra Grande, CERAN e Campos Novos, e a obras de repotenciação e modernização de PCH's. O quadro a seguir sumariza os investimentos realizados em 2004 no segmento da geração de energia elétrica.

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Empreendimento	Potência MW (Participação CPFL Geração)	Investimento Realizado (R\$ mil)
PCH's / UHE Serra da Mesa	812	4.006
Complexo CERAN	234	83.629
Usina Hidrelétrica Barra Grande	173	77.605
Usina Hidrelétrica Campos Novos	429	175.185
Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó	342	1.742
TOTAL	1.990	342.167

Em 31 de dezembro de 2004, os empreendimentos em construção apresentavam as seguintes situações:

Complexo CERAN: O Complexo CERAN compreende a construção, no Rio das Antas, no Estado do Rio Grande do Sul, de três Usinas Hidrelétricas: a Usina Monte Claro de 130 MW com 2 turbinas Kaplan de 65 MW, a Usina Castro Alves, de 130 MW, com 3 turbinas Francis de 44 MW e a Usina 14 de Julho, de 100 MW, com 2 turbinas Kaplan de 50 MW. A construção da Usina Monte Claro teve início em 1º de abril de 2002, sendo que a primeira Unidade Geradora entrou em Operação Comercial em 29 de dezembro de 2004.

As obras de construção da Usina Castro Alves tiveram início em 1º de abril de 2004, e atualmente estão em andamento as atividades de escavação em rocha das Estruturas de Desvio, da Barragem e da Casa de Força. A previsão para entrada em Operação Comercial da 1ª Unidade Geradora é para fevereiro de 2007.

A construção da Usina 14 de Julho foi iniciada em 1º de outubro de 2004. Estão em andamento as atividades de Mobilização e Implantação do Canteiro de Obras. A previsão para entrada em Operação Comercial da primeira Unidade Geradora é agosto de 2007.

As parcelas de energia das três usinas, correspondentes à CPFL Geração, já possuem contratos de compra e venda de energia aprovados pela ANEEL e assinados com as distribuidoras CPFL Paulista e CPFL Piratininga e com a CPFL Brasil.

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Usina Hidrelétrica Barra Grande: As obras de construção da Usina Barra Grande, localizada no Rio Pelotas, na divisa dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, foram iniciadas em 1º de julho de 2001. Atualmente já foram concluídos 89,3% do total do empreendimento, sendo: Obras Civas – 96,7%; Fornecimento de Equipamentos – 90,6%; Montagem Eletromecânica – 60,7%; Ações Ambientais – 69,2%. O início do enchimento do reservatório está previsto para o mês de abril de 2005 e a previsão da Geração Comercial da primeira Unidade Geradora está planejada para 31 de outubro de 2005. A parcela de energia correspondente à CPFL Geração já possui contratos de compra e venda aprovados pela ANEEL e assinados com as distribuidoras CPFL Paulista e CPFL Piratininga.

Usina Hidrelétrica Campos Novos: A Usina Campos Novos localiza-se no Rio Canoas, Estado de Santa Catarina. As obras de construção da usina tiveram início em 01 de agosto de 2001. Atualmente já foram concluídos 83,1% do total do empreendimento, sendo: Obras Civas – 88,5%; Fornecimento de Equipamentos – 71,8%; Montagem Eletromecânica – 54,7%; Ações Ambientais – 87,0%. A entrada em Operação Comercial da primeira Unidade Geradora está prevista para 31 de Janeiro de 2006. A parcela de energia da usina, correspondente à CPFL Geração, já possui contratos de compra e venda aprovados pela ANEEL e assinados com as distribuidoras CPFL Paulista e CPFL Piratininga e com a CPFL Brasil.

Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó: A Usina Foz do Chapecó será implantada no rio Uruguai, na divisa dos Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Com quatro unidades geradoras de 214MW, a usina terá potência instalada de 855MW. A Licença de Instalação - LI foi obtida em 21 de setembro de 2004 e as obras de construção têm o seu início previsto para 2005, com entrada em Operação Comercial em 2009. A parcela de energia correspondente à CPFL Geração já possui contratos de compra e venda aprovados pela ANEEL e assinados com as distribuidoras CPFL Paulista e CPFL Piratininga.

11. ANÁLISE DE RESULTADOS

O resultado consolidado da CPFL Energia advém das operações de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica, das suas controladas CPFL Paulista, CPFL Geração e CPFL Brasil, respectivamente. Segue a análise dos resultados para os exercícios de 2004 e 2003. Esta análise e discussão sobre a situação financeira e o resultado das operações da Sociedade, tanto controladora quanto consolidado devem ser feitas em conjunto com as demonstrações financeiras auditadas.

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Valores em R\$ Mil	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	2004	2003	%	2004	2003	%
RECEITA BRUTA	-	-	-	9.548.670	8.081.706	18,2
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	-	-	-	(2.812.417)	(2.024.637)	38,9
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	-	-	-	6.736.253	6.057.069	11,2
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	-	-	-	(3.804.310)	(3.465.714)	9,8
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	-	-	(3.125.752)	(3.020.175)	3,5
Encargos de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição	-	-	-	(678.558)	(445.539)	52,3
RESULTADO BRUTO	-	-	-	2.931.943	2.591.355	13,1
MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO (%)	-	-	-	43,5%	42,8%	1,7
DESPESA OPERACIONAL	(32.018)	(18.343)	74,6	(1.663.865)	(1.782.383)	(6,6)
Pessoal, Material, Serviço de Terceiros e Outros	(32.018)	(18.343)	74,6	(789.296)	(714.832)	10,4
Entidade de Previdência Privada	-	-	-	(150.630)	(84.046)	79,2
Depreciações e Amortizações	-	-	-	(287.910)	(644.273)	(55,3)
Conta Consumo Combustível - CCC	-	-	-	(251.403)	(261.269)	(3,8)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	-	(184.626)	(77.963)	136,8
RESULTADO DO SERVIÇO	(32.018)	(18.343)	74,6	1.268.078	808.972	56,8
RESULTADO FINANCEIRO	(54.091)	(293.732)	(81,6)	(683.834)	(1.007.337)	(32,1)
Receita	42.087	13.317	216,0	431.836	521.078	(17,1)
Despesa	(210.831)	(307.049)	(31,3)	(1.109.021)	(1.527.756)	(27,4)
Juros sobre o Capital Próprio	114.653	-	-	(6.649)	(659)	909,0
EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	477.060	14.683	3.149,1	-	-	-
RESULTADO OPERACIONAL	390.951	(297.392)	(231,5)	584.244	(198.365)	(394,5)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	2.621	-	-	(4.415)	43.852	(110,1)
Receita	5.272	-	-	14.935	53.943	(72,3)
Despesa	(2.651)	-	-	(19.350)	(10.091)	91,8
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS TRIBUTOS E ITEM EXTRAORDINÁRIO	393.572	(297.392)	(232,3)	579.829	(154.513)	(475,3)
Contribuição Social	-	-	-	(59.620)	(21.387)	178,8
Imposto de Renda	-	-	-	(193.114)	(87.622)	120,4
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO ITEM EXTRAORDINÁRIO	393.572	(297.392)	(232,3)	327.095	(263.522)	(224,1)
Item Extraordinário Líquido dos Efeitos Tributários	-	-	-	(33.655)	(33.655)	-
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DA PARTICIPAÇÃO DE	-	-	-	-	-	-
ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	393.572	(297.392)	(232,3)	293.440	(297.177)	(198,7)
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	(21.170)	(874)	2.322,2
Reversão dos juros sobre o capital próprio	(114.653)	-	-	6.649	659	909,0
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	278.919	(297.392)	(193,8)	278.919	(297.392)	(193,8)

Receita Bruta

No consolidado a receita operacional bruta alcançou R\$ 9.548.670 mil, apresentando-se 18,2% superior à obtida no ano de 2003. Os principais fatores que contribuíram para a variação ocorrida na receita foram:

(i) *Fornecimento faturado*

No consolidado o fornecimento faturado de energia elétrica em 2004 totalizou R\$ 8.868.847 mil, apresentando crescimento de 16,0% quando comparado com o exercício de 2003. Esse aumento deve-se basicamente aos reajustes no preço médio praticado e ao aumento na quantidade de energia vendida.

	<u>2004</u>	<u>2003</u>	<u>Variação</u>
Consolidado			
Fornecimento faturado - R\$ Mil	8.868.847	7.648.090	16,0%
Fornecimento faturado - GWh	35.928	34.471	4,2%
Preço Médio praticado - R\$ Mil/GWh	246,85	221,87	11,3%

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A tabela a seguir demonstra os reajustes anuais ocorridos em 2004 e 2003 nas tarifas das distribuidoras do grupo:

	<u>Mês</u>	<u>2003 (*)</u>	<u>2004</u>
	<u>Reajuste</u>		
CPFL Paulista	Abril	19,55%	13,65%
CPFL Piratininga	Outubro	14,68%	14,00%
RGE	Abril	27,36%	14,37%

(*) Estes percentuais de reajuste referem-se aos valores efetivamente faturados, não estando contempladas alterações posteriores definidas pela ANEEL.

O aumento no preço médio praticado deve-se ao efeito dos reajustes tarifários de 2003 e 2004, ocorridos nas subsidiárias do segmento de distribuição, e aos preços médios praticados pelo segmento de comercialização, através da venda realizada para clientes livres.

Ao longo do exercício de 2004, verificou-se a migração de clientes, até então cativos, atendidos pelas distribuidoras do grupo, para o mercado livre. Parte desses clientes, além de outros de fora da área de concessão das distribuidoras do grupo, foram conquistados pelo segmento de comercialização, através da CPFL Brasil. Como esses clientes continuam interligados ao sistema de distribuição das respectivas concessionárias de sua região, também são faturados pelo uso da rede elétrica. Essa utilização da rede elétrica resultou no faturamento, neste exercício, de R\$ 216.750 mil (R\$ 36.451 mil em 2003).

O aumento na quantidade de energia vendida deve-se basicamente a retomada da economia refletindo no aumento no consumo para as diversas classes de clientes, conforme analisado anteriormente em "Desempenho dos Negócios – Mercado de Energia"; e ao crescimento das operações em nosso segmento de comercialização.

(ii) *Alteração da revisão tarifária de 2003 para a CPFL Piratininga*

Em outubro de 2003, a ANEEL determinou que a revisão tarifária para a CPFL Piratininga, controlada da CPFL Paulista, seria de 18,08%, em caráter provisório. Para manter o princípio da modicidade tarifária e a condição de equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, o aumento autorizado na tarifa foi de 14,68%. A diferença entre estes percentuais estava sendo provisionada desde 2003, por orientação da ANEEL, sendo que sua recuperação estava prevista para os três reajustes tarifários anuais seguintes. Entretanto, em outubro de 2004, a ANEEL alterou ainda em caráter provisório a referida revisão tarifária, para o percentual de 10,51%. A diferença de receita entre o reposicionamento tarifário de 2003, que foi de 14,68%, e o percentual de 10,51%, será compensada financeiramente no reajuste tarifário de outubro de 2005, caso esses percentuais sejam confirmados como definitivos.

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Dessa forma, a CPFL Piratininga realizou no exercício os devidos ajustes para refletir o novo percentual, impactando o resultado consolidado: (i) reversão da receita reconhecida em 2003, referente ao diferencial de 18,08% para os 14,68%, no valor de R\$ 13.798 mil, e (ii) constituição de provisão relacionada à diferença negativa entre o percentual de 14,68% para o percentual de 10,51%, reduzindo a receita no valor de R\$ 69.744 mil.

(iii) *Provisão para perda de realização de Ativos Regulatórios*

Com base no período estabelecido pela ANEEL para recuperação dos ativos regulatórios, através da recomposição tarifária extraordinária na CPFL Paulista e CPFL Piratininga, e através de projeções financeiras realizadas pelas Sociedades, foi constituída uma provisão para perda na realização desses ativos, no valor de R\$ 32.250 mil no consolidado.

(iv) *Subvenção Baixa Renda*

Devido às mudanças nas diretrizes e critérios para o enquadramento de unidades consumidoras na subclasse residencial baixa renda, atendida pelas controladas do segmento de distribuição, e considerando que os subsídios concedidos aos consumidores devem ser compensados através da tarifa cobrada aos demais consumidores do mercado, a ANEEL determinou uma nova metodologia a ser aplicada para a apuração dessas diferenças. Através dessa metodologia, as controladas do segmento de distribuição apuraram o montante de R\$ 46.785 mil, não repassados à tarifa dos demais clientes, Esta diferença está registrada como uma receita, ainda pendente de homologação pelo órgão regulador, devendo ser ressarcida através de subvenção econômica pela Eletrobrás.

(v) *Suprimento de Energia Elétrica*

A energia elétrica faturada como suprimento de energia é basicamente proveniente das vendas da controlada SEMESA S.A. para Furnas, bem como da venda da comercializadora e das distribuidoras no mercado de curto prazo da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. O aumento da receita e de R\$ 35.067 mil (12,7%) em 2004, deve-se basicamente ao repasse da inflação aos contratos de suprimento, bem como ao aumento das operações realizadas.

Do total da receita de suprimento de energia em 2004, a SEMESA S.A, controlada da CPFL Geração, faturou a Furnas R\$ 253.571 mil, sendo 9,1% superior que o montante faturado em 2003, devido basicamente ao reajuste da tarifa aplicada. As demais receitas de suprimento são essencialmente de contratos bilaterais firmados com outros agentes do setor elétrico e energia de curto prazo. Se for excluído o total da energia negociada na CCEE e a quantidade de energia vendida pela SEMESA, pode-se verificar aumento na quantidade vendida de 244 GWh.

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

(vi) Outras variações

Além dos efeitos descritos anteriormente, ainda existem outras contas com variações significativas, mas que não afetam o resultado da controladora e de suas controladas, devido à existência de contrapartidas de valor equivalente, como despesas na demonstração do resultado. A natureza dessas rubricas e a explicação para essas variações são as seguintes:

- Energia Livre - Através da Resolução Normativa nº 1/2004, a ANEEL retificou o montante relacionado às transações de Energia Livre, registradas nos exercícios de 2001 e 2002, a ser repassado aos geradores de modo que fosse reconhecida no exercício de 2003 a redução de R\$ 26.248 mil no consolidado. Em junho de 2004, a ANEEL republicou a referida resolução, retificando os valores da Energia Livre, fazendo com que as controladas reconhecessem em 2004 um acréscimo de R\$ 57.199 mil. Efeito similar pode ser verificado na rubrica "Energia Comprada para Revenda", excluídos os efeitos de impostos.
- Encargos Emergenciais - ECE/EAAE: A variação existente deve-se aos aumentos dos encargos ocorridos ao longo do exercício e sua contrapartida está registrada como Deduções da Receita Operacional.

Deduções da Receita Operacional

A rubrica deduções da receita operacional, no exercício, totalizou R\$ 2.812.417 mil, apresentando aumento de 38,9% em relação ao exercício anterior. Esse aumento deve-se basicamente (i) ao aumento da receita operacional, conforme descrito acima, (ii) às alterações na legislação do PIS e da COFINS, que promoveu mudança na base de cálculo, e elevação da alíquota da COFINS de 3,0% para 7,6% a partir de fevereiro de 2004 e, (iii) em conformidade com a interpretação técnica do IBRACON nº 1/2004, nossas controladas registraram, no exercício de 2004, os créditos sobre custos operacionais compensados na apuração do PIS e COFINS, líquidos nas respectivas contas de despesas.

Custo do Serviço de Energia Elétrica

Esse custo é representado pelas rubricas analisadas a seguir:

(i) Energia Elétrica Comprada para Revenda

Os custos com energia elétrica comprada para revenda em 2004, foram de R\$ 3.125.752 mil, líquido dos efeitos do diferimento de custos tarifários (CVA), dos créditos do PIS e COFINS, bem como dos efeitos dos ajustes de Energia Livre.

A energia adquirida pode ser detalhada segregando-se a energia comprada de Itaipu, que possui seu preço atrelado ao dólar norte-americano, dos demais contratos firmados:

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Itaipu	Consolidado		
	2004	2003	Variação
Energia comprada - R\$ Mil	947.844	982.589	-3,5%
Energia comprada - GWh	10.336	10.574	-2,3%
Preço Médio - R\$ Mil / GWh	91,70	92,93	-1,3%
Energia Comprada - Outros			
Energia comprada - R\$ Mil	2.303.570	1.968.410	17,0%
Energia comprada - GWh	31.059	29.883	3,9%
Preço Médio - R\$ Mil / GWh	74,17	65,87	12,6%
Total Energia Comprada			
Energia comprada - R\$ Mil	3.251.414	2.950.999	10,2%
Energia comprada - GWh	41.395	40.457	2,3%
Preço Médio - R\$ Mil / GWh	78,55	72,94	7,7%

A redução de 3,5% verificada nos custos de energia comprada de Itaipu pode ser explicada pelo efeito da redução na quantidade de energia adquirida no exercício e a queda na variação cambial, responsável pela atualização dos preços da energia paga. Essa redução na variação cambial contribuiu para o aumento das despesas de CVA, uma vez que permaneceu em patamar inferior ao que constou na tarifa definida pela ANEEL. Adicionalmente a esse efeito, verifica-se que em 2004 ocorreu a amortização de parcela da CVA constituída em períodos anteriores.

Com relação à energia adquirida de outras concessionárias e permissionárias, verificou-se que o aumento das despesas no exercício, advém do reajuste aplicado nas tarifas de compra de energia, cujo aumento médio no exercício reflete o repasse nos custos de geração e a flutuação do IGP-M, além da substituição da energia dos contratos iniciais.

Além dos efeitos descritos acima, o custo com energia elétrica no exercício de 2004 está deduzido do crédito de R\$ 288.604 mil, decorrência dos créditos do PIS E COFINS cumulativo, conforme determinado pela legislação fiscal e pronunciamento do IBRACON.

Adicionalmente, em janeiro de 2004, a ANEEL retificou o montante de Energia Livre, registrado nos exercícios de 2001 e 2002, a ser repassado aos geradores, determinando que no exercício de 2003, fosse reduzido o montante de R\$ 25.620 mil. Em junho de 2004, a ANEEL republicou a referida resolução, retificando os valores da Energia Livre, determinando que a controlada CPFL Piratininga reconhecesse no resultado de 2004, um adicional de R\$ 67.536 mil.

(ii) Encargos de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição

Os custos decorrentes de encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição antes do diferimento de custos tarifários (CVA), e do crédito de PIS e COFINS, foram de R\$ 641.662 mil para o exercício de 2004, apresentando-se 16,6% superior ao exercício anterior. Esse aumento reflete basicamente o reajuste nas tarifas aplicadas.

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A variação existente no diferimento dos custos tarifários (CVA) no exercício de 2004 (crédito de R\$ 104.939 mil para débito no resultado de R\$ 100.815 mil), deve-se principalmente à amortização da CVA referente à Rede Básica e ao Encargo de Serviço do Sistema (ESS), que haviam sido constituídos em 2003.

Adicionalmente, no exercício foram reconhecidos os créditos do PIS e COFINS, no montante de R\$ 63.919 mil. Após esses efeitos, o saldo de Encargos do Sistema de Transmissão e Distribuição no ano de 2004 passou a ser de R\$ 678.558 mil (R\$ 445.539 mil no mesmo período do exercício anterior).

Despesa Operacional

As despesas operacionais em 2004 totalizaram R\$ 32.018 mil na controladora apresentando acréscimo de 74,6% em relação ao exercício anterior, enquanto que no consolidado totalizaram R\$ 1.663.865 mil, apresentando decréscimo de 6,6% quando comparados com os custos e despesas obtidos em 2003. As principais naturezas e a explicação para as variações estão descritas a seguir:

Pessoal, Material, Serviço de Terceiros e Outros

Na controladora, essas despesas em 2004 totalizaram R\$ 32.018 mil, apresentando acréscimo de 74,6% em relação ao exercício anterior. Esse aumento está associado às despesas com serviços de terceiros, referentes a honorários de advogados, auditores e outras despesas associadas ao processo de oferta pública de ações. Adicionalmente, há um acréscimo das despesas associadas a propaganda e publicidade.

No consolidado, essas despesas totalizaram R\$ 789.296 mil, apresentando acréscimo de 10,4%, em relação ao período anterior. Quando comparadas com a inflação do período, de 12,4%, medida pelo IGP-M, fica demonstrado o resultado do programa de controle de custos e sinergias operacionais existente nas diversas empresas do grupo.

Entidade de Previdência Privada

Os custos dessa rubrica referem-se aos gastos com os benefícios concedidos aos empregados, patrocinado pelas controladas. O reconhecimento das despesas é realizado a partir de cálculo preparado por atuários externos, com base em premissas salariais, tábua de mortalidade, expectativa de inflação e outras condições estimadas. No exercício de 2004, esses custos totalizaram R\$ 150.630 mil no consolidado, apresentando acréscimo de 79,2% quando comparados com o exercício anterior.

O exercício de 2003, está impactado pela redução nos custos decorrentes de alterações no método de contabilização de Previdência Privada, quando foi efetuada a reversão de determinados encargos provisionados em 2002, quando da adoção da nova regra da CVM sob Previdência Privada.

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Depreciações e Amortizações

O montante dessa rubrica em 2004, de R\$ 287.910 mil no consolidado, apresentou decréscimo de 55,3%, quando comparado com o exercício de 2003. Essa redução deve-se basicamente à mudança no prazo de amortização do ágio das controladas e constituição de provisão para manutenção e integridade do Patrimônio Líquido na CPFL Paulista e CPFL Piratininga.

A mudança da curva de amortização do ágio incorporado pela controlada RGE passando de 10 anos para o período remanescente da concessão, resultou em efeito positivo no resultado do exercício de R\$ 64.552 mil.

Com o objetivo de proteger o fluxo de dividendos para os acionistas, a controlada CPFL Paulista e CPFL Piratininga constituíram provisão para a manutenção da integridade do Patrimônio Líquido, em contrapartida a uma provisão redutora do ágio de incorporação. O efeito dessa operação no resultado consolidado é a eliminação do impacto da amortização do ágio incorporado, que, em 2003 foi de R\$ 289.706 mil.

Conta de Consumo de Combustível - CCC

Os custos desta rubrica referem-se a custos de operação das usinas termelétricas, rateados entre as concessionárias distribuidoras de energia elétrica. No exercício, esses custos totalizaram R\$ 251.403 mil no consolidado, que apresenta redução de 3,8%, quando comparados com o exercício anterior. Essa variação deve-se ao aumento das contribuições ocorridas no exercício, líquidos dos efeitos do diferimento e amortização dos custos tarifários (CVA), de forma a adequar a despesa aos valores estimados na composição de sua tarifa.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

Os custos desta rubrica referem-se às contribuições realizadas pelas distribuidoras de energia elétrica, com o objetivo de custear os projetos voltados ao desenvolvimento e incentivo a fontes alternativas de energia. No exercício, esses valores totalizaram R\$ 184.626 mil no consolidado, com acréscimo de 136,8%, quando comparados ao exercício de 2003. Essa variação deve-se ao efeito combinado do aumento das contribuições ocorridas no exercício, aos efeitos do diferimento e amortização dos custos tarifários (CVA), de forma a adequar a despesa aos valores estimados na composição de sua tarifa.

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Resultado do Serviço

Na controladora, o resultado do serviço em 2004, negativo em R\$ 32.018 mil, apresentando evolução negativa de 74,55%, comparada com o resultado obtido em 2003. Esse aumento deve-se às despesas com serviços de terceiros, referentes a honorários de advogados e auditores, além de outras despesas associadas ao processo de oferta pública de ações.

No consolidado, o resultado do serviço em 2004 foi positivo em R\$ 1.268.078 mil, apresentando aumento de 56,8%, comparado com o resultado do exercício anterior. Os principais fatores que contribuíram para esse aumento foram: (i) o crescimento das vendas, devido ao aumento do consumo com a retomada da economia e o aumento das operações da CPFL Brasil, (ii) os reajustes tarifários ocorridos, (iii) a contenção dos custos e das despesas operacionais, (iv) a adoção da constituição de provisão para a recomposição do Patrimônio Líquido em contrapartida a uma provisão redutora do ágio de incorporação, eliminando-se assim o efeito da amortização do ágio incorporado (v) o efeito positivo da mudança da nova curva de amortização do ágio incorporado na controlada RGE. O resultado, no entanto, foi afetado pelos ajustes realizados em consequência da revisão do reajuste tarifário de 2003 na controlada CPFL Piratininga.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro na controladora representou, nesse exercício, uma despesa líquida de R\$ 54.091 mil, apresentando um decréscimo de 81,6% quando comparado com 2003,

Essa evolução positiva deve-se principalmente ao efeito combinado pelo aumento nas receitas financeiras, à redução das despesas financeiras e ao reconhecimento da receita de Juros sobre o Capital Próprio no montante de R\$ 114.653 mil.

As receitas financeiras da controladora decorrem basicamente do aumento dos recursos em caixa e conseqüente rendimento de aplicações, gerando uma receita no montante de R\$ 37.678 mil.

A redução das despesas financeiras da controladora em 31,3% reflete, basicamente (i) a redução do nível de endividamento, (ii) pela amortização de ágio no montante de R\$ 42.286 mil, oriundo do impacto no patrimônio líquido da controlada CPFL Paulista no exercício de 2004, em função da constituição de provisão para manutenção da integridade de seu patrimônio líquido, e (iii) o reconhecimento de despesas não recorrentes oriundas da operação de oferta pública inicial, no montante de R\$ 32.972 mil.

No consolidado, o resultado financeiro líquido em 2004, apresentou redução de 32,1% em relação ao exercício anterior, totalizando uma despesa líquida de R\$ 683.834 mil.

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A receita financeira consolidada em 2004 apresentou resultado desfavorável em R\$ 89.432 mil (17,1%), decorrente basicamente da redução da taxa Selic, responsável pela correção dos principais ativos regulatórios, da ordem de R\$ 74.831 mil (28,7%), dos efeitos das operações de hedge em 2003 no montante de R\$ 87.641 mil, Esses efeitos foram compensados parcialmente por: (i) aumento de R\$ 61.614 mil nas receitas oriundas das aplicações financeiras, (ii) aumento dos acréscimos moratórios da ordem de R\$ 13.257 mil e (iii) aumento das atualizações monetárias no montante de R\$ 22.745 mil..

A despesa financeira líquida consolidada em 2004, totalizando R\$ 1.109.021 mil, apresentou redução de 27,4% em relação a 2003, devido basicamente a (i) redução dos encargos da dívida, devido a redução das taxas de Selic e CDI, indexadores responsáveis por atualizar grande parte das dívidas (redução de R\$ 232.852 mil), (ii) redução da amortização do ágio de aquisição, decorrente da alteração da curva de amortização, passando a ser efetuada pelo período remanescente da concessão (redução de R\$ 67.350 mil), e (iii) ao crédito do PIS e COFINS sobre despesas financeiras até agosto de 2004, conforme permitido pela legislação vigente na época no montante de R\$ 44.426 mil. Esses efeitos foram parcialmente compensados com o aumento das despesas bancárias principalmente na controladora, devido à operação de oferta pública de ações registrando aumento de R\$ 52.059 mil, conforme descrito anteriormente.

Equivalência Patrimonial

O resultado da equivalência patrimonial de 2004 foi de R\$ 477.060 mil, com acréscimo de R\$ 462.377 mil em relação ao mesmo período de 2003, devido basicamente a: (i) significativa recuperação no resultado da controlada CPFL Paulista, da ordem de R\$ 363.830 mil, decorrente, principalmente, do efeito positivo nas despesas com amortização de ágio de seus investimentos, da alteração da curva de amortização, bem como da constituição de provisão para a recomposição do Patrimônio Líquido em contrapartida a uma provisão redutora do ágio de incorporação nas controladas, que anularam o efeito da amortização do ágio incorporado nas controladas CPFL Paulista e CPFL Piratininga, (ii) pelo resultado positivo da controlada CPFL Geração, devido principalmente à redução verificada em seu resultado financeiro, aliada aos bons resultados de suas controladas CPFL Centrais Elétricas e Semesa, e (iii) pelo resultado positivo da controlada CPFL Brasil, devido ao crescimento operacional na venda de energia para clientes livres e outras concessionárias e permissionárias.

A tabela a seguir demonstra a variação da equivalência patrimonial das controladas da CPFL Energia:

Controladas	2004	2003	Varição
CPFL Paulista	306.695	(38.715)	345.410
CPFL Geração	68.649	2.656	65.993
CPFL Brasil	101.716	50.742	50.974
Total	477.060	14.683	462.377

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Resultado não Operacional

A principal variação ocorrida entre os exercícios deve-se à alienação da participação acionária nos projetos de geração da BAESA e ENERCAN que tiveram resultado positivo em 2003 de R\$ 14.815 mil e R\$ 24.722 mil, respectivamente.

Contribuição Social e Imposto de Renda

Em 2004 foram registradas despesas de Contribuição Social e Imposto de Renda de R\$ 252.734 mil no consolidado, apresentando acréscimo de 131,6%, quando comparado com o exercício de 2003. A principal razão para tais variações deve-se à situação de lucro nas controladas, gerando base de cálculo positiva com maior lucro tributável no exercício.

Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício

O lucro líquido apurado no exercício de 2004 foi de R\$ 278.919 mil, apresentando uma recuperação de R\$ 576.311 mil, em relação ao prejuízo líquido apurado no mesmo período do ano anterior, representando uma significativa recuperação nos resultados das controladas. A obtenção desse resultado deve-se principalmente aos efeitos do aumento no resultado do serviço e à redução nas despesas financeiras, líquidos dos efeitos tributários.

Capacidade de Geração de Caixa

A geração operacional de caixa, medida pelo EBITDA em 2004, totalizou R\$ 1.681.033 mil, apresentando acréscimo de 9,1%, quando comparado ao exercício de 2003.

Os principais fatores que contribuíram para esse aumento foram o aumento da receita operacional de suas subsidiárias devido (i) o crescimento das vendas consolidadas, (ii) reajustes tarifários anuais ocorridos, e (iii) ao aumento das operações da atividade de comercialização. Adicionalmente a este efeito, a contenção dos custos e despesas operacionais gerenciáveis, e sinergias operacionais existente entre as diversas empresas do grupo, mantiveram as despesas abaixo da inflação medida no período.

O EBITDA foi calculado a partir do lucro líquido do exercício, excluído os efeitos do resultado financeiro, Imposto de Renda, Contribuição Social, depreciação, amortização e despesas referentes à Entidade de Previdência Privada (incluindo o efeito do Item Extraordinário, líquido dos efeitos de impostos). Adicionalmente, foram excluídas transações não recorrentes, relacionadas ao resultado da alienação de participação societária ocorrida em 2003.

O EBITDA é uma medida prática para aferir a performance operacional e pode ser definido e calculado de diversas maneiras.

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

12. ENDIVIDAMENTO

A CPFL Energia vem atuando na adequação da dívida financeira à realidade da empresa buscando, a melhoria do perfil do endividamento através da redução do custo médio, alongamento de prazos e mitigação dos riscos atrelados aos seus indexadores.

No ano de 2004, foram tomadas várias iniciativas para atingir esses objetivos, principalmente através do acesso a instrumentos financeiros diferenciados nos mercados local e internacional.

Na CPFL Energia, foram captados US\$ 40 milhões, com prazo de 6 anos, junto ao IFC - *International Finance Corporation*, braço financeiro do Banco Mundial. A operação contratada incluiu a CPFL Energia no grupo das poucas empresas a obter financiamento do IFC nessa modalidade. Através de estrutura financeira denominada SWAP foi possível cobrir o risco cambial ao custo de 105,3% do CDI.

Na CPFL Piratininga, foram captados R\$ 200 milhões através do FIDC – Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios, ao custo de 115% do CDI, pelo prazo de 3 anos. A operação destacou-se por ser pioneira no setor elétrico e a primeira com recebíveis a performar, cuja estrutura possibilitou a mitigação de riscos aos investidores sem a necessidade da contratação de seguro de performance.

A CPFL Paulista captou R\$ 250 milhões através do lançamento de debêntures em duas séries, sendo R\$ 120 milhões indexados ao CDI e R\$ 130 milhões indexados ao IGP-M, ambas com prazo de 5 anos. Além das condições competitivas, com essa emissão a CPFL Paulista reabriu o acesso a financiamentos no mercado de capitais brasileiro com prazos superiores a 3 anos.

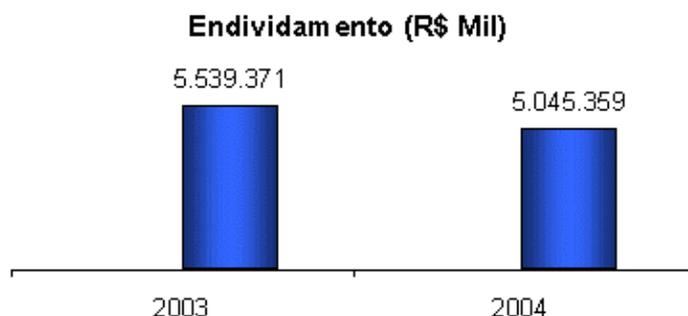
Com relação aos projetos de geração, destacam-se, em 2004, a conclusão da estrutura dos financiamentos prevista para a BAESA – Energética Barra Grande S.A., através da contratação de financiamento suplementar com o BNDES, no montante de R\$ 300 milhões, além da emissão de debêntures no montante de R\$ 180 milhões, e para a Campos Novos Energia SA., que obteve financiamento do BID no montante de US\$ 75 milhões. Vale ressaltar que esses valores representam o total contratado pelos projetos de geração, os quais se refletem na CPFL Energia proporcionalmente à sua respectiva participação nos mesmos.

Essas novas captações, combinadas com o resgate das debêntures da CPFL Energia no valor de R\$ 787 milhões e demais amortizações ocorridas no período, proporcionaram, em 2004, redução de 8,9% na dívida financeira consolidada.

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



Erro!

Adicionalmente, o BNDES aprovou no mês de dezembro de 2004, a concessão de Financiamento a Empreendimentos (FINEM), através do repasse por agentes financeiros para a CPFL Paulista e CPFL Piratininga, nos montantes de R\$ 241 milhões e R\$ 89 milhões, respectivamente, ambos indexados à TJLP e com prazo de 6 anos. O início da liberação dos recursos está previsto para o primeiro semestre de 2005.

13. ATENDIMENTO AO CLIENTE

Para atendimento aos seus clientes, as distribuidoras da CPFL Energia mantêm uma estrutura sustentada basicamente por Call Centers, com funcionamento diário e ininterrupto, Agências de Atendimento e sites na Internet.

Em 2004, na CPFL Paulista e na CPFL Piratininga foram realizados 12.842.390 atendimentos, número 9% superior ao do ano de 2003, decorrente, basicamente, da intensificação das ações dos programas de redução da inadimplência e de perdas comerciais. Do total de atendimentos, 70,4% foram realizados através do Call Center, 19,6% via site (www.cpf.com.br) e 10%, através de 53 Agências de Atendimento, em municípios de suas áreas de atuação.

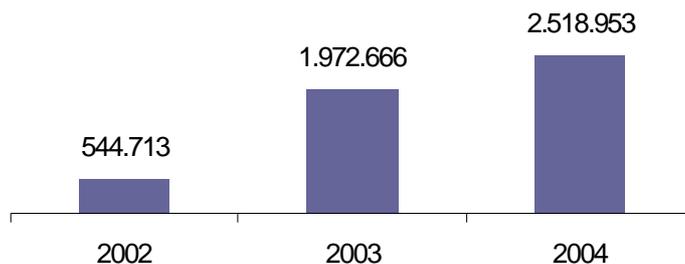
Destaque para a expressiva participação registrada nos atendimentos eletrônicos realizados através do site, que proporcionam maior comodidade e agilidade para os clientes, além de redução de custos para as distribuidoras.

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Evolução do Atendimento pela Internet -
 CPFL Paulista e CPFL Piratininga (Nº)**



Especificamente para os clientes ligados em alta tensão, a CPFL Paulista e a CPFL Piratininga dispõem de atendimento diferenciado, com um Contact Center próprio, suportado por uma equipe altamente capacitada, bem como uma equipe de gerentes de negócios, distribuídos de forma regionalizada pela área de concessão. Em 2004 foram realizados 133.322 atendimentos aos clientes de alta tensão.

14. QUALIDADE DO FORNECIMENTO DE ENERGIA

Como decorrência da eficiência na gestão operacional e dos investimentos realizados a CPFL Paulista e a CPFL Piratininga mantiveram os seus indicadores de qualidade do fornecimento de energia elétrica aos seus clientes em nível de excelência. Isto reflete as ações de inspeção e manutenção preventiva das redes e linhas de distribuição, a flexibilidade operacional do sistema elétrico e a organização da logística de serviços de atendimento a emergências. Na RGE os investimentos realizados e as iniciativas desenvolvidas em 2004 já proporcionaram a melhora dos indicadores de qualidade do fornecimento de energia.

A CPFL Paulista manteve-se na condição de líder do setor elétrico nacional em qualidade de fornecimento, reconhecida como a melhor distribuidora do Brasil, em 2004, pela revista Eletricidade Moderna.



01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

15. SATISFAÇÃO DOS CLIENTES

Em 2004, a CPFL Paulista conquistou o Prêmio IASC – Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor, da Agência Nacional de Energia Elétrica, por ter alcançado a melhor avaliação dos clientes da Região Sudeste do Brasil, entre as distribuidoras com mais de 400 mil clientes. O resultado foi obtido em pesquisa de satisfação realizada com os clientes das distribuidoras de energia brasileiras. Nessa mesma avaliação, a CPFL Piratininga e a RGE também se classificaram entre as três melhores empresas, respectivamente, nas regiões Sudeste e Sul do Brasil.



16. PROGRAMAS DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA, PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

Os Programas de Eficiência Energética e de Pesquisa e Desenvolvimento da CPFL Paulista e da CPFL Piratininga decorrem de cláusula prevista nos contratos de concessão, estabelecendo que as distribuidoras de energia devem destinar 1% de sua receita operacional líquida para projetos dessa natureza.

Na área de eficiência energética, a CPFL Paulista e a CPFL Piratininga desenvolveram, respectivamente, 164 e 110 projetos, com o objetivo principal de promover o uso eficiente da energia elétrica, destacando-se os programas: Eficiência Energética na Iluminação Pública e em Praças Públicas, Diagnósticos Energéticos e Implementações Industriais e Comerciais, Diagnósticos Energéticos e Implementações em Serviços Públicos de Água e Esgoto, Delegacias de Polícia e Hospitais, Programas Educativos de Eficiência Energética e Meio Ambiente: CPFL nas Escolas e Curso de Gestão Energética Industrial.

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Os objetivos dos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D da CPFL Paulista e da CPFL Piratininga atendem a seis aspectos: Manutenção do *status quo* tecnológico da empresa, Aumento da Receita, Rentabilização dos Ativos, Redução do Custo Operacional, Imagem Institucional e Minimização de Riscos.

Os projetos utilizam ferramentas científicas de ponta e têm como principal meta implementar Pesquisa Tecnológica, que resulta em produtos aplicáveis internamente e disponibilizáveis para venda de produtos e serviços.

17. GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

A política de Recursos Humanos da CPFL Energia está alicerçada nos princípios da ética e transparência, produtividade, realização pessoal e profissional, responsabilidade social e igualdade de oportunidades.

Em 2004, o objetivo principal da gestão de Recursos Humanos foi prover, desenvolver e reter os profissionais, com níveis adequados de competência e desempenho, melhorando ainda mais o clima organizacional, pois a CPFL Energia acredita, convictamente, que existe uma conexão direta entre o clima e os resultados do negócio.

O orgulho profissional e a satisfação dos colaboradores quanto às práticas de gestão de pessoas foram avaliados por meio de ampla pesquisa de Clima Organizacional, conduzida em parceria com a Consultoria HayGroup. Com a adesão de 97% dos colaboradores e gestores, o resultado apresentou índice geral de favorabilidade de 76%, a maior observada desde 1999. A empresa saltou 13 pontos percentuais em relação à última pesquisa e passou a integrar o seletor grupo de companhias que possuem os melhores resultados do mercado Hay. Ou seja, a CPFL Energia tornou-se *benchmark* de clima organizacional (nesses dados não estão incluídos os resultados da controlada RGE).

Outro fato que comprova a satisfação e o orgulho dos colaboradores é o que situou a CPFL Energia, pelo 3º ano consecutivo, entre as Melhores Empresas para se Trabalhar no Guia Exame, organizado pelas revistas Exame e Você SA, seguindo critérios de avaliação definidos pelo Great Place to Work®Institute. O destaque foi o grande salto nas dimensões “Equilíbrio entre Trabalho e Vida Pessoal”, “Imparcialidade”, “Respeito e Camaradagem”.



A complexidade e a dinâmica dos processos de gestão, distribuição, comercialização e geração de energia elétrica exigem, cada vez mais, alto grau de qualificação técnica e gerencial, na busca permanente da excelência e do crescimento empresarial.

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Com esse foco, a CPFL Energia investiu intensamente em programas de capacitação e desenvolvimento de seus profissionais, por meio de cursos técnicos, seminários, *workshops* e atividades de especialização, que proporcionaram cerca de 100Hht de treinamento por colaborador, com substancial aumento em relação a 2003, mantendo-se os mesmos patamares de investimento.

A rotatividade de pessoal, com índice de 6,96%, manteve o equilíbrio entre retenção e renovação de profissionais. O quadro de pessoal manteve-se estável durante todo o ano, encerrando o exercício com 5.517 colaboradores, em comparação aos 5.393 colaboradores em 2003.

Em 2004 foi realizado o Censo de Recursos Humanos, via intranet, para todos os colaboradores efetivos, terceiros, estagiários e patrulheiros, com o objetivo de atualizar os dados já existentes – informações pessoais, profissionais e dos dependentes -, o que possibilitou atualizar o perfil das pessoas que trabalham na CPFL Energia sob o ponto de vista da diversidade. Após o levantamento do Censo, traçou-se um plano de ação para aprimorar a prática de gestão de pessoas e, em especial, a valorização da diversidade. Essa política de inclusão e respeito às diferenças concretizou, de imediato, ações efetivas no processo de recrutamento e seleção. Em 2004, ingressaram no grupo CPFL Energia, 436 novos colaboradores, sendo que, mais de 60% das contratações decorreram das ações de valorização da diversidade nos segmentos de gênero, raça ou cor, faixa etária e portadores de deficiência.

Os colaboradores da CPFL Energia têm o seguinte perfil:

- Idade média de 36 anos
- Tempo médio de empresa de 10,4 anos



A produtividade das controladas CPFL Energia, medida pelo índice de clientes por empregados do quadro próprio, foi de 1.090 na CPFL Paulista, 1.162 na CPFL Piratininga e 762 na RGE. A potência instalada por colaborador na Geração alcançou o índice de 7,5 MW/Colaborador.

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

18. SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

A CPFL Energia estimula seus colaboradores a se conscientizarem de que cada um deles é responsável pelo desenvolvimento e pela sustentabilidade dos negócios. Dessa forma, empenha-se em fazer com que cada colaborador considere sempre os impactos econômicos, sociais e ambientais de todas as suas ações nos públicos com que se relaciona.



Por considerar que o caminho para o avanço na área de gestão se inicia na concepção dos planos de trabalhos, há pelo menos cinco anos a empresa assume como premissa que as questões relacionadas à sustentabilidade e à responsabilidade corporativa integrem seus sistemas de planejamento e gestão.

Em acordo com esse princípio, o alinhamento da CPFL ao compromisso com os critérios de excelência está assegurado pelo Sistema de Gestão Integrado – SGI, a partir da Gestão da Qualidade, da Gestão da Responsabilidade Corporativa, da Gestão Ambiental e da Gestão da Saúde, Segurança do Trabalho e Qualidade de Vida.

- O **Programa de Gestão da Qualidade** visa garantir que os procedimentos técnico-administrativos, bem como a estrutura organizacional, atendam aos quesitos estabelecidos nas normas ISO 9001 e 14001, OHSAS 18001 e SA 8000 e sejam aplicados também nos empreendimentos em que a CPFL Energia tenha controle.
- O **Programa CPFL de Sustentabilidade e Responsabilidade Corporativa** tem como objetivo atuar na gestão dos impactos dos negócios e organizar as ações das empresas da CPFL Energia, em seu compromisso de contribuir para o desenvolvimento sustentável do Brasil, nas dimensões econômicas, sociais e ambientais.
- Com o **Programa Ambiental**, a empresa se preocupa em exercer suas atividades com total respeito ao meio ambiente, cumprindo a legislação, minimizando e mitigando os impactos ao meio ambiente.
- A **Gestão da Saúde, da Segurança do Trabalho e da Qualidade de Vida** tem como premissa a busca contínua do bem-estar dos colaboradores, por meio de ambientes de trabalho saudáveis e seguros, de acordo com a legislação vigente em segurança e medicina do trabalho.

Além desses programas, em 2004 a *holding* CPFL Energia publicou seu Relatório Anual, sobre o Exercício 2003, pela segunda vez consecutiva de acordo com as Diretrizes da Global Reporting Initiative – GRI, as quais destacam com igual importância as dimensões

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

econômicas, ambientais e sociais dos negócios e têm se tornado referência para os relatórios sobre negócios sustentáveis, em todo o mundo.

Responsabilidade na Prática

Entre as ações realizadas em 2004, com o objetivo de incorporar as questões relacionadas à Sustentabilidade e à Responsabilidade Corporativa nas atividades cotidianas das empresas e das comunidades próximas, destacam-se:

- **Implantação do Programa de Valorização da Diversidade:** A empresa entende que essa valorização deve se tornar um princípio organizacional. Há muito a ser feito, pragmaticamente, para vencer as barreiras que impedem o acesso de profissionais de diferentes segmentos sociais às empresas. Mas, o programa marca o compromisso da CPFL Energia em se ocupar efetivamente desse princípio nas contratações que realiza, como aconteceu ao longo de 2004, principalmente para as atividades do *Call Center* - atitude que está, desde então, sempre presente em seus planos para os recursos humanos.
- **Lançamento do Programa CPFL de Estímulo ao Voluntariado Cidadão:** Esse programa foi criado para incentivar a ação voluntária, integrando as iniciativas dos colaboradores de modo a criar o maior valor possível para a sociedade. Representa um posicionamento da CPFL Energia diante da importância da contribuição voluntária para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.
- **Adesão ao Global Compact:** Em 2004, a CPFL Energia aderiu ao Global Compact e foi o centro de movimento, realizado na região de Campinas (SP), pela busca de adesões empresariais às Metas do Milênio. Global Compact é a iniciativa da ONU-Organização das Nações Unidas para obter compromissos de empresas de todo o mundo com princípios relacionados aos direitos humanos, à melhoria da qualidade de vida no trabalho e à preservação do meio ambiente. As Metas do Milênio foram estabelecidas também pela ONU, estão alinhadas a esses princípios e são compostas por oito objetivos de desenvolvimento, a serem atingidos até 2015. Referendadas por todos os 189 países membros, as Metas envolvem o desenvolvimento de programas que objetivem desde o combate à extrema pobreza e à fome, até a universalização do ensino fundamental e a formação de parceria mundial para o desenvolvimento, entre outros.
- **Realização de Encontros com Fornecedores:** Têm como objetivo a discussão de temas, processos, instrumentos e ações relacionados à Responsabilidade e Sustentabilidade Corporativa.
- **Lançamento de novo Programa Cultural:** A exemplo do ano anterior, o Espaço Cultural CPFL ofereceu, em 2004, programa de desenvolvimento cultural inovador, aberto à comunidade e aos colaboradores. Com o tema "Sociedade Contemporânea: Vida, Perigos e Oportunidades", o programa apresentou, entre março e dezembro, vários módulos nos diversos campos do conhecimento – ciências, literatura,

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

sociologia, urbanismo, economia e artes - para promover a reflexão sobre o mundo atual. Realizado com incentivos da Lei Rouanet, contou com participação de cientistas e intelectuais de notório saber que, em suas conferências e palestras, transmitiram conhecimentos para que as pessoas pudessem compreender melhor o século XXI. No total, os módulos foram assistidos por 65 mil pessoas.

- **Revisão do Código de Ética e de Conduta Empresarial:** Após a revisão realizada em 2004, a divulgação do novo Código está prevista para o primeiro semestre de 2005, juntamente com o programa de sensibilização dos colaboradores para a importância dos temas da ética e da transparência para o desenvolvimento dos negócios.
- **Projeto Aprender:** Objetiva acolher, através de convênios firmados com entidades filantrópicas sem fins lucrativos, cerca de 100 adolescentes com idades entre 16 e 18 anos incompletos, provenientes de famílias de baixa renda, e orientar seus primeiros passos em relação ao trabalho no ambiente empresarial. Esses adolescentes, escolhidos a partir de critérios que procuram valorizar a diversidade, desenvolvem, por 6 horas atividades como auxiliares administrativos da CPFL Energia. Nas outras duas horas diárias participam de ações que visam propiciar o desenvolvimento da cidadania e da empregabilidade. Essas ações estão agrupadas em quatro grandes módulos: Educação para o Trabalho, Cultura, Saúde, Esportes.

Gestão Ambiental

Por meio de Política Ambiental consistente, a CPFL Energia considera as questões ambientais desde as fases de projeto até a construção e operação dos seus empreendimentos. Por essa razão, os estudos desenvolvidos para o licenciamento ambiental norteiam as ações das suas empresas e atuam como instrumento de planejamento e de caráter preventivo para as suas atividades.

O Sistema de Gestão Ambiental implementado nas empresas CPFL Energia, segue os preceitos da Norma ISO 14001. A CPFL Energia estabeleceu uma sistemática para a identificação, avaliação, atualização e aplicação dos requisitos previstos na legislação ambiental, bem como das demais normas aplicáveis ao Sistema de Gestão Ambiental. Todo o processo de produção e distribuição de energia é submetido a Auditorias Internas e Externas, as quais verificam se as atividades desempenhadas pelas empresas estão em conformidade com a Norma ISO 14001 e demais preceitos aplicáveis ao tema.

Como resultado dessas auditorias, destacam-se as Certificações Ambientais da CPFL Paulista e da CPFL Piratininga para o processo "Convivência da Rede de Distribuição Urbana de Energia Elétrica com o Meio Ambiente", e da CPFL Geração para o processo "Geração Hidráulica de Energia Elétrica". A gestão ambiental das atividades

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

desenvolvidas pela CPFL leva em conta orçamentos e perspectivas realistas, visando garantir resultados financeiros, sociais e ambientais sustentáveis.

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

No desempenho ambiental podem ser destacados o Programa de Disposição e Tratamento de Resíduos; o programa de Educação Ambiental: Compromisso com as Gerações Futuras; o Programa de Arborização Urbana; e o Programa de Repovoamento de rios e reservatórios.

Na Usina Hidrelétrica Serra da Mesa são desenvolvidos dezessete programas que compõem o seu Projeto Básico Ambiental, que buscam promover a conservação ambiental em sua área de influência e atendendo a legislação ambiental e os compromissos assumidos com os órgãos ambientais.

Projetos Desenvolvidos nos Empreendimentos de Geração em Construção

Os novos empreendimentos em construção possuem áreas específicas para gerenciamento das questões ambientais relacionadas à implantação dos projetos.

Por esse motivo, a CPFL Geração desenvolve a gestão compartilhada dos Projetos Básicos Ambientais específicos de cada empreendimento, com o objetivo de assegurar que a sua política e os seus compromissos ambientais sejam considerados no empreendimento. As decisões são tomadas no âmbito de Comitês de Meio Ambiente, integrados pelos representantes de cada sócio e pela Gerência de Meio Ambiente de cada empreendimento. Nesse sentido, a implementação dos programas ambientais reveste-se de grande importância para o processo de licenciamento ambiental e para a futura geração de energia elétrica. Apenas na fase de implementação desses empreendimentos, a CPFL Geração, juntamente com os demais participantes dos consórcios empreendedores investiram, até dezembro de 2004, R\$ 189,4 milhões em projetos ambientais, com ênfase nos programas sociais e dos meios físico e biótico, conforme está demonstrado a seguir:

- Usina Barra Grande: R\$ 102,3 milhões;
- Usina Campos Novos: R\$ 65,4 milhões;
- CERAN - Complexo Energético Rio das Antas: R\$ 16,6 milhões;
- Usina Foz do Chapecó: R\$ 5,1 milhões.

Projetos Especiais

Com o objetivo de praticar ações que extrapolem as obrigações legais, bem como buscar alternativas de negócios, a CPFL Geração desenvolveu em 2004 os seguintes projetos:

- **Diagnóstico Ambiental:** Em complementação aos estudos para manejo de plantas aquáticas, foi desenvolvido o Diagnóstico Ambiental para Gestão da Bacia Contribuinte à Usina Americana, que teve por objetivos consolidar as informações sobre o que ocorre na bacia e servir de instrumento para o planejamento de ações de recuperação da bacia do rio Atibaia e do próprio reservatório.

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Créditos de Carbono: Em 2004 foi assinado o contrato para identificação de oportunidades para desenvolvimento de projetos em geração de energia elétrica, planejados para reduzirem as emissões de gases de efeito estufa (GEE) entre a *International Utility Efficiency Partnerships – IUEP* e a CPFL Centrais Elétricas. Os estudos realizados em função dessa parceria demonstram que, com a energia adicionada às PCHs que foram repotenciadas a partir de 2001, bem como aquelas previstas para serem repotenciadas, haverá acréscimo de 130.318 MWh/ano. Esse acréscimo de energia, sem impactos ambientais, resultará na redução de emissão de 921 mil toneladas equivalentes de CO₂, no período de 2004 a 2007, o que possibilitará a habilitação da CPFL Centrais Elétricas para a obtenção de créditos de carbono.

19. RECONHECIMENTOS E PREMIAÇÕES

As empresas do Grupo CPFL Energia buscam sempre a comparação com as melhores práticas de Gestão Integrada existentes em suas áreas de atuação. Os expressivos resultados obtidos podem ser notados na avaliação dos rigorosos processos pelos quais passaram a *holding* CPFL Energia e suas empresas controladas para concorrer aos diversos prêmios.

Entre os reconhecimentos mais significativos recebidos pelas empresas do grupo CPFL Energia, estão os de Finalista do Prêmio Nacional da Qualidade e de Melhor Distribuidora de Energia do Brasil, por indicação da Revista Eletricidade Moderna, assim como o Troféu Governador do Estado de São Paulo, conquistados pela CPFL Paulista.



Ainda em 2004, a CPFL Paulista recebeu o Prêmio IASC - Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor, concedido pela ANEEL, como a melhor distribuidora da região sudeste, na categoria de empresas com mais de 400 mil clientes. Na mesma avaliação, as distribuidoras CPFL Piratininga - na região sudeste - e a RGE - na região sul-, também se colocaram entre as três melhores classificadas.

Destaca-se, ainda, pelo terceiro ano consecutivo, a conquista do Prêmio de Responsabilidade Social, pela CPFL Paulista, concedido pela Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica (ABRADEE). Nessa mesma avaliação, a RGE foi considerada, pela segunda vez consecutiva, a Melhor Distribuidora de Energia Elétrica na Avaliação do Cliente, e a CPFL Piratininga obteve o prêmio de Melhor Gestão Econômico-Financeira.



01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A CPFL Energia, na condição de *holding* controladora de empresas voltadas aos segmentos de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica, foi homenageada em 2004 com os seguintes prêmios:

Aberje Brasil e São Paulo - Categoria Relacionamento com Investidores - Relatório Anual CPFL Energia, Exercício 2002	Aberje
Destaque Nacional para o Relatório Anual, Exercício 2003, concedido pela Aberje (Associação Brasileira de Comunicação Empresarial), Apimec (Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais), Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, Fides (Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social) e Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas)	Balanco Social
Boa Cidadania Corporativa - Empresa-Modelo	Guia Exame
100 Melhores Empresas para Você Trabalhar	Guia Exame
As 150 Melhores Empresas para Você Trabalhar	Guia Exame
Melhor empresa do Brasil no setor de energia e gás	IstoÉ Dinheiro
Conservação e Uso Racional de Energia	FIESP Estadual
Padrão de Qualidade em B2B na categoria serviços públicos - concessionárias privadas	B2B
Finalista do Prêmio Nacional da Qualidade 2004	FPNQ - Fundação para o Prêmio Nacional da Qualidade
IX Prêmio Nacional de Qualidade de Vida - "Mais Qualidade de Vida na sua Vida. Mais Respeito por Você"	ABQV - Associação Brasileira de Qualidade de Vida
Troféu Governador do Estado	IPEG - Instituto Paulista de Excelência em Gestão

20. ATENDIMENTO À INSTRUÇÃO CVM Nº 381/2003

Informações sobre a prestação de outros serviços que não sejam de auditoria externa, pelo auditor independente.

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi contratada pela CPFL Energia em 2004 para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Sociedade. Esta empresa de auditoria não prestou serviços não relacionados à auditoria externa cujos honorários fossem superiores a 5% do total de honorários referentes a este serviço, no exercício de 2004.

Para evitar a existência de conflito de interesses, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes, a CPFL Energia pauta-se no Código de Ética e de Conduta Empresarial firmado pelo Grupo CPFL, através do qual desenvolve seus instrumentos de gestão empresarial.

21. INFORMAÇÕES CORPORATIVAS

- **Razão Social:** CPFL ENERGIA S.A.
- **Tipo de Empresa:** Capital Aberto
- **Natureza do Controle Acionário:** Privado Nacional
- **CNPJ/MF:** 02.429.144/0001-93
- **Endereço:** Em 31 de dezembro de 2004: Rua Ramos Batista, nº 444, 13º andar - Vila Olímpia - São Paulo - SP
- **Novo Endereço:** Rua Gomes de Carvalho, nº 1510 - 14º andar - Conjunto 2 - Vila Olímpia - São Paulo - SP
- **Diretor de Relações com Investidores:** José Antonio de Almeida Filippo
- **Banco Depositário (sistema de ações escriturais):** Banco Bradesco S.A.
- **Serviços aos Acionistas:** Departamento de Ações e Custódia do Banco Bradesco S.A.
Fone(s): (55 11) 3684-9441/3684-4522
- **Auditoria Independente:** Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

22. AGRADECIMENTOS

O desempenho superior da CPFL Energia em todos os campos de atividades é decorrente, diretamente, do compromisso de seus acionistas com o desenvolvimento do país, da confiança que eles depositaram durante o ano todo na Diretoria Executiva e do apoio incondicional que eles sempre manifestaram aos Diretores nos momentos decisivos da organização.

A CPFL Energia agradece a seus Executivos e Gestores pelo empenho e dedicação com que colocaram em prática - e muitas vezes até superaram - as metas estabelecidas pelo planejamento estratégico, e pela motivação e envolvimento que transmitiram às suas equipes em relação aos objetivos da companhia.

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Os Colaboradores merecem, também, agradecimentos pelo comprometimento que sempre demonstraram frente à realização e a superação de expectativas da companhia e pelo constante esforço que dedicaram ao aprimoramento de suas próprias habilidades.

A CPFL Energia agradece, ainda, às Autoridades constituídas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e às Agências Reguladoras pelo respeito que sempre dedicaram às questões de ordem pública referentes à atuação da Companhia.

A CPFL Energia também é grata às empresas, clientes e comunidades que recebem seus serviços de distribuição de energia e que convivem com suas atividades de geração e de comercialização de energia, pelos reconhecimentos que têm atribuído a todas essas atividades.

Esses reconhecimentos são fontes de incentivo para que a CPFL Energia siga firmemente em seu propósito de inovar e aprimorar sempre as suas atividades. Essa é a forma como a CPFL pode retribuir a forte confiança que a sociedade brasileira tem depositado em sua capacidade de gerir e prover serviços com qualidade, essenciais para o desenvolvimento do País.

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Balanco Social - Consolidado

Balanco Social Anual / 2004

Empresa: CPFL ENERGISA



1 - Base de Cálculo		2004 Valor (Mil reais)			2003 Valor (Mil reais)		
Receita líquida (RL)		6.736.253			6.057.069		
Resultado operacional (RO)		584.244			(198.365)		
Folha de pagamento bruta (FPB)		159.836			147.302		
2 - Indicadores Sociais Internos		Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação		19.436	12%	0%	15.966	11%	0%
Encargos sociais compulsórios		104.278	65%	2%	96.708	66%	2%
Previdência privada		17.237	11%	0%	15.591	11%	0%
Saúde		13.883	9%	0%	10.997	7%	0%
Segurança e medicina no trabalho		779	0%	0%	846	1%	0%
Educação		1.049	1%	0%	837	1%	0%
Cultura		0	0%	0%	0	0%	0%
Capacitação e desenvolvimento profissional		4.387	3%	0%	2.735	2%	0%
Creches ou auxílio-creche		330	0%	0%	240	0%	0%
Participação nos lucros ou resultados		19.016	12%	0%	17.253	12%	0%
Outros		1.660	1%	0%	1.246	1%	0%
Total - Indicadores sociais internos		182.054	114%	3%	162.420	110%	3%
3 - Indicadores Sociais Externos		Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação		1.338	0%	0%	1.500	-1%	0%
Cultura		3.626	1%	0%	1.934	-1%	0%
Saúde e saneamento		195	0%	0%	426	0%	0%
Esporte		0	0%	0%	0	0%	0%
Combate à fome e segurança alimentar		0	0%	0%	0	0%	0%
Outros		1.149	0%	0%	824	0%	0%
Total das contribuições para a sociedade		6.308	1%	0%	4.684	-2%	0%
Tributos (excluídos encargos sociais)		3.063.101	524%	45%	2.339.842	-1180%	39%
Total - Indicadores sociais externos		3.069.410	525%	46%	2.344.526	-1182%	39%
4 - Indicadores Ambientais		Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empr		35.977	6%	1%	27.504	-14%	0%
Investimentos em programas e/ou projetos externos		694	0%	0%	670	0%	0%
Total dos investimentos em meio ambiente		36.671	6%	1%	28.174	-14%	0%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a							
		<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75%					
		<input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input checked="" type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%				<input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input checked="" type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%	
5 - Indicadores do Corpo Funcional							
Nº de empregados(as) ao final do período		5.517			5.393		
Nº de admissões durante o período		431			237		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)		4.370			3.970		
Nº de estagiários(as)		136			80		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos		1.089			848		
Nº de mulheres que trabalham na empresa		920			700		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres		10,84%			7,14%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa		410			nd		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)		0,00%			nd		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais		95			280		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		2004			Metas 2005		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		94,46			94,46		
Número total de acidentes de trabalho		67			20		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) + Cipa	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) + Cipa	
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input checked="" type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input type="checkbox"/> seguirá as normas da OIT	<input checked="" type="checkbox"/> incentivará e seguirá a OIT	
A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	
A participação dos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> são sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> são exigidos	<input type="checkbox"/> não serão considerados	<input type="checkbox"/> serão sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> serão exigidos	
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apoia	<input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input type="checkbox"/> apoiará	<input checked="" type="checkbox"/> organizará e incentivará	
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 646.987	no Procon 1.937	na Justiça 488	na empresa 614.638	no Procon 1.841	na Justiça 283	
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 100%	no Procon 100%	na Justiça 37,29%	na empresa 100%	no Procon 100%	na Justiça 37,30%	
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2004: 4.933.045			Em 2003: 3.915.789			
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):		63,89% governo 8,99% colaboradores(as) 5,37% acionistas 21,47% terceiros 0,28% retido		62,94% governo 9,90% colaboradores(as) 0,00% acionistas 34,75% terceiros (7,59%) retido			
7 - Outras Informações							
Responsável pelo Preenchimento: Antonio Carlos Bassalo, fone: 19 - 3756-8018, bassalo@cpfl.com.br							
Esta empresa não utiliza mão-de-obra infantil ou trabalho escravo.							

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

CPFL ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia" ou "Sociedade"), é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída com o objetivo principal de atuar como *holding*, participando no capital de outras sociedades dedicadas, primariamente, às atividades de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica.

A Sociedade possui participações diretas e indiretas nas seguintes subsidiárias operacionais (informações sobre área de concessão, capacidade de produção de energia e dados correlatos não examinadas pelos auditores independentes):

Excluído: i

1.1 – Atividades de distribuição

Participações diretas:

Companhia Paulista de Força e Luz

A Companhia Paulista de Força e Luz ("CPFL Paulista"), é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto principal a prestação de serviços públicos de distribuição e comercialização de energia elétrica, com concessão por prazo de 30 anos, que se encerra em 2027, podendo ser prorrogado por igual período adicional. A área de concessão da CPFL Paulista contempla 234 municípios do Estado de São Paulo, equivalente a 90.440 km², abrangendo uma economia bastante diversificada, baseada principalmente na indústria, serviços e agropecuária, atendendo, aproximadamente, 3,2 milhões de consumidores. A CPFL Energia detém 94,94% do capital total da CPFL Paulista.

Participações indiretas:

Companhia Piratininga de Força e Luz

A Companhia Piratininga de Força e Luz ("CPFL Piratininga"), é uma sociedade por ações de capital aberto, concessionária do serviço público de energia elétrica, atuando principalmente na distribuição de energia para aproximadamente 1,2 milhão de consumidores nas regiões da Baixada Santista, Sorocaba, Jundiaí, Indaiatuba, Salto e Itu. Seu prazo de concessão se encerra em 2028, podendo ser prorrogado por período adicional de 30 anos. A CPFL Piratininga é controlada atualmente pela CPFL Paulista, que detém 97,41% de seu capital total.

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Com a finalidade de racionalização das atividades da Draft I Participações S.A. ("DRAFT I") e da CPFL Piratininga e com anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") conforme Resolução Autorizativa nº 332 de 13 de setembro de 2004, os acionistas das referidas empresas aprovaram em Assembléia Geral Extraordinária de 30 de novembro de 2004, a incorporação da DRAFT I pela controlada CPFL Piratininga, com a transferência do controle acionário para a CPFL Paulista, permitindo assim uma reestruturação societária e administrativa, bem como um alinhamento de interesses dos acionistas. Esta transação não produziu qualquer efeito para a CPFL Energia, visto tratar-se a DRAFT I de mera *holding* intermediária entre a CPFL Paulista e a CPFL Piratininga.

Rio Grande Energia S.A.

A Rio Grande Energia S.A. ("RGE"), é uma sociedade por ações de capital aberto, concessionária do serviço público de energia elétrica, atuando principalmente na distribuição de energia elétrica a cerca de 1,1 milhão de consumidores, nas regiões norte e nordeste do Estado do Rio Grande do Sul. Possui prazo de concessão de trinta anos até o ano de 2027, podendo ser estendido por igual período adicional. A controlada CPFL Paulista detém 67,07% do capital total da RGE.

1.2 – Atividades de geração

Participações diretas:

CPFL Geração de Energia S.A.

A CPFL Geração de Energia S.A. ("CPFL Geração"), é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída em 19 de julho de 2000, tendo absorvido por incorporação, em 29 de setembro de 2000, a parcela cindida da CPFL Paulista, relacionada aos ativos de geração de energia elétrica. A partir de 1º de janeiro de 2003 passou a atuar como *holding* de participações em empreendimentos de geração de energia, após realizado o aumento de capital na CPFL Centrais Elétricas S.A, com os ativos representados por centrais geradoras de energia elétrica. A CPFL Energia detém 97,01% do capital total da CPFL Geração.

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 30 de abril de 2004 e com anuência da ANEEL através da Resolução nº 114, de 22 de março de 2004, os acionistas controladores aprovaram a incorporação integral da Barra Grande Energia S.A ("BEGESA") pela sua controladora CPFL Geração. A participação de 25,01% que a BEGESA detinha na BAESA - Energética Barra Grande S.A., foi transferida para a CPFL Geração, sem que ocorresse qualquer alteração no número de ações.

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Participações indiretas:

CPFL Centrais Elétricas S.A.

A CPFL Centrais Elétricas S.A. ("CPFL Centrais Elétricas"), é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 06 de outubro de 1999 e com o aporte dos ativos da CPFL Geração passou, a partir de 1º de janeiro de 2003, a atuar como concessionária de serviços públicos de geração de energia elétrica, com concessão até 2027, podendo ser prorrogada por um período adicional de 30 anos. A controlada CPFL Geração detém 100% do capital total da CPFL Centrais Elétricas

A CPFL Centrais Elétricas possui 19 pequenas usinas hidrelétricas e uma usina termelétrica, todas localizadas no Estado de São Paulo com potência total instalada de 155 MW.

SEMESA S.A.

A SEMESA S.A. ("SEMESA") é uma sociedade por ações de capital fechado, com o objetivo de participar no Aproveitamento Hidrelétrico de Serra da Mesa, localizado no Rio Tocantins, no estado de Goiás com potência instalada de 1.275 MW. A concessão e a operação do Aproveitamento Hidrelétrico de Serra da Mesa pertence a Furnas Centrais Elétricas S.A. ("FURNAS"). A SEMESA possui parte dos ativos os quais foram arrendados a FURNAS através de um contrato, com duração de 30 anos a partir 1998 que assegurou a Sociedade a participação de 51,54% da Energia Assegurada de 671 MW médios (346 MW médios). Adicionalmente, a SEMESA detém a concessão, bem como os respectivos bens vinculados à Usina Hidrelétrica de Ponte do Silva, localizada no Rio São Luiz, no Estado de Minas Gerais, outorgada em outubro de 1989, pelo prazo de 30 anos. A CPFL Geração detém 100% do capital total da SEMESA.

Sociedades em desenvolvimento

A controlada CPFL Geração detém a participação em novos empreendimentos de geração que deverão ser concluídos até 2008, aumentando a sua capacidade instalada, proporcionalmente a sua participação, para 1.990 MW, se consolidando como uma das maiores geradoras privada do país. Estes empreendimentos são:

CERAN - Companhia Energética Rio das Antas

A CERAN - Companhia Energética Rio das Antas ("CERAN") (controlada em conjunto), é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto a implantação e exploração dos Aproveitamentos Hidrelétricos de Monte Claro, Castro Alves e 14 de Julho, cuja potência instalada prevista é de 360MW, conforme Contrato de Concessão nº 008, assinado em 15 de março de 2001. A UHE de Monte Claro teve seu início de operação em dezembro de 2004, e o cronograma de implantação das outras duas usinas com estimativa de início das operações para primeiro semestre de 2007 na UHE de Castro Alves e segundo semestre de 2007 na UHE 14 de Julho. A CPFL Geração detém 65,00% do capital total da CERAN.

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Campos Novos Energia S.A.

A Campos Novos Energia S.A. ("ENERCAN") (controlada em conjunto), é uma sociedade por ações de capital fechado, com o objetivo de construir, operar e explorar o Aproveitamento Hidrelétrico de Campos Novos, cuja potência instalada será de 880 MW, localizado no Rio Canoas, entre os municípios de Campos Novos e Celso Ramos, no Estado de Santa Catarina. A concessão foi outorgada pela ANEEL através do contrato n.º 043, de 29 de maio de 2000. O início das operações está previsto para janeiro de 2006. A CPFL Geração detém 48,72% do capital total da ENERCAN.

BAESA - Energética Barra Grande S.A.

A BAESA – Energética Barra Grande S.A. ("BAESA") (controlada em conjunto) tem como objetivo construir, operar e explorar o Aproveitamento Hidrelétrico de Barra Grande, cuja potência instalada será de 690 MW, localizado no Rio Pelotas, entre os municípios de Anita Garibaldi e Esmeralda, na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, respectivamente. A concessão foi outorgada pela ANEEL através do contrato n.º 031, de 14 de maio de 2001. O início das operações está previsto para outubro de 2005. A controlada CPFL Geração detém 25,01% do capital da BAESA.

Foz do Chapecó Energia S.A.

A Foz do Chapecó Energia S.A. ("Foz do Chapecó") (controlada em conjunto), é uma sociedade por ações de capital fechado, visando participar no Consórcio Energético Foz do Chapecó, que tem como objetivo construir, operar e explorar o Aproveitamento Hidrelétrico de Foz do Chapecó, cuja potência instalada será de 855 MW, localizado no Rio Uruguai, entre os municípios de Águas do Chapecó e Alpestre, na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, respectivamente. A concessão foi outorgada pela ANEEL através do contrato n.º 128, de 07 de novembro de 2001. A Licença de Instalação – LI foi obtida em 21 de setembro de 2004, as obras de construção estão previstas para serem iniciadas em 2005 e a entrada em operação comercial em 2009. A CPFL Geração detém 66,67% do capital total da Foz do Chapecó, que participa com 60,00% do Consórcio Energético Foz do Chapecó.

1.3 – Atividades de comercialização

Participação direta:

CPFL Comercialização Brasil S.A.

A CPFL Comercialização Brasil S.A. ("CPFL Brasil"), é uma sociedade por ações de capital fechado, que teve a totalidade de seu capital social subscrito pela Sociedade em 13 de agosto de 2002. A CPFL Brasil tem por objeto principal a comercialização de energia, a prestação de serviços associados, vinculados ou necessários para a comercialização de energia, assessoramento estratégico, institucional e financeiro para compradores e vendedores de energia elétrica e para outras entidades atuantes no setor de energia nacional e internacional. A CPFL Brasil teve suas atividades operacionais iniciadas a partir de janeiro de 2003. A CPFL Energia detém 100% do capital total da CPFL Brasil.

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da controladora e as consolidadas são apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, segundo o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, conforme definido pela ANEEL e normas editadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Com o objetivo de aprimorar as informações prestadas ao mercado, estão sendo apresentadas, como informações suplementares, as demonstrações do Fluxo de Caixa e do Valor Adicionado da controladora e consolidada para os exercícios de 2004 e 2003, respectivamente, nos ANEXOS I e II.

As Demonstrações dos Fluxos de Caixa foram elaboradas de acordo com os critérios estabelecidos pelo FAS 95 – *Statement of Cash Flows*, no que se refere ao formato de apresentação, no contexto do registro das demonstrações financeiras da Sociedade na *Securities and Exchange Commission - SEC*, nos Estados Unidos da América, ocorrido durante 2004. Desta forma, foram realizadas reclassificações na Demonstração do Fluxo de Caixa de 2003 visto que, à época da publicação das demonstrações financeiras de 2003, o registro da Sociedade na SEC não havia sido efetivado. O mesmo procedimento foi adotado com relação às Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos de 2003, em função de certas reclassificações também processadas à época do registro da Sociedade na SEC.

Conforme determinações da Interpretação Técnica do IBRACON nº 1, de 22 de junho de 2004, as controladas contabilizaram, para o exercício de 2004, os créditos sobre custos e despesas operacionais compensados na apuração do PIS e COFINS, líquidos nas respectivas contas de custos e despesas.

Sumário das Principais Práticas Contábeis

- a) **Disponibilidades:** Incluem aplicações financeiras de curto prazo, que estão registradas ao custo, acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços.
- b) **Consumidores, Concessionárias e Permissionárias:** Inclui o fornecimento de energia elétrica a consumidores finais, faturado e não faturado, registrado de acordo com o regime de competência, valores faturados e a faturar a outras concessionárias pelo suprimento de energia elétrica, conforme determinado por informações disponibilizadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (antigo Mercado Atacadista de Energia - MAE), e saldos relacionados a ativos regulatórios de diversas naturezas.
- c) **Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa:** Constituída com base nos valores a receber dos clientes da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, comercial vencidos há mais de 180 dias e para os saldos dos clientes das demais classes vencidos há mais de 360 dias, inclusive clientes da classe poder público, conforme definido no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica. Considera também uma análise individual do saldo dos maiores clientes, incluindo parcelamentos de débitos, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas.
- d) **Estoque:** Os materiais em almoxarifado, classificados no ativo circulante, e aqueles destinados à construção, classificados no imobilizado, estão registrados pelo custo médio de aquisição.

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- e) **Investimentos:** Inclui as participações em controladas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. As demais participações estão registradas ao custo de aquisição, deduzidas de provisões para redução ao valor de mercado, quando aplicável.

Inclui também os ágios registrados na aquisição de subsidiárias, decorrentes da diferença entre o preço de aquisição pago e o valor do patrimônio contábil da empresa adquirida, em conformidade com a Instrução CVM nº 247 de 27 de março de 1996, amortizados proporcionalmente às curvas do lucro líquido projetado para o período remanescente do contrato de concessão de cada investida, conforme determinações da ANEEL.

Os juros sobre o capital próprio a receber, são classificados na receita financeira para efeitos fiscais e revertidos das demonstrações do resultado na forma de dividendos a receber.

- f) **Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição ou construção corrigido até 31 de dezembro de 1995, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, a taxas anuais variáveis de 2% a 20%, de acordo com a natureza do bem. Em função do disposto nas instruções do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, os seguintes procedimentos foram adotados:

Os juros e demais encargos financeiros e efeitos inflacionários relacionados aos financiamentos obtidos de terceiros, aplicados nas imobilizações em curso, são capitalizados pelas controladas.

Este mesmo procedimento foi adotado para os juros computados sobre o capital próprio que financiaram as imobilizações, os quais foram capitalizados pelas controladas até março de 2000 (na RGE, até dezembro de 1999).

Até março de 2002, as controladas capitalizaram gastos administrativos às imobilizações em curso por meio do rateio de 10% dos gastos com pessoal e serviços de terceiros envolvidos nas imobilizações. As controladas optaram por sua descontinuidade, até que se tenham concluído estudos técnicos que permitam a alocação mais adequada desses custos.

- g) **Diferido** – As controladas CPFL Paulista e RGE optaram pelo diferimento da variação cambial incorrida durante o ano de 2001, sendo amortizado em 4 anos de maneira linear a partir do exercício de 2001, em função do vencimento dos passivos que deram origem à variação cambial, prevalecendo o que ocorreu primeiro.
- h) **Atualizações de Direitos e Obrigações:** Os direitos e obrigações sujeitos a reajustes pelos efeitos da inflação, ou variação cambial, por força contratual ou dispositivos legais, estão atualizados até a data dos balanços.
- i) **Imposto de Renda e Contribuição Social:** Calculados conforme a legislação vigente na data dos balanços. Conforme disposições da Deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998 e Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, as controladas registraram em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos fiscais relacionados ao imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias, suportados por expectativas de geração futura de imposto de renda e contribuição social a pagar, em período não superior a 10 anos.
- j) **Planos de Aposentadoria e Pensão:** Em atendimento às determinações da Deliberação CVM nº 371, 13 de dezembro de 2000, as controladas optaram por reconhecer a parcela de obrigações atuariais excedentes aos ativos dos planos em 31 de dezembro de 2001 por um período de cinco anos, a partir de janeiro de 2002.

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- k) **Provisões para Contingências:** As provisões para contingências são constituídas mediante avaliações dos riscos em processos cuja probabilidade de perda é provável e quantificadas com base em fundamentos econômicos e em pareceres jurídicos sobre os processos existentes e outros fatos contingências conhecidos na data dos balanços.
- l) **Derivativos:** A Sociedade e suas controladas firmam contratos derivativos com o objetivo de administrar os riscos associados a variações nas taxas cambiais e de juros. Referidos contratos derivativos são contabilizados pelo regime da competência. Os ganhos e perdas auferidos ou incorridos em função destes contratos são reconhecidos como ajustes em receitas ou despesas financeiras.
- m) **Resultado:** As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.
- A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida com base nas tarifas regulamentadas pela ANEEL, no momento em que a energia é disponibilizada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é provisionada considerando-se o faturamento do mês anterior. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante.
- As receitas das empresas do grupo CPFL são pulverizadas, não havendo consumidor que represente 10% ou mais das receitas do grupo.
- n) **Estimativas:** A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Sociedade e suas controladas se baseiem em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.
- o) **Lucro Líquido ou Prejuízo por Ação:** É determinado considerando-se a quantidade de ações em circulação na data do balanço.

Critérios de Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos e transações da Sociedade e de suas controladas CPFL Paulista, CPFL Geração e CPFL Brasil. Em 31 de dezembro de 2004 os saldos de ativo, passivo e resultado foram consolidados integralmente.

Anteriormente à consolidação com as demonstrações financeiras da Sociedade, as demonstrações financeiras da CPFL Paulista e CPFL Geração são consolidadas com as de suas controladas, integral (controladas direta) ou proporcionalmente (controladas em conjunto), de acordo com as regras definidas pela Instrução CVM n.º 247, de 27 de março de 1996.

Respeitadas as condições descritas acima, a parcela relativa aos acionistas não controladores está destacada no Passivo e no Resultado do Exercício.

Adicionalmente, os seguintes procedimentos de consolidação foram adotados:

- (a) Eliminação das participações no Patrimônio Líquido das controladas;
- (b) Eliminação do resultado de Equivalência Patrimonial;
- (c) Eliminação dos saldos de Ativos e Passivos entre as empresas consolidadas;

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- (d) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de transações entre as Empresas;
- (e) Ajustes de critérios contábeis sobre as demonstrações das controladas, quando divergentes dos utilizados pela Sociedade; e
- (f) Destaque da participação de minoritários no Passivo e Demonstração do Resultado do Exercício.

As controladas da Sociedade, por atividade, são como segue:

Empresas	Forma de Consolidação	Participação - %	
		Direta	Indireta (*)
Distribuição de Energia			
Companhia Paulista de Força e Luz ("CPFL Paulista")	Integral	94,94	-
Draft I Participações S.A. ("DRAFT I")	Integral	-	100,00
Companhia Piratininga de Força e Luz ("CPFL Piratininga")	Integral	-	97,41
Rio Grande Energia S.A. ("RGE")	Proporcional	-	67,07
Geração de Energia			
CPFL Geração de Energia S.A. ("CPFL Geração")	Integral	97,01	-
CPFL Centrais Elétricas S.A. ("CPFL Centrais Elétricas")	Integral	-	100,00
SEMESA S.A. ("SEMESA")	Integral	-	100,00
CERAN - Companhia Energética Rio das Antas ("CERAN")	Proporcional	-	65,00
Fóz do Chapecó Energia S.A. ("Fóz do Chapecó")	Proporcional	-	66,67
Campos Novos Energia S.A. ("ENERCAN")	Proporcional	-	48,72
BAESA - Energética Barra Grande S.A.	Proporcional	-	25,01
Comercialização de Energia			
CPFL Comercialização Brasil S.A. ("CPFL Brasil")	Integral	100,00	-

(*) Referem-se às participações detidas pelas controladas diretas.

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(3) ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

O sumário dos ativos e passivos regulatórios registrados nas controladas está demonstrado no quadro a seguir:

	Consolidado			
	Curto Prazo		Longo Prazo	
	2004	2003	2004	2003
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias (nota 5)				
RTE - Recomposição Tarifária Extraordinária (a)	258.830	221.631	340.881	539.015
Revisão Tarifária 2003 (b)	2.360	13.798	-	-
Energia Livre (a)	101.737	78.603	189.391	189.059
Diferimento de Custos Tarifários (nota 10)				
Parcela "A" (a)	-	24.685	408.757	351.219
CVA e Portaria 116 (c)	440.744	71.815	167.120	555.165
Portaria 361 (c)	23.184	-	4.355	-
Despesas Pagas Antecipadamente				
PIS e COFINS - Alteração na Legislação (d)	-	-	46.483	-
Outros Créditos (nota 12)				
PERCEE (a)	3.627	11.849	-	-
Subvenção Baixa Renda - Perdas (e)	43.995	3.091	-	-
Fornecedores (nota 16)				
Energia Livre (a)	(91.838)	(82.779)	(229.874)	(187.797)
Diferimento de Ganhos Tarifários (nota 10)				
Parcela "A" (a)	-	(849)	(9.004)	(7.737)
CVA e Portaria 116 (c)	(134.245)	(4.215)	(38.205)	(175.010)
Portaria 361 (c)	(14.291)	-	-	-
Outras Contas a Pagar (nota 23)				
Revisão Tarifária 2003 (b)	-	-	(71.113)	-
Subvenção Baixa Renda - Ganhos (e)	(5.175)	-	-	-
Total	628.928	337.629	808.791	1.263.914

a) Racionamento:

No final de 2001, em decorrência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica que vigorou entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, foi celebrado um acordo entre os geradores, distribuidores de energia e o Governo Federal, denominado "Acordo Geral do Setor Elétrico", que instituiu um Reajuste Tarifário Extraordinário de 2,9% nas tarifas de fornecimento de energia elétrica a consumidores rurais e residenciais (exceto aqueles considerados como de "baixa renda") e de 7,9% para todos os demais consumidores, como mecanismo de reposição de perdas incorridas pelas empresas do setor elétrico com o Programa de Racionamento.

O referido reajuste está sendo utilizado para compensação dos seguintes ativos regulatórios registrados pelas controladas:

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- **Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE)** – Corresponde à perda de receita incorrida durante o período de racionamento. Este ativo foi determinado a partir da comparação da receita de venda de energia efetivamente verificada no período compreendido entre 1º de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002 e a receita projetada para esse período desconsiderando a ocorrência do Programa de Racionamento de Energia. Sua atualização monetária é realizada com base na variação da taxa SELIC, acrescida de um *spread* de 1% a.a., aplicado sobre 90% do saldo devedor. Este ativo é amortizado através da receita oriunda do reajuste tarifário extraordinário, deduzido da parcela de Energia Livre, repassada aos geradores.

A movimentação da RTE, desde sua homologação até 31 de dezembro de 2004, é demonstrada a seguir:

CONSOLIDADO						
Perda de Receita	Número do Instrumento de Homologação	Valor Homologado (1)	Remuneração Acumulada até 31/12/2004 (2)	Provisão para Perdas (3)	Valor Amortizado até 31/12/2004 (4)	Saldo a Amortizar em 31/12/2004 (5) = (1+2-3-4)
RTE	Resoluções nº 480/02, 481/02 e 01/04	884.531	440.477	32.250	693.047	599.711

Periodicamente são preparadas projeções de resultados das controladas considerando o crescimento de mercado, as expectativas de inflação, juros e aspectos regulatórios. Baseando-se nesses estudos a Administração das controladas, constituiu, em 2004, uma provisão para perda na realização deste ativo no valor de R\$ 32.250 no consolidado.

- **Energia Livre** – Corresponde à energia produzida e disponibilizada ao mercado consumidor durante o período de racionamento pelos produtores independentes e auto-produtores de energia. As concessionárias de distribuição arrecadam os recursos obtidos do consumidor através do reajuste tarifário extraordinário e os repassam aos geradores, de forma que foram constituídos um ativo e um passivo, sendo este último deduzido dos efeitos de PIS e COFINS. Estes valores são atualizados com base na variação da taxa SELIC, acrescida de um *spread* de 1% a.a. aplicado sobre 90% do saldo do passivo.

Através da Resolução Normativa nº 1, de 12 de janeiro de 2004, a ANEEL retificou o montante relacionado às transações de Energia Livre, registradas nos exercícios de 2001 e 2002, de modo que estes ajustes fossem refletidos nas demonstrações financeiras das controladas CPFL Paulista e CPFL Piratininga, referentes ao exercício de 2003 (redução de R\$ 26.300 no consolidado). Em junho de 2004, a ANEEL republicou a referida resolução, retificando os valores da Energia Livre da CPFL Piratininga. Desta forma, no exercício de 2004 os devidos ajustes foram realizados de forma a refletir os valores homologados pela ANEEL (acréscimo de R\$ 67.536 no consolidado).

A ANEEL, através da Resolução Normativa nº 45, de 3 de março de 2004, fixou para a controlada CPFL Paulista o percentual de 24,9757% a ser aplicado sobre o montante arrecadado mensalmente a título de Recomposição Tarifária Extraordinária, para repasse às empresas geradoras. A controlada CPFL Piratininga aplica um percentual de repasse às geradoras de 33,8332%, conforme republicação da citada resolução no Diário Oficial, em 16 de abril de 2004.

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

No caso da controlada RGE, o ativo regulatório de Energia Livre decorre da cessão, pela distribuidora, de sua quota parte de Itaipu para o programa de racionamento. Os valores estão apresentados pela ANEEL através das Resoluções nºs 36, 89 e 45, respectivamente datadas de 29 de janeiro de 2003, 25 de fevereiro de 2003 e 3 de março de 2004.

A movimentação dos saldos de Energia Livre, desde sua homologação até 31 de dezembro de 2004, é demonstrado como segue:

CONSOLIDADO

Energia Livre	Número do Instrumento de Homologação	Valor Homologado (1)	Remuneração Acumulada até 31/12/2004 (2)	Valor Amortizado até 31/12/2004 (3)	Saldo a Amortizar em 31/12/2004 (4) = (1 + 2 - 3)
Ativo das Distribuidoras	Resoluções nº 483/02 e 01/04	347.377	100.883	164.215	284.045
Ativo das Geradoras	Resoluções nº 369/02, 483/02, 36/03 e 89/03	7.956	2.366	3.239	7.083
Repasse Energia Livre	Resoluções nº 483/02 e 01/04	330.287	100.883	109.458	321.712

A diferença existente entre o valor amortizado do ativo e o valor repassado aos geradores deve-se às determinações de medidas judiciais em vigor obtidas por certas empresas do setor, que questionam os valores homologados pela ANEEL. Devido a estas liminares, as controladas CPFL Paulista e CPFL Piratininga são impedidas de realizar o referido repasse de Energia Livre.

- **Parcela "A"** – Corresponde à variação dos valores financeiros dos custos não gerenciáveis representativos da Parcela "A" dos contratos de concessão, ocorrida entre 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001. Estes valores são atualizados com base na variação da taxa SELIC.

A movimentação do saldo da Parcela "A", desde sua homologação até 31 de dezembro de 2004, é demonstrado como segue:

CONSOLIDADO

Parcela "A"	Número do Instrumento de Homologação	Valor Homologado (1)	Remuneração Acumulada até 31/12/2004 (2)	Valor Amortizado até 31/12/2004 (3)	Saldo a Amortizar em 31/12/2004 (4) = (1 + 2 - 3)
	Resoluções nº 482/02 e 01/04	263.314	191.565	55.126	399.753

O prazo estipulado para realização dos ativos regulatórios relacionados à RTE e Energia Livre nas controladas CPFL Paulista e CPFL Piratininga são de 72 e 61 meses, respectivamente, contados a partir de 01 de janeiro de 2002, conforme Resolução Normativa ANEEL n.º 001, de 12 de janeiro de 2004 (republicada em 01 de junho de 2004). Após a recuperação destes ativos, também através do mecanismo de Recomposição Tarifária Extraordinária, dar-se-á a realização dos valores relacionados à Parcela "A".

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O ICMS incidente sobre o Reajuste Tarifário Extraordinário correspondente às receitas a serem faturadas somente é devido por ocasião da emissão da respectiva fatura de energia elétrica a consumidores. As controladas CPFL Paulista e CPFL Piratininga, nesse sentido, atuam como meras repassadoras do referido tributo entre os consumidores e a Receita Estadual e, portanto, não efetuaram o registro antecipado da referida obrigação.

Está apresentada no quadro a seguir, a movimentação dos principais ativos e passivos regulatórios oriundos do racionamento nos exercícios de 2003 e 2004:

Descrição	Consolidado			Parcela "A"
	RTE	Energia Livre Ativo	Energia Livre Passivo	
Saldos em 31 de Dezembro de 2002	798.791	324.121	298.016	406.695
Transferência - Encargo de Serviço do Sistema	-	-	-	(94.366)
Atualização Monetária	178.385	44.608	43.161	85.102
Realização/Pagamento	(216.530)	(74.767)	(44.980)	(30.113)
Ajuste homologação Resolução Normativa n.º 01/04	-	(26.300)	(25.620)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2003	760.646	267.662	270.577	367.318
Atualização Monetária	112.952	58.800	57.722	57.447
Impostos Incidentes sobre Energia Livre	-	(10.337)	(9.644)	-
Resolução Normativa n.º 01/04	-	67.536	67.536	-
Provisão para Perdas	(32.250)	-	-	-
Realização/pagamento	(241.637)	(92.533)	(64.479)	(25.012)
Saldos em 31 de Dezembro de 2004	599.711	291.128	321.712	399.753

- **PERCEE** – As controladas CPFL Paulista e CPFL Piratininga incorreram em gastos com a implantação do programa de racionamento que estão sendo recuperados através da tarifa. Estes gastos denominados “PERCEE – Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica” estão registrados no Ativo na rubrica “Outros Créditos” (vide nota 12).

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b) Revisão e Reajuste Tarifário:

CPFL Paulista

- **Revisão Tarifária Periódica de 2003**

Em 7 de abril de 2003, através da Resolução nº 166, a ANEEL determinou que a revisão tarifária da CPFL Paulista seria de 19,55%, em caráter provisório. Esta revisão foi alterada em 8 de abril de 2004, através da Resolução Homologatória ANEEL nº 72, passando a mesma a ser estabelecida, ainda em caráter provisório, em 21,10%. Ficou estabelecido que a diferença decorrente dessa alteração deve ser compensada através do reajuste tarifário anual vigente a partir de 8 de abril de 2004.

- **Reajuste tarifário de 2004**

Em 7 de abril de 2004, a ANEEL através da Resolução Homologatória nº 85 estabeleceu o reajuste tarifário anual da CPFL Paulista, em caráter provisório, aumentando as tarifas de energia elétrica em um percentual médio de 13,65% composto como segue: 6,04% devido ao reajuste tarifário anual, de 6,34% devido aos componentes tarifários financeiros externos ao reajuste anual, em especial da CVA do ano corrente e 50% dos valores de CVA de período anterior, conforme estabelecido através da Portaria Interministerial nº 116 e de 1,27% devido a alteração da revisão tarifária periódica de 2003.

O valor definitivo dos referidos reajustes e revisão serão estabelecidos quando da definição do valor da Quota de Reintegração Regulatória e da Base de Remuneração Regulatória, nos termos do disposto na Resolução ANEEL nº 493, de 3 de setembro de 2002.

CPFL Piratininga

- **Revisão Tarifária Periódica de 2003**

Em 22 de outubro de 2003, através da Resolução nº 565, a ANEEL determinou que a revisão tarifária para a controlada CPFL Piratininga seria de 18,08%, em caráter provisório. Para manter o princípio da modicidade tarifária e a condição de equilíbrio econômico financeiro do contrato de concessão, o aumento autorizado na tarifa foi de 14,68%. A diferença entre estes percentuais estava sendo provisionada desde 2003, conforme orientado pelo Ofício Circular nº 267, de 16 de fevereiro de 2004 -SFF/ANEEL, sendo que sua recuperação estava prevista para os três reajustes tarifários anuais seguintes.

Em 18 de outubro de 2004, através da Resolução Homologatória nº 245, a ANEEL alterou, em caráter provisório, a referida revisão tarifária para um percentual de 10,51%. A diferença de receita entre o reposicionamento tarifário de 2003, que foi de 14,68%, e o percentual de 10,51%, será compensada financeiramente no reajuste tarifário de outubro de 2005. O percentual de 10,51% foi aplicado considerando os efeitos do disposto no Art. 1º da Resolução ANEEL nº 336, de 16 de agosto de 2001, relativo à Cisão da Bandeirante Energia, prevalecendo o menor índice de reposicionamento tarifário entre as empresas, ou seja o da Bandeirante.

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Dessa forma, a controlada CPFL Piratininga realizou os seguintes ajustes para refletir o novo percentual definido: (i) reversão de ativo regulatório relacionado ao diferencial de 18,08% para os 14,68% no valor de R\$ 13.798, cuja contabilização havia sido efetuada em 2003, (ii) constituição de um passivo regulatório relacionado à diferença negativa entre o percentual de 14,68% para o percentual de 10,51% no valor de R\$ 69.744 que atualizado monetariamente totalizou o montante de R\$ 71.113 em 31 de dezembro de 2004.

• Reajuste tarifário de 2004

A ANEEL através da Resolução Homologatória nº 246, de 18 de outubro de 2004, homologou de forma provisória o reajuste das tarifas de fornecimento de energia elétrica em 14,00%, sendo composto de (i) 10,51% devido ao reajuste tarifário anual, (ii) 3,29% devido aos componentes financeiros externos ao reajuste anual, em especial da CVA de outubro de 2003 a setembro de 2004 e 50% dos valores de CVA apurados no período de outubro de 2002 a setembro de 2003, conforme estabelecido através da Portaria Interministerial nº 116, (iii) 0,14% devido a aplicação da Resolução ANEEL nº 152/2003 que alterou a metodologia de cálculo da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição ("TUSD"), e (iv) 0,06% devido a outros componentes tarifários financeiros externos ao reajuste anual. Este reajuste vigorará para o período de 23 de outubro de 2004 a 22 de outubro de 2005.

O valor definitivo dos referidos reajustes serão estabelecidos quando da definição do valor da Quota de Reintegração Regulatória e da Base de Remuneração Regulatória, nos termos do disposto na Resolução ANEEL nº 493, de 3 de setembro de 2002.

A movimentação dos ajustes no resultado de 2004, referente ao processo de Revisão Tarifária Ordinária da controlada CPFL Piratininga e o ajuste referente a alteração de cálculo da metodologia da TUSD, estabelecida através da Resolução ANEEL nº 152, de 13 de abril de 2003, é como segue:

	<u>31/12/2004</u>
Estorno do ativo regulatório reconhecido até 31/12/2003	(13.798)
Provisão para devolução de faturamentos ocorridos até 22/10/2004	(69.744)
Ativo Regulatório referente TUSD - Revisão de 2003	2.716
Amortização do Ativo Regulatório referente TUSD - Revisão de 2003	<u>(356)</u>
Subtotal	(81.182)
Atualização IGP-M referente provisão para devolução	(1.369)
Total dos efeitos	<u>(82.551)</u>

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

RGE

- **Revisão Tarifária Periódica de 2003**

Em 16 de abril de 2003, através da Resolução nº 198, a ANEEL determinou que a revisão tarifária da RGE seria de 27,36%, em caráter provisório. Esta revisão foi alterada em 16 de abril de 2004, através da Resolução ANEEL nº 92, passando a mesma a ser estabelecida, em caráter definitivo, em 27,96%. Ficou estabelecido que a diferença decorrente dessa alteração deve ser compensada através do reajuste tarifário anual vigente a partir de 19 de abril de 2004.

- **Reajuste tarifário de 2004**

Em 16 de abril de 2004, a ANEEL através da Resolução Homologatória nº 98 estabeleceu o reajuste tarifário anual, em caráter definitivo, aumentando as tarifas de energia elétrica em um percentual médio de 14,37%, composto como segue: 7,88% devido ao reajuste tarifário anual, de 5,63% devido aos componentes tarifários financeiros externos ao reajuste anual, em especial da CVA do ano corrente e 50% dos valores de CVA de período anterior, conforme estabelecido através da Portaria Interministerial nº 116, e de 0,86% devido à alteração da revisão tarifária periódica de 2003.

c) Diferimento de Custos e Ganhos Tarifários (CVA) e Portarias 116 e 361

Refere-se ao mecanismo de compensação das variações ocorridas nos custos não gerenciáveis incorridos pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica. Esta variação é apurada através da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. São considerados custos não gerenciáveis as despesas descritas na nota 10. Parte dos referidos valores encontram-se pendentes de homologação pela ANEEL.

d) Ativo Regulatório decorrente da Majoração de PIS e COFINS

Refere-se à diferença entre o custo com os valores do PIS e da COFINS apurados através da aplicação da legislação atual e aqueles incorporados à tarifa. A ANEEL, através do Ofício nº 1.631/2004, entende que o repasse às tarifas das alterações na legislação do PIS e COFINS é um direito líquido e certo das concessionárias. Tais valores serão submetidos para homologação pela ANEEL e repassados às tarifas após regulamentação por aquele órgão. Os valores foram atualizados monetariamente pelo IGP-M e serão incorporados às tarifas em prazo ainda a ser definido, após validação da ANEEL.

A ANEEL, através do Ofício Circular nº 302, de 25 de fevereiro de 2005, determinou o critério de contabilização para o referido ativo, na conta de "Despesas Pagas Antecipadamente", tendo sua contrapartida as respectivas contas de "Deduções da Receita Operacional".

O valor líquido apurado até 31 de dezembro de 2004 do PIS e COFINS foi de R\$ 46.483 no consolidado.

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

e) Subvenção de Baixa Renda

A Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002 e o Decreto nº 4.336 de 15 de agosto de 2002 estabeleceram novas diretrizes e critérios para o enquadramento de unidades consumidoras na subclasse residencial baixa renda. De acordo com a legislação, enquadram-se neste novo critério as unidades consumidoras atendidas por circuito monofásico e com consumo mensal médio nos últimos 12 meses inferior a 80kWh, e as unidades consumidoras com consumo mensal médio nos últimos 12 meses entre 80 e 220kWh desde que atendidos alguns requisitos específicos, tais como o registro em Programas Sociais do Governo Federal.

Considerando que os subsídios concedidos aos consumidores deveriam ser compensados no âmbito da própria concessionária, através da tarifa cobrada aos demais consumidores do mercado atendido, e que a introdução deste novo critério impacta os níveis tarifários em vigor, além do princípio de modicidade tarifária ao restante do mercado, a ANEEL determinou, através da Resolução Normativa nº 89 de 25 de outubro de 2004 uma nova metodologia de apuração para o referido subsídio, que deverá ser aplicada mensalmente a partir de maio de 2002 até a próxima revisão tarifária.

Os valores apurados através desta nova metodologia, após homologação da ANEEL, deverão seguir os seguintes critérios para a liquidação:

- Para os meses em que foram apuradas perdas para a concessionária, os valores deverão ser ressarcidos através de concessão de subvenção econômica pela Eletrobrás, através da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE.
- Para os meses em que foram apurados ganhos para a concessionária, os valores deverão ser ressarcidos ao consumidor através da redução dos reajustes tarifários.

O resultado das apurações, ainda pendentes de homologação pela ANEEL e sujeitas a fiscalização, geraram uma receita líquida no exercício de 2004 no valor de R\$ 46.785 no consolidado.

(4) DISPONIBILIDADES

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Saldos Bancários	41.539	37.188	242.431	181.024
Aplicações Financeiras	144.846	44.150	575.293	193.588
Total	186.385	81.338	817.724	374.612

Os saldos bancários apresentam-se com valores significativos em função dos mesmos serem utilizados para pagamentos no início do mês subsequente.

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas junto a instituições financeiras nacionais, remuneradas na sua maior parte, conforme variação do CDI, em condições e taxas normais de mercado, e estão disponíveis para serem utilizadas nas operações da Sociedade e suas controladas.

(5) CONSUMIDORES, CONCESSIONARIAS E PERMISSIONÁRIAS

No consolidado, o saldo oriundo, principalmente, das atividades de fornecimento de energia elétrica, cuja composição em 31 de dezembro de 2004, é como segue:

Classes de Consumidores	Consolidado			Total	
	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	2004	2003
Curto Prazo					
Residencial	168.031	100.706	17.448	286.185	256.592
Industrial	158.205	58.114	29.151	245.470	207.498
Comercial	65.002	34.875	16.323	116.200	107.730
Rural	18.780	4.462	1.353	24.595	22.398
Poder Público	18.132	11.143	3.786	33.061	32.699
Iluminação Pública	22.585	17.821	28.841	69.247	63.704
Serviço Público	15.817	15.491	10.022	41.330	31.432
Faturado	466.552	242.612	106.924	816.088	722.053
Não Faturado	288.594	-	-	288.594	261.631
Revisão Tarifária de 2003 (nota 3)	2.360	-	-	2.360	13.798
Operações Realizadas na CCEE	4.576	-	8.187	12.763	84.240
Concessionárias e Permissionárias	21.592	81	33.313	54.986	62.631
Outros	37.129	-	-	37.129	34.173
Subtotal	820.803	242.693	148.424	1.211.920	1.178.526
Recomposição Tarifária Extraordinária (nota 3)	258.830	-	-	258.830	221.631
Energia Livre (nota 3)	99.574	-	2.163	101.737	78.603
Total	1.179.207	242.693	150.587	1.572.487	1.478.760
Longo Prazo					
Operações Realizadas na CCEE	18.084	-	32.633	50.717	-
Recomposição Tarifária Extraordinária (nota 3)	340.881	-	-	340.881	539.015
Energia Livre (nota 3)	184.471	-	4.920	189.391	189.059
Outros	-	-	1.301	1.301	-
Total	543.436	-	38.854	582.290	728.074

a) Operações Realizadas no Âmbito da CCEE – Os valores referem-se a comercialização no mercado de curto prazo de eletricidade entre distribuidoras e concessionárias, realizada pelas controladas no âmbito da CCEE (antigo MAE) relativos ao período de setembro de 2000 a dezembro de 2004. As transações foram registradas com base nas informações disponibilizadas pela CCEE e o saldo a receber no consolidado em 31 de dezembro de 2004, de R\$ 63.480 (R\$ 84.240 em 2003) é assim composto:

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Ajustes Judiciais – São ajustes de contabilização realizados pela CCEE, para contemplar determinações judiciais (liminares) referentes aos processos de contabilização do período compreendido entre setembro de 2000 a dezembro de 2002. Os valores dos ajustes judiciais das controladas totalizam saldo credor no montante de R\$ 3.707. A realização deste valor depende da definição dos processos judiciais em andamento. Por acreditar no desfecho favorável desse processo as controladas não constituíram provisão para perdas sobre este valor.
- Registro Escritural Provisório – Mecanismo de ajuste de contabilização adotado pela CCEE, que permitiu as contabilizações e liquidações referentes ao período de setembro de 2000 a dezembro de 2002. A CCEE, com base na Resolução ANEEL nº 763, de 20 de dezembro de 2002, aplicou rateio proporcional entre Agentes Credores Líquidos no período, dos valores excluídos dos ajustes judiciais dos Agentes Devedores. As controladas, por se classificarem como Agentes Credores Líquidos, não serão afetadas pelo desfecho dos processos judiciais em andamento e, desta forma, consideram remoto o risco de não realização destes créditos. Em 31 de dezembro de 2004 estes valores totalizam R\$ 41.407.
- CCEE – Valores divulgados pela CCEE, ainda pendentes de recebimento, que estão sendo negociados bilateralmente. Incluem ainda estimativas preparadas pelas controladas referentes a períodos ainda não disponibilizados pela CCEE. Em 31 de dezembro de 2004 esses valores totalizam R\$ 18.366. A Sociedade e suas controladas entendem não haver riscos significativos de realização desses ativos.

b) Concessionárias e Permissionárias – Refere-se a saldos a receber relacionados a diversas transações que estão sendo compensados através de encontro de contas com valores a pagar.

(6) PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Nas controladas CPFL Paulista, CPFL Piratininga e RGE, foi constituída “Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa”, registrada no ativo circulante, de acordo com as normas da ANEEL e com base em análise individualizada de consumidores em atraso, incluindo parcelamentos de débito a curto e longo prazos, em montante considerado pela administração como suficiente para fazer frente a perdas com valores a receber.

A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa ao longo do exercício de 2004, é como segue:

	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31/12/2003	(40.581)
Provisão constituída	(91.091)
Recuperação de Receita	22.374
Baixa de Contas a Receber	58.878
Saldo em 31/12/2004	(50.420)

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(7) DEVEDORES DIVERSOS

A composição do saldo é como segue:

	Consolidado	
	2004	2003
Curto Prazo		
Créditos a Receber - CESP	27.434	45.320
Empregados	17.470	14.761
Adiantamentos - Fundação CESP	7.783	3.773
Indenizações	6.261	-
Outros	9.996	11.446
Total	68.944	75.300
Longo Prazo		
Créditos a Receber - CESP	122.302	147.912
Outros	2.957	313
Total	125.259	148.225

Créditos a Receber CESP: Refere-se a créditos a receber da Companhia Energética de São Paulo – CESP pela controlada CPFL Paulista, decorrentes de saldos da conta de Resultados a Compensar transferida àquela empresa em 1993. O saldo é atualizado conforme a variação do dólar norte americano, acrescido de juros calculados sobre 50% da Taxa Libor Trimestral, e de *spread* à taxa de 0,40625% a.a., com vencimento final em dezembro de 2009.

Empregados: Referem-se a financiamentos concedidos a funcionários para aquisição de ações da controlada CPFL Paulista.

Adiantamentos – Fundação CESP: Referem-se a adiantamentos efetuados para programas assistenciais a empregados e manutenção operacional da entidade.

(8) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

No Ativo Circulante, o saldo em 31 de dezembro de 2003, representa notas promissórias de emissão da Bandeirante Energia S.A., que foram atualizadas monetariamente por 111,5% da variação do CDI, resgatada integralmente em 23 de março de 2004.

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(9) TRIBUTOS A COMPENSAR

O saldo em 31 de dezembro de 2004, é composto como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Curto Prazo				
Antecipações de Contribuição Social - CSLL	-	-	4.594	20.023
Antecipações de Imposto de Renda - IRPJ	-	-	12.679	63.855
Contribuição Social a Compensar	-	-	28.803	24.652
Imposto de Renda a Compensar	17.932	15.185	28.151	43.252
Imposto de Renda na Fonte a Compensar	26.573	2.586	60.577	39.445
ICMS sobre Aquisições para o Imobilizado	-	-	23.954	21.703
Programa de Integração Social - PIS	4.112	-	6.412	5.425
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	8	8	7.143	2.534
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	-	-	1.584	797
Outros	213	-	766	475
Total	48.838	17.779	174.663	222.161
Longo Prazo				
Programa de Integração Social - PIS	-	-	1.059	-
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	-	-	3.996	-
ICMS sobre Aquisições para o Imobilizado	-	-	28.496	24.041
Total	-	-	33.551	24.041

No consolidado, os saldos a compensar relativos a PIS e COFINS de longo prazo são oriundos da constituição do passivo regulatório ocasionado pela revisão tarifária periódica de 2003, conforme mencionado na Nota 3 item (b).

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(10) DIFERIMENTO DE CUSTOS E GANHOS TARIFÁRIOS

A composição do saldo da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela "A" ("CVA"), é como segue:

	Consolidado							
	ATIVO				PASSIVO			
	Curto Prazo		Longo Prazo		Curto Prazo		Longo Prazo	
	2004	2003	2004	2003	2004	2003	2004	2003
Detalhamento:								
Energia Comprada - Itaipu	120.534	25.051	243.830	354.698	95.250	-	23.696	96.563
Encargo de Serviço do Sistema	99.365	4.594	40.203	171.719	-	-	-	-
Transporte Itaipu	6.535	634	4.723	9.948	-	-	-	-
Energia Comprada - Outros	37.954	49.385	96.315	79.013	16.492	-	1.100	-
Conta de Consumo de Combustível - CCC	54.864	5.156	108.981	76.019	36.794	4.215	13.409	78.448
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	53.549	1.727	29.113	68.053	-	-	-	-
Encargos da Rede Básica	91.127	9.884	53.004	143.443	-	-	-	-
Reserva Global de Reversão - RGR	-	-	1.729	1.486	-	691	8.612	7.399
Taxa de Fiscalização	-	62	661	568	-	-	392	337
Encargos de Conexão	-	7	1.673	1.437	-	158	-	-
Total	463.928	96.500	580.232	906.384	148.536	5.064	47.209	182.747
Sumário:								
CVA	81.514	43.005	50.146	-	23.797	346	15.029	-
Parcela "A"	-	24.685	408.757	351.219	-	849	9.004	7.737
Portaria 116	359.230	28.810	116.974	555.165	110.448	3.869	23.176	175.010
Portaria 361	23.184	-	4.355	-	14.291	-	-	-
Total	463.928	96.500	580.232	906.384	148.536	5.064	47.209	182.747

A movimentação dos saldos de diferimento de custos e ganhos tarifários, bem como a respectiva atualização pela SELIC, segue abaixo demonstrada:

	Consolidado									
	ATIVO				PASSIVO					
	Saldo em 31/12/2003	Movimentação			Saldo em 31/12/2004	Saldo em 31/12/2003	Movimentação			Saldo em 31/12/2004
	Diferimento	Amortização	Atualização		Diferimento	Amortização	Atualização			
Detalhamento:										
Energia Comprada - Itaipu	379.749	(16.172)	(52.559)	53.346	364.364	96.563	(4.536)	6.758	20.161	118.946
Encargo de Serviço do Sistema	176.313	16.598	(79.321)	25.978	139.568	-	-	-	-	-
Transporte Itaipu	10.582	3.597	(4.752)	1.831	11.258	-	-	-	-	-
Energia Comprada - Outros	128.398	36.467	(45.360)	14.764	134.269	-	17.303	-	289	17.592
Conta de Consumo de Combustível - CCC	81.175	45.287	30.446	6.937	163.845	82.663	(47.414)	7.189	7.765	50.203
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	69.780	19.696	(28.032)	21.218	82.662	-	-	-	-	-
Encargos da Rede Básica	153.327	35.596	(68.893)	24.101	144.131	-	-	-	-	-
Reserva Global de Reversão - RGR	1.486	-	-	243	1.729	8.090	-	(725)	1.247	8.612
Taxa de Fiscalização	630	-	(65)	96	661	337	-	-	55	392
Encargos de Conexão	1.444	-	(8)	237	1.673	158	-	(166)	8	-
Total	1.002.884	141.069	(248.544)	148.751	1.044.160	187.811	(34.647)	13.056	29.525	195.745

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Lei 10.438, de 26 de abril de 2002, em conjunto com as Portarias Interministeriais n.º 296 de 15 de agosto de 2001 e n.º 25, de 18 de fevereiro de 2002 e com a Resolução ANEEL n.º 90, de 14 de janeiro de 2002, constituíram um mecanismo de compensação das variações ocorridas nos custos não gerenciáveis, incorridas pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica. Esses custos são representados, principalmente, por: (i) tarifa de repasse de potência proveniente de Itaipu Binacional, (ii) tarifa de transporte de energia elétrica proveniente de Itaipu Binacional, (iii) quota de recolhimento à Conta de Consumo de Combustíveis – CCC, (iv) Encargos de Conexão, (v) quotas de recolhimento à CDE – Conta de Desenvolvimento Energético, (vi) tarifa de uso das instalações de transmissão integrantes da rede básica, (vii) compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos, (viii) energia comprada estabelecida nos contratos iniciais, (ix) quota de Reserva Global de Reversão – RGR, (x) Taxa de Fiscalização de Serviço de Energia Elétrica – TFSEE e (xi) Encargos de Serviço do Sistema.

Os custos pagos a maior ou a menor relativos aos itens listados acima são contemplados no cálculo da recomposição tarifária da CPFL Paulista, RGE e CPFL Piratininga. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

10.1 – Parcela “A”:

No consolidado, em 31 de dezembro de 2004, o saldo representa os custos e ganhos incorridos de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001, os quais foram homologado pela ANEEL, conforme Resolução n.º 482, de 29 de agosto de 2002. A recuperação desses valores dar-se-á através do mecanismo da Recomposição Tarifária Extraordinária, a iniciar-se após o prazo estipulado pela ANEEL para recuperação dos ativos relacionados à perda de receita no período de racionamento e Energia Livre, conforme Resolução Normativa n.º 1, de 12 de janeiro de 2004, republicada em 1º de junho de 2004.

10.2 – Portaria 116:

Através da Portaria Interministerial n.º 116, de 4 de abril de 2003, a recuperação do saldo da CVA referente ao período de doze meses que antecedeu o reajuste tarifário de 2003 (abril para as controladas CPFL Paulista e RGE, e outubro para a controlada CPFL Piratininga) ficou adiada por doze meses. O saldo da CVA, cuja compensação foi adiada nos termos da citada Portaria, deverá ser compensado nas tarifas de fornecimento de energia elétrica das concessionárias nos vinte e quatro meses subseqüentes ao reajuste tarifário anual que ocorrer em 2004 e 2005.

A insuficiência de recursos gerada pela Portaria n.º 116, de 4 de abril de 2003 foi sanada através de financiamento obtido junto ao BNDES conforme contrato assinado pela controlada CPFL Paulista em 06 de outubro de 2003, no valor de R\$ 223.764, e conforme contrato assinado pela controlada CPFL Piratininga em 23 de dezembro de 2003, no valor de R\$ 86.275 (vide nota 17).

10.3 – Portaria 361:

Através da Portaria Interministerial n.º 361, de 26 de novembro de 2004 foi criada a CVA destinada a registrar as variações ocorridas entre o custo estimado aplicado às tarifas e o gasto efetivamente incorrido referente aos contratos bilaterais e aquisição de energia elétrica não previstos no momento da definição da tarifa.

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(11) CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS

No consolidado, os créditos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais, de bases negativas de contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis, que não possuem prazo de prescrição para sua recuperação, estão registrados em consonância com as disposições da Deliberação CVM n°. 273 de 20 de agosto de 1998 e da Instrução CVM n°. 371 de 27 de junho de 2002. Esses créditos estão registrados no ativo realizável a longo prazo, considerando a expectativa de sua realização, determinada com base nas projeções de resultados futuros das controladas e no limite de 30% para compensação anual dos lucros tributáveis, exceto para os créditos decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis, que serão integralmente recuperados no momento da realização do principal.

Parte dos saldos registrados pela CPFL Paulista e pela controlada CPFL Piratininga advém de créditos referentes ao benefício fiscal do ágio incorporado, que será realizado de forma proporcional à amortização do ágio incorporado que o originou, de acordo com a rentabilidade prevista durante o prazo remanescente da concessão, conforme determinações da ANEEL. Durante 2004 esta razão de amortização foi de 3,937204% para a CPFL Paulista e 4,639012% para a CPFL Piratininga.

11.1- Composição dos créditos de imposto de renda e contribuição social:

Créditos Fiscais	Consolidado	
	2004	2003
Crédito de Imposto de Renda sobre:		
Prejuízos Fiscais	152.753	197.445
Benefício Fiscal do Ágio Incorporado	525.468	-
Diferenças Temporariamente Indedutíveis	101.913	75.338
	<u>780.134</u>	<u>272.783</u>
Crédito de Contribuição Social sobre:		
Base Negativa	64.730	81.104
Benefício Fiscal do Ágio Incorporado	181.448	-
Diferenças Temporariamente Indedutíveis	29.363	20.290
	<u>275.541</u>	<u>101.394</u>
Total	<u>1.055.675</u>	<u>374.177</u>

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

No consolidado, a expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas e despesas temporariamente indedutíveis está baseada nas projeções de resultados preparadas pelas controladas. A expectativa de recuperação anual é como segue:

Expectativa de recuperação anual	Consolidado
2005	120.613
2006	128.691
2007	42.805
2008	19.162
2009	6.389
2010	8.766
2011	10.131
De 2012 a 2014	12.202
Total	348.759

A referida expectativa está sujeita a alterações, uma vez que os resultados finais, quando de sua efetiva realização em períodos subseqüentes, podem diferir daqueles considerados através das projeções. Conservadoramente, a Sociedade e suas controladas decidiram por manter tais créditos no longo prazo.

O Benefício Fiscal do Ágio Incorporado será amortizado pelo período remanescente das concessões das controladas.

A projeção de resultados futuros que orientou a realização dos créditos fiscais diferidos das controladas foi aprovada pelos respectivos Conselhos de Administração.

11.2 - Diferenças temporárias indedutíveis:

	Consolidado			
	IRPJ		CSLL	
	2004	2003	2004	2003
Reserva para Contingências	54.371	50.715	12.652	11.794
Plano de Pensão	23.430	11.417	8.078	3.751
Provisão para Devedores Duvidosos	9.471	13.501	3.410	4.860
Reversão de Provisão para Devedores Duvidosos	-	(7.622)	-	(2.744)
Contas a Receber de Poderes Públicos	5.209	1.648	1.875	593
Participação nos Lucros e Resultados	2.288	1.198	823	431
Outros	7.144	4.481	2.525	1.605
Total	101.913	75.338	29.363	20.290

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

11.3 - Reconciliação dos montantes de imposto de renda e contribuição social registrados nos resultados dos exercícios de 2004 e 2003:

	Consolidado			
	2004		2003	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro/Prejuízo Antes do IRPJ e CSLL	579.829	579.829	(154.513)	(154.513)
Ajustes Para Refletir a Alíquota Efetiva:				
- Amortização de Ágio	99.802	44.027	164.072	-
- Realização CMC	-	31.277	-	27.748
- Fundação Cesp - PSAP	-	-	21.260	21.260
- CSLL 88 Judicial	10.508	10.508	-	-
- Realização da Reserva de Reavaliação	17.196	17.196	-	-
- Resultado sem Efeito Tributário	64.979	64.979	334.040	335.922
- SELIC - CVA	32.202	32.202	-	-
- Outras Adições/Exclusões Líquidas	(32.060)	(19.718)	(14.370)	7.212
Base de Cálculo	772.456	760.300	350.489	237.629
Alíquota Aplicável	25%	9%	25%	9%
Impostos Apurados	(193.114)	(68.427)	(87.622)	(21.387)
- CSLL 88 Judicial	-	10.508	-	-
- Crédito Fiscal não constituído	-	(1.701)	-	-
Total	(193.114)	(59.620)	(87.622)	(21.387)

O ajuste por amortização de ágio refere-se ao ágio amortizado originado de empresas investidas, não dedutível.

O resultado sem efeito tributário refere-se ao prejuízo da Sociedade e da controlada indireta Sul Geradora Participações S.A., controlada pela RGE, sobre o qual não são constituídos créditos tributários.

A SELIC – CVA refere-se ao oferecimento à tributação, pela controlada RGE, de receitas por atualizações monetárias de períodos anteriores, até então não tributadas.

A Contribuição Social de 1988 refere-se ao ganho definitivo em ação judicial movida pela CPFL Paulista, reconhecido durante 2004 e classificado na demonstração do resultado como tributos sobre a renda. Referido valor é tributável para fins de Imposto de Renda e Contribuição Social.

O Crédito Fiscal não constituído está relacionado à inexistência de resultados tributáveis futuros suficientes para a realização dos créditos, conforme projeções de resultado preparadas pela Sociedade.

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(12) OUTROS CRÉDITOS

A composição do saldo é como segue:

	Consolidado			
	Curto Prazo		Longo Prazo	
	2004	2003	2004	2003
Parcelamento de Débitos de Consumidores	76.796	81.899	69.085	64.295
Subvenção Baixa Renda (nota 3)	43.995	3.091	-	-
Fundos Vinculados	-	-	21.434	22.108
PERCEE	3.627	11.849	-	-
Ordens em Curso	8.103	11.591	-	-
Serviços Prestados a Terceiros	17.038	11.779	616	-
Reembolso RGR	-	6.045	-	-
Bens e Direitos Destinados a Alienação	1.462	2.663	1.475	2.680
Outros	7.318	10.683	5.090	6.293
Total	158.339	139.600	97.700	95.376

Parcelamento de Débitos de Consumidores: Refere-se à negociação de contas a receber vencidas junto a consumidores, principalmente Prefeituras. A classificação entre curto e longo prazos segue os vencimentos previstos nos acordos assinados. Parte destes créditos dispõe de garantia de pagamento pelos devedores através de repasse de arrecadação de ICMS com interveniência bancária.

Fundo Vinculado a Empréstimos em Moeda Estrangeira: São garantias oferecidas quando da reestruturação da dívida de médio e longo prazos.

PERCEE – Programa Emergencial de Redução no Consumo de Energia Elétrica: Refere-se aos custos incorridos na implementação do programa de racionamento de energia elétrica (vide nota 3)

Ordens em Curso: Compreendem custos relacionados à desativação em andamento de bens do imobilizado, custos relacionados com sua alienação, quando aplicável e os custos dos serviços em curso relacionados à distribuição de energia elétrica. Quando da finalização desses processos, esses custos serão imputados no resultado do serviço.

(13) INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2004, a composição do saldo da rubrica "Investimentos" é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Participações Societárias Permanentes	2.735.310	3.582.161	-	-
Ágio/Deságio	1.019.325	(12.342)	2.019.045	1.185.244
Bens de Renda	-	-	791.835	812.940
Outros Investimentos	-	-	30.252	30.495
Total	3.754.635	3.569.819	2.841.132	2.028.679

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

13.1 - Participações Societárias Permanentes:

A Sociedade detém participações societárias nas seguintes controladas:

	Controladora	
	2004	2003
Companhia Paulista de Força e Luz	1.722.094	2.921.558
CPFL Geração de Energia S.A.	1.013.212	660.599
CPFL Comercialização Brasil S.A.	4	4
Total	2.735.310	3.582.161

As principais informações sobre as participações societárias são como segue:

Informações sobre as Participações Societárias	Controladora					
	2004			2003		
	CPFL Paulista	CPFL Geração	CPFL Brasil	CPFL Paulista	CPFL Geração	CPFL Brasil
Na Controlada						
Composição Acionária - (Em milhares)						
- Ações Ordinárias	12.491.807	68.495.905	300	12.491.807	47.253.679	300
- Ações Preferenciais	21.113.254	136.991.811	-	22.644.273	90.233.854	-
- Total de Ações	33.605.061	205.487.716	300	35.136.080	137.487.533	300
- Ações em Tesouraria	-	-	-	1.531.019	-	-
Patrimônio Líquido - (R\$ mil)						
- Capital Social	1.226.556	1.039.618	3	3.044.835	689.618	3
- Resultado do Exercício	323.050	71.053	101.716	(40.780)	2.777	50.742
- Patrimônio Líquido	1.813.929	1.044.401	4	3.077.356	690.848	4
Na Controladora						
Em Poder da Controladora - (Em milhares)						
- Ações Ordinárias	12.084.042	67.317.562	300	12.084.042	46.159.648	300
- Ações Preferenciais	19.819.681	132.033.724	-	19.819.681	85.307.915	-
- Total de Ações	31.903.723	199.351.286	300	31.903.723	131.467.563	300
Participação no Capital - (%)						
- Votante	96,7357%	98,2797%	100,00%	96,7357%	97,6848%	100,00%
- Total (a)	94,9373%	97,0137%	100,00%	90,8005%	95,6214%	100,00%
- Ajustada (b)	-	-	-	94,9373%	-	-
Participações Societárias Permanentes - (R\$ mil)	1.722.094	1.013.212	4	2.921.558	660.599	4
Resultado de Participações Societárias - (R\$ mil)	306.695	68.649	101.716	(38.715)	2.656	50.742

(a) Na CPFL Geração a participação no período de janeiro à maio de 2004 foi de 95,6214%

(b) Na CPFL Paulista a participação era ajustada em função das ações em tesouraria.

Da totalidade das ações da controlada CPFL Paulista detidas pela Sociedade, 34,08% estão caucionadas em garantia de emissões de debêntures.

As alterações societárias e movimentações no Patrimônio Líquido das Investidas que afetaram os saldos das Participações Societárias Permanentes, estão descritos a seguir:

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

CPFL Paulista

▪ **Modificação das características das Ações Preferenciais Classe "C"**

Em Assembléia Geral Extraordinária de 21 de fevereiro de 2005, foi aprovada a modificação das características das Ações Preferenciais Classe "C", que deixaram de ter o direito ao resgate e pagamento de dividendo fixo obrigatório conforme previsto em estatuto, retroativo a 1 de janeiro de 2005. Estas ações gozavam de prioridade no recebimento de dividendos fixos, cumulativos, de R\$ 11,93 por lote de mil ações, os quais poderiam ser pagos à conta de reservas de capital, na forma da lei. A previsão de resgate era estimada em 10 parcelas anuais iguais, correspondentes a 1.531.022.068 ações e R\$ 166.085 por ano, a partir de 2001, sem reajuste ou qualquer outra forma de atualização.

Antes da modificação das características das ações, a CPFL Paulista declarou dividendos fixos relativos ao 3º e 4º resgate. Entretanto, conforme determinado pela ANEEL com a anuência da CVM, a declaração dos dividendos fixos relativos ao 4º resgate foi realizada somente para os acionistas minoritários. Desta forma, a Sociedade reconheceu uma perda de capital no momento da declaração dos referidos dividendos.

Após a modificação de sua característica, estas ações passaram a ter as mesmas características das Ações Preferenciais Classes "A" e "B".

▪ **Constituição de Provisão para Amortização do Ágio**

Com o objetivo de atender as determinações da ANEEL e evitar que a amortização do ágio advindo de incorporação de controladora pela CPFL Paulista cause impacto negativo ao fluxo de dividendos aos acionistas, a CPFL Paulista aplicou, retroativamente a 1º de janeiro de 2004, os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 sobre referido ágio. Desta forma, foi constituída uma provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido da controlada, de forma que o efeito da operação reflita o benefício fiscal do ágio incorporado. Estas alterações afetaram o investimento da Sociedade na controlada CPFL Paulista, sendo necessário a constituição de um ágio no montante de R\$ 1.074.026, de modo a recompô-lo. Este ágio foi amortizado pela Sociedade proporcionalmente a curvas do lucro líquido projetado para o período remanescente do contrato de concessão da CPFL Paulista. O percentual de amortização de 2004 foi de 3,937204%. Os ajustes processados pela CPFL Paulista a este respeito estão de acordo com determinação da ANEEL, foram submetidas à anuência prévia pela CVM e foram aprovadas pela Assembléia Geral Extraordinária havida em 21 de fevereiro de 2005.

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As movimentações ocorridas no saldo de participações societárias da controlada CPFL Paulista foram:

Participações Societárias Permanentes - 31/12/2003	2.921.558
Constituição do ágio em função da aplicação dos conceitos das instruções CVM 319/1999 e 349/2001	(1.074.026)
Dividendos declarados - 3º dividendo fixo PNC	(143.962)
Juros sobre o capital próprio intermediários	(52.111)
Dividendos intermediários	(64.776)
Juros sobre o capital próprio propostos	(62.543)
Dividendos propostos	(111.341)
Ganho de capital pelo recebimento de dividendos	5.238
Perda de capital pelo recebimento de dividendos em favor de minoritários	(2.638)
Equivalência Patrimonial	306.695
Participações Societárias Permanentes - 31/12/2004	1.722.094

CPFL Geração

▪ Aumento de Capital

Em 28 de abril de 2004, foi deliberado um aumento de capital no montante de R\$ 350.000, capitalizado mediante a utilização de créditos detidos pelo acionista controlador, onde foram emitidas 68.000.182.629 ações escriturais, sem valor nominal, sendo 21.242.226.115 ações ordinárias e 46.757.956.514 ações preferenciais, estabelecendo o direito de subscrição de minoritários, conforme regras societárias vigentes.

Participações Societárias Permanentes - 31/12/2003	660.599
Aumento de Capital	349.401
Dividendos intermediários	(36.989)
Dividendos propostos	(28.469)
Ganho de capital pelo recebimento de dividendos	21
Equivalência Patrimonial	68.649
Participações Societárias Permanentes - 31/12/2004	1.013.212

CPFL Brasil

A CPFL Brasil realizou o pagamento de dividendos intermediários em 4 de agosto de 2004 no montante de R\$ 51.263. O restante do lucro apurado do exercício no montante de R\$ 50.453 foi declarado como dividendos e está sujeito à aprovação da Assembléia Geral Ordinária.

13.2 - Ágio ou Deságio:

Os ágios nas aquisições de investimentos, que até 31 de dezembro de 2003 eram amortizados de forma linear pelo período de 10 anos, passaram a ser amortizados proporcionalmente às curvas do lucro líquido projetado para o período remanescente do contrato de concessão para a CPFL Paulista, RGE e CPFL Piratininga e para o período remanescente do contrato de arrendamento para a SEMESA. Este procedimento foi adotado de modo consistente com o descrito na nota n.º 14, quanto à amortização de ágios decorrentes de incorporações de controladoras.

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os ágios decorrentes das aquisições de participações nas controladas Foz do Chapecó, ENERCAN e Barra Grande estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura decorrente de seus contratos de concessão e serão amortizados no prazo destes contratos, a partir do início das operações comerciais dessas empresas. A amortização do ágio da ENERCAN está relacionada a venda de participação societária ocorrida em 2003.

Durante o exercício de 2004, a amortização do ágio foi apurada com base no percentual de 4,639012% na CPFL Piratininga, 3,937204% na RGE e 6,996405% na SEMESA.

A composição da conta de ágio ou deságio é como segue:

		Consolidado			
		2004		2003	
Investidora	Investida	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
CPFL Energia	CPFL Paulista	(12.828)	-	(12.828)	(12.828)
CPFL Energia	CPFL Paulista	1.074.026	(42.287)	1.031.739	-
CPFL Energia	CPFL Geração	651	(237)	414	486
CPFL Paulista	RGE	756.443	(211.324)	545.119	567.461
CPFL Paulista	CPFL Piratininga	124.895	(1.668)	123.227	-
DRAFT I	CPFL Piratininga	-	-	-	274.881
CPFL Geração	SEMESA	426.449	(109.159)	317.290	341.160
CPFL Geração	Fóz do Chapecó	770	-	770	770
CPFL Geração	ENERCAN	15.693	(5.460)	10.233	10.233
CPFL Geração	Barra Grande	3.081	-	3.081	3.081
Total		2.389.180	(370.135)	2.019.045	1.185.244

As principais alterações na composição do ágio ocorridas neste exercício estão descritas a seguir:

- **Ágio da CPFL Energia na CPFL Paulista**

Conforme comentado no item "**Constituição de Provisão para Amortização do Ágio**", foi constituído um ágio no montante de R\$ 1.074.026 para recompor o investimento após a aplicação das referidas instruções.

- **Ágio da CPFL Paulista e DRAFT I na CPFL Piratininga**

O ágio existente na DRAFT I, constituído no momento da aquisição da CPFL Piratininga, foi eliminado no momento da operação de incorporação da DRAFT I pela CPFL Piratininga, com a aplicação dos conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001. O objetivo principal da aplicação desses conceitos foi proteger o fluxo de dividendos aos acionistas através da constituição de uma provisão para a manutenção da integridade de seu patrimônio líquido, de forma que o efeito da operação reflita o benefício fiscal do ágio incorporado. Para recompor o seu investimento na CPFL Piratininga, a CPFL Paulista constituiu um ágio no montante de R\$ 124.895, que será amortizado proporcionalmente à curva do lucro líquido projetado para o período remanescente do contrato de concessão da investida.

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Impactos no Resultado de 2004

A composição dos efeitos descritos acima, podem ser verificadas através da tabela a seguir:

Investidora	Investida	Amortização - Resultado			
		Controladora		Consolidado	
		2004	2003	2004	2003
CPFL Energia (*)	CPFL Paulista	(42.287)	-	(42.287)	-
CPFL Energia	CPFL Geração	(72)	(73)	(72)	(73)
CPFL Paulista	RGE	-	-	(22.342)	(75.644)
CPFL Paulista (*)	CPFL Piratininga	-	-	(1.668)	-
DRAFT I (**)	CPFL Piratininga	-	-	(9.564)	(45.710)
CPFL Geração	SEMESA	-	-	(23.869)	(42.645)
CPFL Geração	Barra Grande	-	-	-	(3.080)
Total		(42.359)	(73)	(99.802)	(167.152)

(*) Ágio reconstituído em função da provisão para a amortização do ágio.

(**) Para 2004, compreende a amortização do período de 9 meses findos em 30/09/2004 (data da incorporação da DRAFT I pela controlada CPFL Piratininga).

No consolidado, as movimentações ocorridas na conta de ágio, além das amortizações correntes, refletem a aplicação dos conceitos das instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 nas controladas CPFL Paulista e CPFL Piratininga. Para a CPFL Paulista, o efeito da aplicação desses conceitos foi a transferência para o investimento do ágio incorporado que estava classificado em 2003 como diferido, já líquido dos benefícios fiscais classificados em Créditos Fiscais (vide nota 11). Para a CPFL Piratininga, como o ágio estava anteriormente registrado no investimento, a aplicação das referidas instruções teve como efeito a reclassificação do benefício fiscal do ágio incorporado na investida para créditos fiscais. A movimentação do saldo líquido no consolidado está demonstrado a seguir:

Valor Líquido do Ágio em 31 de dezembro de 2003	<u>1.185.244</u>
Ágio incorporado da CPFL Paulista, líquido do benefício fiscal	1.074.026
Reclassificação do benefício fiscal do ágio da CPFL Piratininga	(140.423)
Amortizações correntes (Vide Impactos no Resultado de 2004)	(99.802)
Valor Líquido do Ágio em 31 de dezembro de 2004	<u>2.019.045</u>

13.3 - Bens de Renda:

No consolidado, os saldos referem-se principalmente a ativos integrantes da Usina de Serra da Mesa, pertencentes à controlada SEMESA, arrendados à Furnas por um período de 30 anos a findar em 2028. Este contrato de arrendamento que concede a SEMESA o direito a 51,54% de toda a energia assegurada pela usina, que é vendida a Furnas, com cláusula de reajuste de preço atrelada à variação do IGP-M com término previsto para 2014.

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A composição dos referidos bens é como segue:

	Consolidado				2003
	2004	2004	2004	2004	
Bens de Renda	Taxa Média Anual de Depreciação	Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Terrenos	-	5.420	-	5.420	5.420
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2,00%	105.166	(14.210)	90.956	93.055
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	3,83%	527.346	(78.059)	449.287	460.363
Máquinas e Equipamentos	5,93%	306.339	(60.208)	246.131	254.080
Veículos	20,00%	92	(89)	3	9
Outros	20,00%	53	(15)	38	13
Total		944.416	(152.581)	791.835	812.940

Os bens são depreciados com base no tempo de vida útil estimada, conforme as taxas descritas acima, estabelecidas pela ANEEL.

Os bens e instalações arrendados estão sujeitos às condições gerais do contrato de concessão detida por Furnas que, ao final da concessão, prevê a reversão destes bens e instalações ao Poder Concedente, mediante indenização pelo valor residual contábil.

13.4 – Outros Aspectos:

As demonstrações financeiras da CPFL Paulista, da CPFL Geração e da CPFL Brasil em 31 de dezembro de 2004 e 2003 foram auditadas pelos mesmos auditores da Sociedade.

Vide na nota 34 item (c) a descrição dos compromissos assumidos pela RGE e pela CPFL Paulista, em função dos termos da Resolução ANEEL nº 166, de 13 de julho de 2004, implicando em compromisso de capitalização da RGE durante 2005, a qual deverá ser exercida pela CPFL Paulista, na proporção da participação atualmente detida na RGE.

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(14) IMOBILIZADO

Em 31 de dezembro de 2004, a composição do Imobilizado é como segue:

	Consolidado			2003
	2004			
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Serviço				
- Distribuição	5.394.129	(2.723.783)	2.670.346	2.687.010
Intangíveis	63.328	(7.958)	55.370	42.138
Terrenos	43.868	-	43.868	43.292
Reservatório, Barragens e Adutoras	632	(626)	6	24
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	159.639	(85.118)	74.521	76.380
Máquinas e Equipamentos	5.077.331	(2.596.856)	2.480.475	2.510.065
Veículos	31.496	(24.610)	6.886	9.841
Móveis e Utensílios	17.835	(8.615)	9.220	5.270
- Geração	234.981	(87.462)	147.519	152.266
Intangíveis	861	(1)	860	851
Terrenos	1.340	-	1.340	1.340
Reservatório, Barragens e Adutoras	29.047	(19.304)	9.743	9.889
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	35.142	(20.998)	14.144	14.892
Máquinas e Equipamentos	166.720	(46.079)	120.641	124.648
Veículos	509	(139)	370	458
Móveis e Utensílios	1.362	(941)	421	188
- Comercialização	88.545	(31.526)	57.019	46.352
Intangíveis	6.023	(1.041)	4.982	1.191
Terrenos	94	-	94	215
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	8.541	(5.802)	2.739	2.927
Máquinas e Equipamentos	68.531	(22.041)	46.490	40.286
Veículos	2.911	(1.532)	1.379	804
Móveis e Utensílios	2.445	(1.110)	1.335	929
- Administração	213.641	(112.609)	101.032	74.975
Intangíveis	80.363	(32.153)	48.210	18.890
Terrenos	1.791	-	1.791	1.791
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	41.118	(19.737)	21.381	17.081
Máquinas e Equipamentos	29.910	(20.822)	9.088	10.299
Veículos	20.924	(17.164)	3.760	6.813
Móveis e Utensílios	39.535	(22.733)	16.802	20.101
	5.931.296	(2.955.380)	2.975.916	2.960.603
Em Curso				
- Distribuição	115.298	-	115.298	85.351
- Geração	974.331	-	974.331	574.362
- Comercialização	7.696	-	7.696	3.086
- Administração	14.152	-	14.152	15.801
	1.111.477	-	1.111.477	678.600
Subtotal	7.042.773	(2.955.380)	4.087.393	3.639.203
Outros Ativos não Vinculados à Concessão	751.347	(423.823)	327.524	-
Total do Imobilizado	7.794.120	(3.379.203)	4.414.917	3.639.203
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão			(588.053)	(543.543)
Imobilizado Líquido			3.826.864	3.095.660

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20 de 3 de fevereiro de 1999 regulamenta a desvinculação de bens e concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

A taxa de depreciação média dos ativos é de aproximadamente 5,25% a.a. no consolidado.

Imobilizado em Curso – Do saldo consolidado em 31 de dezembro de 2004, o montante de R\$ 969.579 refere-se a obras em andamento dos empreendimentos em fase de implantação, conforme demonstrado a seguir:

	CERAN	ENERCAN	BAESA	FOZ DO CHAPECÓ	TOTAL
Imobilizado em curso em 31 de dezembro de 2004	317.050	981.601	1.093.729	17.599	2.409.979
Participação proporcional da Sociedade em cada usina	206.083	478.264	273.498	11.734	969.579

Os juros referentes aos empréstimos tomados por estes empreendimentos para o financiamento das obras estão sendo capitalizados, sendo que para o exercício findo em 31 de dezembro de 2004 foi registrado no consolidado o montante de R\$ 46.703 (R\$ 12.971 em 2003).

Outros Ativos não Vinculados à Concessão – O ágio da incorporação de controladora das controladas CPFL Paulista e RGE, até 31 de dezembro de 2003 estava classificado no ativo diferido. Em atendimento aos Ofícios da ANEEL nº 908/2004-SFF, de 08 de junho de 2004, e nº 912/2004-SFF, de 09 de junho de 2004, os saldos remanescentes destes ativos passaram a ser classificados no ativo imobilizado e amortizados pelo período remanescente das concessões, proporcionalmente à curva do lucro líquido projetado das controladas CPFL Paulista e controlada RGE (a amortização de 3,937204% e 3,13% para a CPFL Paulista e para a RGE, respectivamente, em 2004). Este assunto foi submetido à apreciação da CVM, que se manifestou favoravelmente ao pleito da Sociedade e da RGE, passando ambas alterações a serem realizadas de forma retroativa a 1º de janeiro de 2004.

Na seqüência, de acordo com o requerido pela ANEEL e aprovado pela CVM, com o objetivo de evitar o impacto negativo da amortização do ágio incorporado de controlador no fluxo de dividendos aos acionistas e em conexão com a alteração nos direitos das ações preferenciais classe "C" (vide nota 13), a CPFL Paulista aplicou, a partir de 2004, os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 sobre referido ágio. O valor líquido do ágio por incorporação de controlador resultante da provisão constituída foi reclassificado para a conta de Créditos Fiscais Diferidos (vide nota 11). Desta forma, os valores apresentados no consolidado como Outros Ativos não Vinculados à Concessão referem-se somente ao ágio incorporado de controladores da RGE.

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão – Representam os valores recebidos dos consumidores e doações não condicionadas a qualquer retorno e subvenções destinadas ao custeio de investimentos para atendimento a pedidos de fornecimento de energia elétrica na atividade de distribuição. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo órgão regulador para concessões de geração, transmissão e distribuição e sua liquidação ocorrerá ao final da concessão. As obrigações especiais não estão submetidas à depreciação ou a qualquer forma de atualização.

Extinta a concessão os bens das controladas vinculados ao serviço serão revertidos à União, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante da indenização devida à concessionária pelo valor residual contábil.

(15) DIFERIDO

No consolidado, a composição do saldo é como segue:

	Consolidado			2003
	2004			
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Ágio de Incorporação	-	-	-	2.052.198
Diferimento de Variação Cambial	81.793	(81.793)	-	9.897
Despesas Pré Operacionais em Serviço	26.550	(7.295)	19.255	26.414
Despesas com Emissão de Debêntures	23.230	(18.508)	4.722	11.648
Diferido em Curso	33.344	-	33.344	63.889
Total	164.917	(107.596)	57.321	2.164.046

Ágio de Incorporação - Devido à alteração no critério de amortização do ágio, e de forma a atender o plano de contas definido pela ANEEL, este ágio foi reclassificado do ativo diferido para o ativo imobilizado como "Outros Ativos não Vinculados à Concessão".

Diferimento da Variação Cambial - O saldo em dezembro de 2003 refere-se ao diferimento, realizado pelas controladas CPFL Paulista e RGE, do resultado líquido negativo decorrente do ajuste dos valores em reais de obrigações e créditos denominados em moeda estrangeira, ocorrido no ano de 2001 em conformidade com a Deliberação CVM n.º 404, de 27 de setembro de 2001. O valor diferido total de R\$ 81.793 foi amortizado linearmente, respeitando as datas de vencimentos dos contratos, em até 4 anos, a partir do exercício de 2001, inclusive. O impacto da amortização no resultado de 2004 foi de R\$ 9.897 (R\$ 18.460 em 2003).

Despesas Pré-operacionais: Referem-se a gastos com a implantação e modernização de sistemas e processos corporativos e despesas pré-operacionais relacionadas aos projetos de geração em andamento.

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(16) FORNECEDORES

Na controladora, os saldos em 31 de dezembro de 2004 estão relacionados, principalmente, a serviços prestados por terceiros. No consolidado a composição dos saldos é como segue:

	Consolidado	
	2004	2003
Curto Prazo		
Diversos - CCEE	815	16.729
Encargos do Serviço do Sistema	2.490	3.928
Operações na CCEE (nota 5)	3.305	20.657
Suprimento de Energia Elétrica	400.461	420.340
Encargos de Uso da Rede Elétrica	62.746	59.772
Materiais / Serviços	95.894	69.390
Energia Livre (nota 3)	91.838	82.779
Outros	9.613	8.051
Total	663.857	660.989
Longo Prazo		
Energia Livre (nota 3)	229.874	187.797

(17) ENCARGOS DE DÍVIDAS, EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Em 31 de dezembro de 2004, os saldos de principal e encargos do endividamento em moeda nacional e moeda estrangeira da Sociedade e suas controladas, tem a composição como segue:

	Consolidado					
	2004			2003		
	Encargos	Principal		Encargos	Principal	
Curto Prazo		Longo Prazo	Curto Prazo		Longo Prazo	
MOEDA NACIONAL						
BNDES - Repotencialização (PCHs)	81	3.653	15.619	145	2.780	18.830
BNDES - Investimento	457	38.320	652.556	2.198	33.864	325.136
BNDES - Ativo Regulatório	6.305	214.827	541.924	6.448	139.368	732.419
BNDES - CVA e Portaria 116	2.089	165.451	85.718	7.815	51.583	166.277
FIDC	19.771	59.722	78.610	-	-	-
BRDE	357	18.833	17.520	8.864	7.838	31.019
Furnas Centrais Elétricas S.A.	-	-	79.954	-	-	56.782
Instituições Financeiras	3.608	54.257	159.608	1.547	117.502	53.645
Outros	537	19.924	24.964	1.351	20.824	31.351
Subtotal	33.205	574.987	1.656.473	28.368	373.759	1.415.459
MOEDA ESTRANGEIRA						
IFC - CPFL Energia	3.556	10.618	95.558	-	-	-
Floating Rate Notes - CPFL Paulista	805	159.264	277.119	1.021	339.770	474.985
Trade Finance - Sul Geradora	700	101.475	-	34.213	58.991	110.451
Instituições Financeiras	1.482	18.229	115.191	2.248	22.322	145.221
Subtotal	6.543	289.586	487.868	37.482	421.083	730.657
Total	39.748	864.573	2.144.341	65.850	794.842	2.146.116

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

BNDES – Repontencialização PCH's - Corresponde ao financiamento concedido à controlada CPFL Centrais Elétricas, destinado à repontencialização de PCH's (pequenas centrais hidrelétricas), que vem sendo amortizado em 84 parcelas mensais e sucessivas, desde fevereiro de 2003. Parte deste financiamento, no montante de R\$ 17.282 (R\$ 19.238 em 2003), é atualizada pela TJLP, acrescida de juros de 3,5% a.a.. A remanescente, no montante de R\$ 2.071 (R\$ 2.517 em 2003), está atrelada à cesta do BNDES ("UMBND"). Tecnicamente a parcela vinculada a UMBND é um empréstimo em moeda estrangeira, já que este índice corresponde à variação da cesta de moedas de captação do Banco, sendo substancialmente atrelada ao dólar norte-americano, com juros fixos de 3,5% a.a. e juros variáveis calculados com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação de recursos. O empréstimo está garantido por aval da CPFL Paulista.

BNDES – Investimento: Corresponde ao financiamento aos programas de investimentos de geração e distribuição de energia elétrica nas controladas, e que possuem as seguintes características e condições:

- Na CPFL Paulista está dividido em duas tranches "A" e "B", tendo 18 e 30 meses de carência, respectivamente, sendo amortizado em 78 parcelas mensais e sucessivas a partir de outubro de 2000 e outubro de 2001, respectivamente, com atualização pela TJLP e juros de 3,25% a.a.. Como garantia, está vinculada a receita proveniente de fornecimento de energia elétrica. O saldo em 31 de dezembro de 2004 é de R\$ 61.762 (R\$ 83.306 em 2003).
- Na CPFL Piratininga corresponde ao contrato de abertura de crédito mediante repasse de empréstimo contratado com o BNDES, com atualização pela TJLP e juros de 3,45% a.a., sendo amortizado em 48 parcelas mensais a partir de 15 de maio de 2002, representado por notas promissórias e garantido pela arrecadação de recebíveis. O saldo em 31 de dezembro de 2004 é de R\$ 212 (R\$ 357 em 2003).
- Na RGE está dividido em duas tranches: período de 1998 a 2001- saldo em 31 de dezembro de 2004 de R\$ 59.479 (R\$ 44.245 em 2003) com atualização pela TJLP e juros de 3,5% a.a. 4,5% a.a., com amortizações mensais a partir de 15 de dezembro de 1999 e vencimento previsto para 15 de setembro de 2007; período de 2003 a 2005 – saldo em 31 de dezembro de 2004 de R\$ 6.315 com atualização pelo UMBNDES e juros de 4,5% a.a., com amortizações mensais a partir de 15 de janeiro de 2005 e vencimento previsto para 15 de janeiro de 2009. Para ambas as tranches foram oferecidos como garantia a arrecadação da venda de energia.
- Na BAESA, no montante de R\$ 129.713 (R\$ 86.195 em 2003) amortizável em 144 parcelas mensais e sucessivas, a partir de 15 de setembro de 2006 para o subcrédito "A" e a partir de 15 de novembro de 2006 para os subcréditos "C" e "E". A atualização dos subcréditos "A" e "C", no montante de R\$ 80.622 (R\$ 47.845 em 2003), está atrelada à TJLP, acrescida de 3,125% a.a.. Já a atualização do subcrédito "E" no montante de R\$ 49.091 (R\$ 38.350 em 2003) está sujeita à cesta de moedas do BNDES ("UMBND"), com juros fixos de 3,125% a.a. e juros variáveis calculados com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação de recursos. O empréstimo está garantido pelos avalistas: Alcoa, Camargo Corrêa e Hejoassu, controladores em conjunto no empreendimento.

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Na ENERCAN, no montante de R\$ 292.112 (R\$ 147.095 em 2003) amortizável em 144 parcelas mensais e sucessivas a partir de abril de 2007, sendo que uma parte no montante de R\$ 26.510 (R\$ 14.611 em 2003) tem sua atualização atrelada à cesta de moedas do BNDES ("UMBND"), com juros fixos de 4% a.a. e juros variáveis calculados com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação de recursos, e outra no montante de R\$ 265.602 (R\$ 132.484 em 2003) está atrelada a TJLP, acrescida de juros de 4% a.a.. O empréstimo está garantido pelo avalista Hejoassu.
- Na CERAN, no montante de R\$ 141.740, obtido em 2004, está subdividido em 4 (quatro) subcréditos para cada uma das usinas do Complexo CERAN, sendo que uma parcela no montante de R\$ 32.156 está sendo atualizado pela cesta de moedas do BNDES ("UMBND"), com juros fixos de 5% a.a. e juros variáveis calculados com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação de recursos, e uma parcela no montante de R\$ 109.584 está sendo atualizada pela TJLP, acrescida de juros de 5% a.a..

O vencimento final do principal ocorre em 15 de janeiro de 2016 para a Usina Monte Claro, 15 de novembro de 2016 para a Usina Castro Alves e 15 de fevereiro de 2018 para a Usina 14 de Julho. A totalidade do empréstimo está garantido pela CPFL Energia.

Adicionalmente, os empréstimos da BAESA, ENERCAN e CERAN, tem como garantias o penhor das ações de emissão da beneficiária e o penhor de direitos emergentes da concessão.

BNDES – Ativo Regulatório, CVA

	2004		2003		Encargos	Forma de Amortização
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo		
CPFL Paulista						
- Ativo Regulatório	150.514	390.178	87.981	515.012	Selic + 1% a.a.	1º tranche (perdas do racionamento): 62 parcelas mensais a partir 15/03/2002. 2º tranche (parcela "A"): 13 parcelas mensais a partir de 15/05/2007.
- CVA	116.146	42.686	57.496	126.234	Selic + 1% a.a.	24 parcelas mensais a partir 15/05/2004.
CPFL Piratininga						
- Ativo Regulatório	49.944	135.722	35.920	183.553	Selic + 1% a.a.	1º tranche (perdas do racionamento): 54 parcelas mensais a partir 15/03/2002. 2º tranche (Parcela "A"): 9 parcelas mensais a partir de 15/09/2006.
- CVA	51.394	43.032	1.902	40.043	Selic + 1% a.a.	24 parcelas mensais a partir 15/12/2004.
RGE Proporcional						
- Ativo Regulatório	19.234	12.091	20.678	28.545	Selic + 1% a.a.	60 parcelas mensais a partir 17/03/2003.
CPFL Geração						
- Ativo Regulatório	1.440	3.933	1.237	5.309	Selic + 1% a.a.	60 parcelas mensais a partir 15/03/2003.
Total	388.672	627.642	205.214	898.696		
Ativo Regulatório	221.132	541.924	145.816	732.419		
CVA	167.540	85.718	59.398	166.277		
Total	388.672	627.642	205.214	898.696		

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os empréstimos relacionados no quadro acima estão garantidos pela arrecadação de recebíveis na venda de energia elétrica das controladas.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC – Através de aprovação em reunião do Conselho de Administração, realizada em 28 de janeiro de 2004, e com anuência da ANEEL, obtida em Ofício datado de 25 de junho de 2003, a controlada CPFL Piratininga lançou um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC para captação de R\$ 150 milhões em março de 2004 e R\$ 50 milhões em agosto de 2004. O FIDC é administrado pelo Banco Votorantim. A estrutura consiste na captação de recursos com liquidação vinculada ao recebimento de faturamento da CPFL Piratininga, com amortizações mensais, num período de 36 meses. Esta operação tem juros de 115% da variação do CDI - Certificado do Depósito Interbancário, tendo como garantia a arrecadação de recebíveis da CPFL Piratininga. Como condição para funcionamento do fundo, estipulada contratualmente, a controlada CPFL Piratininga adquiriu parte de suas cotas, cujo valor em 31 de dezembro de 2004 monta em R\$ 13.335. Tal saldo encontra-se reduzindo o valor do passivo de R\$ 171.438, perfazendo um saldo no passivo líquido de R\$ 158.103.

BRDE – Refere-se a contrato de abertura de crédito, assumido pela controlada RGE no processo de cisão e privatização da Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE, sendo atualizado pelo IGPM, acrescido de juros de 12% a.a.. As amortizações são mensais, com vencimento final previsto para 30 de setembro de 2006, tendo sido dada como garantia a arrecadação de venda de energia da RGE.

Furnas Centrais Elétricas S.A. – O empréstimo junto a Furnas está sujeito à atualização pela variação do IGP-M e juros de 10% a.a., com vencimento em 24 parcelas mensais a partir de 2008, tendo como garantia a energia produzida pela UHE Serra da Mesa, conforme Contrato Geral assinado entre a SEMESA e Furnas.

OUTROS – Inclui valores adiantados por consumidores interessados no fornecimento de energia elétrica, para financiar elaboração do projeto, orçamento, construção, operação e manutenção das redes de energia elétrica e iluminação pública de loteamentos.

Inclui também, recursos da Eletrobrás com a finalidade de financiar parcelas das obras implementadas para melhoria no sistema elétrico, para a ampliação de redes de distribuição de energia elétrica, para a eficientização de iluminação pública, e para eletrificação rural e Programa de Universalização, tendo como garantia a arrecadação de venda de energia.

International Finance Corporation - IFC – Corresponde a empréstimo obtido pela Sociedade junto ao IFC, destinado à viabilização do processo de simplificação da estrutura acionária do Grupo, bem como à melhoria contínua das práticas de governança corporativa e de transparência ao mercado acionário. Os recursos captados correspondem ao montante principal de US\$ 40 milhões, a serem pagos em 10 parcelas semestrais a partir de 15 de julho de 2005, atualizados pela variação cambial, juntamente com os juros correspondentes à “Taxa Libor” semestral acrescida de 5,25% a.a.. Este empréstimo é garantido por ações da CPFL Centrais Elétricas e pelos acionistas controladores.

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O financiamento do IFC é regido por um Contrato de Investimento, celebrado entre a Sociedade e o IFC, através do qual foi outorgado ao IFC um bônus de subscrição de uma quantidade de ações ordinárias de emissão da Sociedade equivalente ao valor de principal e juros devidos sob o Contrato de Investimento, dividido pelo preço de exercício da opção de subscrição. O bônus de subscrição pode ser exercido a qualquer tempo durante o período compreendido entre a data de realização de uma Oferta Pública Inicial (IPO) pela Sociedade e junho de 2010 (ou anteriormente, sob determinadas circunstâncias), e o preço da subscrição pode ser pago em dinheiro ou mediante compensação com o financiamento. Após realizados os ajustes correspondentes para evitar a diluição do IFC, o preço do exercício é determinado com base no preço praticado na Oferta Pública Inicial (IPO) e corrigido com base na variação da TJLP. Em 31 de dezembro de 2004, o preço de exercício corrigido era de R\$ 17,37 por ação. Através de mecanismo de *swap*, esta dívida está convertida para custo local, correspondente a 105,3% da variação do CDI. Esta operação de *swap* resultou, em 31 de dezembro de 2004, em uma perda de R\$ 20.112.

Floating Rate Notes – Refere-se à captação, pela controlada CPFL Paulista, de recursos no mercado externo, no montante de US\$ 300 milhões, realizada no segundo trimestre de 2001, para aquisição da participação acionária da RGE, contratados junto a um consórcio de bancos.

Esse empréstimo tem prazo de vencimento final de 5 anos e carência de 20 meses para início do pagamento do principal. Os juros vêm sendo pagos semestralmente a partir de dezembro de 2001 e a amortização do principal iniciou-se em 19 de fevereiro de 2003. Este empréstimo está garantido por recebíveis, cartas de fianças e notas promissórias. Através de mecanismo de *swap*, toda esta dívida foi convertida para custo local, correspondente a 93,65% e 94,75% da variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário), respectivamente, para as parcelas de US\$ 100 milhões e US\$ 200 milhões. Esta operação de *swap* resultou em 31 de dezembro de 2004, uma perda de R\$ 39.264 (R\$ 67.640 em 2003).

Trade Finance – refere-se à captação de recursos realizada em 2000 pela Sul Geradora Participações S.A., controlada da RGE, através de operação de *Trade Finance*, tendo como garantia o aval da RGE e cartas de fiança. O pagamento de juros é trimestral e a amortização do principal se dará entre 2002 e 2005. Através de mecanismo de *swap*, esta dívida foi convertida para custo local, correspondente a variação do CDI, que totalizou em 31 de dezembro de 2004 uma perda de R\$ 28.376.

Instituições Financeiras – Contempla empréstimos e financiamentos em moeda nacional e estrangeira com a seguinte composição:

- **Moeda Nacional** – No consolidado, inclui empréstimos obtidos junto a instituições financeiras para a cobertura do fluxo de caixa operacional, sendo atualizados pela variação do CDI e garantidos pela arrecadação de recebíveis na venda de energia elétrica das controladas.
- **Moeda Estrangeira** – No consolidado, inclui negociações realizadas pela controlada CPFL Paulista no âmbito do Plano *Brady*, intermediadas pelo Banco do Brasil, bem como dívidas relacionadas à Resolução 63, com a finalidade de cobertura de capital de giro das controladas. Este empréstimo está garantido por recebíveis e aval da Secretaria do Estado de São Paulo.

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

No consolidado, os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira classificados como Instituições Financeiras têm a seguinte composição de longo prazo:

Instituições Financeiras em Moeda Estrangeira	Vencimento (Anos)	Amortização	Garantias	Indexador	Taxa de Juros	Consolidado	
						2004	2003
1) Banco do Brasil S/A:							
Debt Conversion Bond	18	17 parcelas semestrais (a partir de abr/04)	Vinculação de Receitas	US\$	Libor 6 meses + 7/8% a.a.	20.519	25.770
New Money Bond	15	17 parcelas semestrais (desde abr/01)	Vinculação de Receitas	US\$	Libor 6 meses + 7/8% a.a.	2.914	4.078
FLIRB	15	13 parcelas semestrais (desde abr/03)	Vinculação de Receitas	US\$	Libor 6 meses + 13/16% a.a.	2.957	4.139
C-Bond	20	21 parcelas semestrais (a partir de abr/04)	Vinculação de Receitas	US\$	8% a.a.	23.956	29.143
Discount Bond	30	única ao final de 30 anos	Depósito em garantia e Receitas	US\$	Libor 6 meses + 13/16% a.a.	23.136	25.183
PAR-Bond	30	única ao final de 30 anos	Depósito em garantia e Receitas	US\$	6% a.a.	33.157	36.090
EI Bond - Bônus de Juros	12	19 parcelas semestrais (desde abr/97)	Vinculação de Receitas	US\$	Libor 6 meses + 13/16% a.a.	1.431	4.688
2) Unibanco - RGE (*)	4	7 parcelas semestrais (desde 2002)	Recebíveis e Conta Reserva	US\$	Libor + 7,25% a.a.	7.121	11.603
3) Itáú BBA - RGE (*)	2	18 parcelas mensais (a partir de jan/04)	Notas Promissórias	US\$	7% a.a.	-	4.547
Total						115.191	145.221

(*) Possuem operações de *swap* convertendo a dívida ao CDI

No consolidado, o saldo do principal de longo prazo dos Empréstimos e Financiamentos tem vencimentos assim programados:

Vencimento	2004
	Consolidado
2006	799.652
2007	417.569
2008	213.642
2009	115.624
Após 2009	597.854
Total	2.144.341

Os principais índices utilizados para atualização de Empréstimos e Financiamentos e a composição do perfil de endividamento em moeda nacional, estão abaixo demonstrados:

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Indexador	Variação acumulada em %		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
IGP-M	12,42	8,69	8,01	5,75
UMBND	(6,47)	(15,73)	5,11	1,20
URTJLP	3,66	5,25	26,14	17,44
CDI	16,17	25,55	13,71	9,50
SELIC	16,24	23,33	44,81	58,43
Outros	-	-	2,22	7,68
			100,00	100,00

Os ganhos e perdas relacionados às operações de *swap* detidos pela Sociedade e suas controladas, incluindo as contratações sobre operações a curto prazo, são contabilizados, líquidos, na rubrica Derivativos, tendo como contrapartida receitas ou despesas financeiras.

CONDIÇÕES RESTRITIVAS

Determinados contratos de empréstimos e financiamentos estão sujeitos a certas condições restritivas e contemplam cláusulas as quais requerem que a Sociedade e suas controladas mantenham determinados índices financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos.

No entendimento da Administração da Sociedade e suas controladas, tais condições restritivas e cláusulas vêm sendo adequadamente atendidas, são resumidas como segue:

CPFL Energia

- O Contrato de Investimento com o IFC limita a capacidade da Sociedade de penhorar ativos ou de realizar investimentos em terceiros. Além disso, referido contrato impede a distribuição de dividendos pela Sociedade e por sua controlada indireta Centrais Elétricas, acima do mínimo obrigatório, em caso de inadimplência ou situação de *default*.
- O empréstimo captado pela Sociedade junto ao IFC, está sujeito a determinadas restrições, uma das quais, faz referência à realização de uma Oferta Pública "Qualificada" de Ações, a qual não foi atendida pela Sociedade. Em carta recebida em 28 de outubro de 2004, o IFC declara o não exercício do direito de "Pré-Pagamento" da dívida, previsto no *Investment Agreement* celebrado entre as partes em 25 de junho de 2003 (para exercício a partir de 1º de novembro de 2004). Adicionalmente, a Sociedade tem a obrigação de fornecer periodicamente certas informações societárias e operacionais ao IFC cujo próximo prazo expira em 31 de março de 2005.
- O contrato de *swap* que protege o empréstimo captado junto ao IFC determina que a Sociedade mantenha limites econômico-financeiros, com base no seu balanço trimestral consolidado, bem como manter determinados índices como segue:

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- a) O resultado da divisão da Dívida Total Ajustada pelo EBITDA;
 - a.1) igual ou inferior a 4,0 vezes no encerramento do exercício fiscal de 2004;
 - a.2) igual ou inferior a 3,8 vezes em 2005; e
 - a.3) igual ou inferior a 3,5 vezes a partir de 2006.
- b) O resultado da divisão do EBITDA pelas despesas financeiras igual ou superior a 1,5 vezes durante o ano de 2004 e 2,0 vezes durante os anos subseqüentes.

CPFL Paulista

- O *Floating Rate Notes* estabelece limitações na realização de investimentos em valor superior a R\$ 151 milhões em 2004, R\$ 152 milhões em 2005 e R\$ 160 milhões em 2006. Adicionalmente, o *Floating Rate Notes* determina que a CPFL Paulista em 31 de dezembro de 2004 deva manter os seguintes índices financeiros:
 - a) Patrimônio Líquido total dividido pela soma do Patrimônio Líquido total e endividamento total não inferiores a 42% (em base consolidada) e 37% (em base não consolidada).
 - b) EBITDA dividido pelas despesas financeiras superior a 2,25 (em base consolidada e não consolidada);
 - c) Endividamento dividido pelo EBITDA inferior a 3,50 (em base consolidada e não consolidada).
- O Contrato de *swap* vinculado ao empréstimo *Floating Rate Notes* compreende cláusula de *Cross Default*, para quaisquer contratos que apresentem condição de *Default* no prazo de 30 dias, acarretando a liquidação da operação a valores presente e a preços de mercado.
- Os empréstimos e financiamentos relacionados ao Programa de Investimento do BNDES possuem prioridade em relação ao pagamento de dividendos que excedam ao mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, no caso de inadimplência da Sociedade com relação a esta obrigação. A controlada também se obriga a manter nível de capitalização (Patrimônio Líquido dividido pelo Ativo Total) igual ou superior a 25%.

CPFL Geração

- Os empréstimos captados do BNDES pelas controladas ENERCAN, BAESA e CERAN, para financiamento de seus projetos de geração de energia, determinam restrições ao pagamento de dividendos à controladora CPFL Geração acima do mínimo obrigatório de 25% sem a prévia anuência do BNDES.

RGE

- Os empréstimos e financiamentos relacionados ao Programa de Investimento do BNDES determinam a manutenção do nível de capitalização (Patrimônio Líquido dividido pelo Ativo Total) igual ou superior a 40%. Adicionalmente, estes empréstimos possuem prioridade em relação ao pagamento de dividendos que excedam ao mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, além de cumprimento de índices financeiros para que ocorra a distribuição deste excedente. Estes índices financeiros são:

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- a) endividamento líquido dividido pelo EBITDA igual ou menor a 3,0;
- b) endividamento líquido dividido pela soma do endividamento líquido e o Patrimônio Líquido menor ou igual a 0,5
- O empréstimo *Trade Finance* entre a controlada indireta Sul Geradora Participações S.A. ("Sul Geradora") e o *BankBoston* impede a Sul Geradora de pagar dividendos em caso de inadimplemento. Adicionalmente, este empréstimo exige o cumprimento de certos índices financeiros calculados com base nas informações consolidadas da RGE, como segue:
 - a) o EBITDA dividido pelas despesas financeiras pagas igual ou maior a 2,0;
 - b) o endividamento dividido pela estrutura de capital, igual ou menor a 0,55;
 - c) o endividamento dividido pelo EBITDA igual ou menor a 3,5.
- As restrições para os empréstimos captados junto as instituições financeiras são como segue:
 - O empréstimo junto ao Itaú BBA contém cláusulas restritivas quanto à alteração ou modificação do Capital Social, quanto a qualquer mudança, transferência ou a cessão, direta ou indireta, do controle societário, ou ainda a incorporação, fusão ou cisão, sem a prévia e expressa anuência do credor. Adicionalmente os seguintes índices financeiros devem ser observados:
 - a) o EBITDA dividido pelas despesas financeiras líquidas igual ou maior a 1,6;
 - b) o endividamento líquido dividido pelo EBITDA igual ou menor a 2,7.
 - Unibanco – Moeda Nacional: O contrato exige o cumprimento dos seguintes índices financeiros:
 - a) a dívida financeira dividida pelo EBITDA igual ou inferior a 3,0;
 - b) as despesas financeiras divididas pelo EBITDA igual ou inferior a 0,4;
 - c) a dívida financeira dividida pelos capitais totais igual ou inferior a 3,0.
 - Unibanco – Moeda Estrangeira: O contrato exige o atendimento aos seguintes índices financeiros:
 - a) o EBITDA dividido pelos juros pagos somado às amortizações líquidas de dívida igual ou maior a 1,05;
 - b) a dívida total dividida pelo EBITDA igual ou inferior a 3,0 (2004) e 2,5 (2005 a 2007);
 - c) os juros pagos divididos pelo EBITDA igual ou inferior a 0,4;
 - d) a dívida total igual ou inferior a R\$ 800.000.
 - Banco Santander: O contrato exige o cumprimento dos seguintes índices financeiros:
 - a) o EBITDA dividido pelas despesas financeiras pagas maior ou igual a 2,0;
 - b) a dívida financeira dividida pelo EBITDA igual ou inferior a 3,5.

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Outros – Eletrobrás: O contrato restringe a RGE de pagar ou declarar qualquer dividendo, autorizar ou efetuar qualquer outra distribuição em caso de atraso no cumprimento das obrigações previstas em contrato. Adicionalmente, a RGE obriga-se a não assumir, sem expressa autorização da Eletrobrás, novos compromissos financeiros que, isolada ou conjuntamente, superem o equivalente a 5,0% de seu ativo fixo e/ou que elevem seu endividamento a nível superior a 66% do seu ativo fixo.

O não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas, podem ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*).

Diversos empréstimos e financiamentos da Sociedade e de suas controladas diretas e indiretas estão sujeitas a terem seu vencimento antecipado no caso de alterações na estrutura societária da Sociedade que impliquem na perda, por parte dos atuais acionistas da Sociedade, do controle acionário ou do controle sobre a gestão da Sociedade, ou ainda na diminuição da participação direta ou indireta da VBC sobre o capital da CPFL Paulista para um percentual abaixo de 25%.

(18) DEBÊNTURES

No consolidado, em 31 de dezembro de 2004 as principais informações sobre as emissões de debêntures são como segue:

Características das Emissões de Debêntures					Consolidado					
					31/12/2004			31/12/2003		
Emissor	Emissão	Série	Quantidade em Circulação	Remuneração	Encargos	Saldos em:		Encargos	Saldos em:	
						Curto Prazo	Longo Prazo		Curto Prazo	Longo Prazo
CPFL Energia (a)	2ª	-	72.199	Taxa DI + 2,85% a.a.	-	-	-	137.715	-	721.990
CPFL Paulista (b)	1ª	1ª	44.000	IGP-M + 11,5% a.a.	47.876	-	719.676	42.591	-	640.234
CPFL Paulista (b)	1ª	2ª	30.142	CDI + 0,6% a.a.	29.051	150.710	150.710	38.073	-	301.420
CPFL Paulista (c)	2ª	1ª	11.968	109% do CDI	10.385	-	119.680	-	-	-
CPFL Paulista (c)	2ª	2ª	13.032	IGP-M + 9,8% a.a.	6.617	-	137.151	-	-	-
SEMESA (d)	1ª	-	58.000	TJLP + 4 a 5% a.a.	4.561	106.792	465.144	5.146	93.655	551.739
BAESA (e)	1ª	-	23.094	105% do CDI	-	-	24.060	-	-	-
BAESA (e)	2ª	-	23.281	IGP-M + 9,55% a.a.	-	-	24.284	-	-	-
Total					98.490	257.502	1.640.705	223.525	93.655	2.215.383

- Em 1.º de abril de 2003, a Sociedade emitiu 90.000 debêntures, não conversíveis, com valor nominal unitário de R\$ 10, relacionadas à 1.ª série da 2.ª emissão, perfazendo o total de R\$ 900.000. A Sociedade resgatou a totalidade destas debêntures em Outubro de 2004.
- Com o propósito de captar recursos para a aquisição do controle acionário da RGE, a CPFL Paulista colocou a venda em julho de 2001, debêntures da espécie quirografária, divididas em duas séries: a primeira com 44.000 debêntures, remuneradas à variação do IGP-M, acrescida de taxa de juros de 11,50% a.a., com vencimento de 50% previsto para 1º de junho de 2007 e o restante para 1º de junho de 2008; e a segunda com 30.142 debêntures, remuneradas com base na taxa média dos Depósitos Interfinanceiros de um dia – DI, *over extra grupo*, acrescida de juros de 0,6% a.a., com vencimento de 50% previsto para 1º de junho de 2005 e o restante para 1º de junho de 2006.

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- c) Em 1º de julho de 2004, a controlada CPFL Paulista emitiu 25.000 debêntures, da espécie quirografária, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, com valor unitário de R\$ 10, em duas séries, perfazendo o total de R\$ 250.000. A 1.º série é composta de 11.968 debêntures, que estão sendo remuneradas com base em 109% da taxa de Depósitos Interfinanceiros de um dia - DI e a 2.º série é composta de 13.032 debêntures, que estão sendo remuneradas à variação do IGP-M, acrescida de taxa de juros de 9,8% a.a., ambas as séries têm vencimento programado para 1.º de julho de 2009. Os recursos obtidos por meio desta emissão, aproximadamente R\$ 190.000 serão utilizados para alongar parte das dívidas de curto prazo da CPFL Paulista e os restantes, aproximadamente R\$ 60.000, serão utilizados para financiar parte dos investimentos em distribuição de energia previstos para os períodos de 2004 e 2005.
- d) As debêntures da SEMESA referem-se à 1ª emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, que são atualizadas com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), acrescida de juros de 4% a 5% a.a.. Os juros e principal são pagos semestralmente, no 1º dia útil dos meses de junho e dezembro de cada ano, com vencimento final programado para 2009, tendo como garantia carta de fiança emitida pela CPFL Geração.
- e) As debêntures da BAESA referem-se a 1ª e 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, emitidas em 1º de agosto de 2004, sendo a 1ª emissão de R\$ 24.060, atualizável pela variação de 105% do CDI com pagamento trimestral, tendo o primeiro pagamento programado para 1º de novembro de 2006 e o último pagamento para 1º de agosto de 2016. Já a 2ª emissão de R\$ 24.285, atualizável pelo IGP-M mais juros de 9,55% a.a. com pagamento anual, tendo o primeiro pagamento programado para 1º de agosto de 2007 e o último pagamento para 1º de agosto de 2016. Tendo como garantia cartas de fiança emitidas pelos acionistas na proporção de suas participações.

No consolidado, o saldo de Debêntures em 31 de dezembro de 2004 tem seus vencimentos assim programados:

Vencimento	2004
	Consolidado
2006	269.138
2007	493.304
2008	506.226
2009	337.394
Após 2009	34.643
TOTAL	1.640.705

Condições Restritivas

- CPFL Paulista: estão sujeitos a certas condições restritivas, contemplando cláusulas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos.

No entendimento da Administração da Sociedade, tais condições restritivas e cláusulas vêm sendo adequadamente atendidas, e são resumidos como segue:

- ✓ A primeira emissão de debêntures determina os seguintes índices e limites:

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- a) a relação entre EBITDA e despesas financeiras maior ou igual a 1,5 vez
- b) o nível de capital próprio de, no mínimo, 35% da capitalização total e de capital de terceiros de, no máximo, 65% da capitalização
- ✓ A segunda emissão de debêntures determina os seguintes índices e limites:
 - a) a relação entre EBITDA e despesas financeiras maior ou igual a 1,5 vez até 2007 e, maior ou igual a 2,0 vezes a partir de 2008, inclusive;
 - b) em relação à capitalização total, o nível de capital próprio será de, no mínimo 35%, enquanto o nível de capital de terceiros será de, no máximo 65%.
- BAESA: prevêem o vencimento antecipado quando o índice de endividamento total superar o limite de 75% dos seus ativos totais.

O não cumprimento das restrições mencionadas acima pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*Cross Default*).

(19) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

As controladas CPFL Paulista, CPFL Piratininga e CPFL Geração, através da Fundação CESP, e a controlada em conjunto RGE, através da Fundação ELETROCEEE, mantêm Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensões para seus empregados. As principais características desses planos são como segue:

I – CPFL Paulista e CPFL Geração

Atualmente vigora para os funcionários das controladas um Plano de Benefícios Misto, com as seguintes características:

- a) Plano de Benefício Definido (“BD”) – vigente até 30 de setembro de 1997 – plano de benefício salgado, que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldado (BSPS), na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos em data anterior a 30 de setembro de 1997, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é das controladas.
- b) Adoção de um modelo misto, a partir de 1º de outubro de 1997, que contempla as aposentadorias de risco (invalidez e morte) no conceito de benefício definido e as aposentadorias programáveis, no conceito de contribuição definida.

Com a modificação do Plano Previdenciário em setembro de 1997, foi reconhecida uma obrigação a pagar pelas controladas referente ao déficit do plano apurado na época pelos atuários externos da Fundação CESP, a qual vem sendo amortizada em 240 parcelas mensais, acrescidas de juros de 6% a.a. e correção pelo IGP-DI (FGV). O saldo da obrigação em 31 de dezembro de 2004 era de R\$ 743.045 (R\$ 762.815 em 2003), sendo que o passivo foi devidamente ajustado para atender os critérios da Deliberação CVM 371, de 13 de dezembro de 2000.

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

II – CPFL Piratininga

A CPFL Piratininga, no contexto do processo de cisão da Bandeirante, assumiu a responsabilidade pelas obrigações atuariais correspondentes aos empregados aposentados naquela empresa até a data da efetivação da cisão, assim como pelas obrigações correspondentes aos empregados ativos transferidos para a CPFL Piratininga.

Em 02 de abril de 1998 a Secretaria de Previdência Complementar – SPC, aprovou a reestruturação do plano previdenciário mantido anteriormente pela Bandeirante (empresa predecessora da CPFL Piratininga), dando origem a um “Plano de Benefícios Suplementar Proporcional Saldado – BSPS”, e um “Plano de Benefícios Misto”, similar ao da controladora, com as seguintes características:

- a) Plano de Benefício Definido (“BD”) – vigente até 31.03.98 – plano de benefício saldado, que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldado (BSPS), na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos até 31 de março de 1998, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da CPFL Piratininga.
- b) Plano de Benefício Definido – vigente após 31.03.98 – plano do tipo BD, que concede renda vitalícia reversível em pensão relativamente ao tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998 na base de 70% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade. No caso de morte em atividade e entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço passado (inclusive o acumulado até 31.03.98) e, portanto, não incluem apenas o tempo de serviço passado acumulado após 31.03.98. A responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é paritária entre a CPFL Piratininga e os participantes.
- c) Plano de Contribuição Definida – implantado junto com o Plano BD vigente após 31.03.98, é um plano previdenciário, que até a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a CPFL Piratininga. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo Benefício Definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a controlada.

III – Rio Grande Energia S.A.

O plano de suplementação é do tipo “benefício definido”, com nível de benefício de 100% da média dos últimos salários, incluindo o benefício da Previdência Social. As patrocinadoras são responsáveis pela cobertura dos déficits apurados no plano de benefício da Fundação e conforme o Regulamento da Fundação ELETROCEEE, a contribuição da patrocinadora será equivalente à totalidade das contribuições vertidas pelos participantes em um mesmo período.

IV – Deliberação CVM Nº 371 – Contabilização de Planos de Pensão

A Deliberação CVM Nº 371, de 13 de dezembro de 2000, estabeleceu novas práticas contábeis na forma de computar, registrar e apresentar os efeitos dos benefícios pós-emprego no Brasil. De acordo com esta deliberação, as controladas optaram por registrar no resultado, os efeitos iniciais da mudança de práticas contábeis na forma de computar, registrar e apresentar os efeitos dos benefícios pós-emprego, como um item extraordinário, líquido do efeito dos impostos, pelo período de cinco anos, iniciando-se no exercício findo em 31 de dezembro de 2002.

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As controladas adotaram na avaliação atuarial o método do crédito unitário projetado, conforme facultado pela Interpretação Técnica nº 01, de 21 de dezembro de 2001 do IBRACON, ratificada pela CVM através do Ofício Circular nº 01/2002.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2004, de suas controladas, conforme laudo preparado por atuário externo, estão assim apresentados (os valores da RGE estão proporcionais à participação da controladora CPFL Paulista):

	2004				2003			
	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	CPFL Geração	RGE	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	CPFL Geração	RGE
Conciliação dos ativos e passivos								
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	(2.329.562)	(594.054)	(46.471)	(71.523)	(2.338.898)	(536.452)	(48.539)	(69.739)
Valor justo dos ativos do plano	1.519.209	356.741	31.375	83.788	1.279.858	291.367	26.441	69.247
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	(810.353)	(237.313)	(15.096)	12.265	(1.059.040)	(245.085)	(22.098)	(492)
Ajustes por diferimentos permitidos								
Perdas (ganhos) atuariais não reconhecidas	66.766	46.375	457	(18.981)	341.337	62.993	7.823	(8.469)
Custo do serviço passado não reconhecido	-	112	-	-	-	-	-	-
Aumento do passivo na adoção da CVM n.º 371	32.353	65.567	653	3.410	48.530	98.351	980	5.114
Passivo atuarial líquido a ser reconhecido	(711.234)	(125.259)	(13.986)	(3.306)	(669.173)	(83.741)	(13.295)	(3.847)

As perdas atuariais não reconhecidas em 31 de dezembro de 2004, não excedem a 10% das obrigações do Plano, não havendo necessidade de reconhecimento futuro através de amortização durante o período de vida útil remanescente dos participantes do plano.

O aumento do passivo na adoção da CVM 371 refere-se ao déficit do plano apurado em 31 de dezembro de 2001, o qual foi diferido e vem sendo amortizado em 5 anos. Conforme facultado pelo Ofício-Circular CVM/SNC/SEP 01/2004, essa amortização foi classificada na demonstração do resultado dos exercícios de 2004 e 2003 como item extraordinário, pelo valor líquido dos efeitos fiscais correspondentes no valor de R\$ 33.655.

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	2004				2003			
	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	CPFL Geração	RGE	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	CPFL Geração	RGE
Movimentações ocorridas no passivo líquido:								
Passivo atuarial líquido no início do ano	669.173	83.741	13.295	3.847	700.197	43.814	14.646	2.042
Despesas reconhecidas na demonstração do resultado	135.133	63.124	2.835	1.073	62.044	58.514	926	3.344
Contribuições da patrocinadora vertidas no exercício	(93.072)	(21.606)	(2.144)	(1.614)	(93.068)	(18.587)	(2.277)	(1.539)
	711.234	125.259	13.986	3.306	669.173	83.741	13.295	3.847
Curto Prazo	65.567	18.902	1.296	-	20.279	18.801	396	-
Longo Prazo	645.667	106.357	12.690	3.306	648.894	64.940	12.899	3.847
	711.234	125.259	13.986	3.306	669.173	83.741	13.295	3.847

Nos saldos contábeis de suas controladas, relacionados à Previdência Privada incluem ainda R\$ 45.648 (R\$ 24.679 em 2003), referentes a outras contribuições.

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A estimativa do atuário externo para as despesas e receitas a serem reconhecidas no exercício de 2005 é como segue:

	2005 Estimadas				2004 Realizadas			
	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	CPFL Geração	RGE	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	CPFL Geração	RGE
Estimativas do atuário externo para as despesas e receitas a serem reconhecidas em 2005:								
Custo do serviço	975	5.380	28	477	762	5.902	28	534
Juros sobre obrigações atuariais	253.132	65.319	5.054	8.008	255.631	59.122	5.295	7.837
Rendimento esperado dos ativos do plano	(187.671)	(45.075)	(3.908)	(9.491)	(141.079)	(32.539)	(2.924)	(7.897)
Custo do serviço passado não reconhecido	-	11	-	-	-	-	-	-
Perdas (ganhos) atuariais não reconhecidas	-	-	-	-	3.642	273	109	(172)
Efeito relacionado com adoção da CVM n.º 371	16.177	32.784	327	405	16.177	32.784	327	1.704
Total da despesa	82.613	58.419	1.501	(601)	135.133	65.542	2.835	2.006
Contribuições esperadas dos participantes	(24)	(2.193)	-	(789)	-	(2.418)	-	(933)
Total	82.589	56.226	1.501	(1.390)	135.133	63.124	2.835	1.073

Até dezembro de 2003, o atuário adotava a Tabua de Mortalidade UP 94 para determinação do Passivo Atuarial da CPFL Paulista, CPFL Piratininga e CPFL Geração. A partir de 2004, baseado em estudos desenvolvidos pela Fundação Cesp abrangendo especificamente a população dos referidos Planos, que apresenta uma nova realidade de vida para essa população, foi realizado um "agravamento" de 3 (três) anos na Tabua Biométrica de Mortalidade Geral, que passou a ser adotada a partir deste exercício.

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

	CPFL Paulista, CPFL Piratininga e CPFL Geração		RGE	
	2004	2003	2004	2003
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	11,30% a .a.	11,30% a .a.	11,30% a .a.	11,30% a .a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	(*)	11,30% a .a.	11,30% a .a.	11,30% a .a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	7,10% a .a.	7,10% a .a.	7,10% a .a.	7,10% a .a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	0,00% a .a.	0,00% a .a.	5,00% a .a.	5,00% a .a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para a determinação das taxas nominais acima):	5,00% a .a.	5,00% a .a.	5,00% a .a.	5,00% a .a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	UP94 com agravamento de 3 anos	UP94	UP-84 (qx)	UP84
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	TÁBUA MERCER	TÁBUA MERCER	Light-Média (ix)	Light-Média (ix)
Taxa de rotatividade esperada:	0,30 / (Tempo de Serviço + 1)	0,30 / (Tempo de Serviço + 1)	0,30 / (Tempo de Serviço + 1)	0,30 / (Tempo de Serviço + 1)
Probabilidade de ingresso em aposentadoria:	100% na primeira eleg. A um benef. Pelo Plano	100% na primeira eleg. A um benef. Pelo Plano		

(*) A Fundação CESP desenvolveu estudos suportados por empresa independente, definindo a Taxa de Rendimento Nominal esperada sobre os Ativos dos Planos da CPFL Paulista de 12,72%, CPFL Piratininga de 12,82% e CPFL Geração de 12,73% para o ano de 2005, estudo este que deverá ser revisto anualmente.

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(20) TAXAS REGULAMENTARES

Taxas Regulamentares	Consolidado	
	2004	2003
Reserva Global de Reversão - RGR	10.934	16.088
Taxa de Fiscalização - ANEEL	569	487
Conta de Consumo de Combustível - CCC	33.249	6.706
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	16.752	12.236
Total	61.504	35.517

Reserva Global de Reversão – RGR: Constituição destinada ao fundo de reserva gerenciada pela Eletrobrás, a qual será revertido aos concessionários quando do fim de suas concessões, na forma de reembolso, pelo valor do ativo permanente líquido registrado nos livros. O Decreto nº 1.771, de 31 de janeiro de 1996 instituiu a taxa de RGR de 2,5% sobre o imobilizado em serviço, limitado a 3,0% do total da receita operacional bruta, deduzida do ICMS.

Conta de Consumo de Combustível – CCC: É uma contribuição efetuada pelas controladas CPFL Paulista, CPFL Piratininga e RGE para financiar o custo do combustível utilizado nos processos de operações de energia termelétrica no sistema energético brasileiro.

Conta de Desenvolvimento Energético – CDE: É uma contribuição criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para promover a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólicas, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral nacional, nas áreas atendidas pelos Sistemas Elétricos Interligados e promover a universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional.

(21) TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

Em 31 de dezembro de 2004, o saldo é como segue:

	Consolidado			
	Curto Prazo		Longo Prazo	
	2004	2003	2004	2003
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	232.062	198.172	-	-
Programa de Integração Social – PIS	9.607	7.043	2.902	931
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS	44.970	23.596	14.170	32.111
Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS	4.103	2.287	-	-
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS	78	33	-	-
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	76.221	117.116	51.052	110.434
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	23.241	36.543	18.379	39.756
Outros	19.192	14.130	-	-
Total	409.474	398.920	86.503	183.232

Os tributos a recolher, classificados no Exigível a Longo Prazo referem-se aos impostos diferidos pelas controladas CPFL Paulista e CPFL Piratininga, incidentes sobre: (i) Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE, (ii) Ativo Regulatório referente ao PIS e COFINS e (iii) Diferencial de Reajuste, os quais foram transferidos para curto prazo e liquidados na medida da realização do valor ativo principal.

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Na controlada CPFL Piratininga os efeitos tributários sobre o Diferencial de Reajuste Tarifário de 2003, no valor de R\$ 28.388 foram revertidos em setembro de 2004, em função do evento mencionado na nota 3, item (b) reduzindo os impostos diferidos correspondentes.

(22) PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

No consolidado, em 31 de dezembro de 2004, o saldo das provisões se constituem como segue:

	Consolidado					
	2004			2003		
	Valor da Provisão		Depósitos	Valor da Provisão		Depósitos
	No exercício	Acumulada	Judiciais	No exercício	Acumulada	Judiciais
Trabalhistas						
Diversos	33.285	63.743	34.865	6.875	30.458	8.543
Cíveis						
Danos Pessoais	(11.301)	8.151	1.444	9.612	19.452	3.516
Majoração Tarifária	(22.130)	28.612	10.945	11.338	50.742	8.331
Energia Comprada	28.783	49.862	31.491	21.079	21.079	21.079
Outras	7.208	8.967	3.078	672	1.759	-
	2.560	95.592	46.958	42.701	93.032	32.926
Fiscais						
FINSOCIAL	473	17.201	48.677	(2.630)	16.728	47.661
PIS	1.372	11.321	-	659	9.949	-
COFINS	11.631	84.588	2.317	28.434	72.957	2.317
Imposto de Renda	5.111	20.492	4.500	(14.342)	15.381	-
Outras	(5.726)	11.099	8.079	23.555	16.825	5.715
	12.861	144.701	63.573	35.676	131.840	55.693
Total	48.706	304.036	145.396	85.252	255.330	97.162

As provisões para contingências foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Sociedade e suas controladas são parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais e da Administração da Sociedade e de suas controladas.

O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue:

Trabalhistas: As principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações por ex-funcionários ou por sindicatos para o pagamento de ajustes salariais (horas extras, equiparação salarial, verbas rescisórias e outras reivindicações).

Nos termos do protocolo de cisão da Bandeirante, a CPFL Piratininga é responsável pelas obrigações correspondentes aos riscos contingentes dos empregados locados nas respectivas regiões por ela assumidas, enquanto que as ações corporativas, anteriores à data da efetivação da cisão, 1º de outubro de 2001, são assumidas na proporção percentual dos controladores antes da referida cisão (56% para a Bandeirante e 44% para a CPFL Piratininga).

Danos Pessoais: Referem-se, principalmente, a pleitos de indenizações. Tais processos incluem questionamentos relacionados a acidentes ocorridos na rede elétrica das controladas, danos a consumidores, acidentes com veículos, entre outros.

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Majoração Tarifária: Corresponde a vários pleitos de consumidores industriais, das controladas CPFL Paulista e CPFL Piratininga, devido a reajustes impostos pelas Portarias DNAEE nºs. 38 e 45, de 27 de fevereiro e 4 de março de 1986, quando estava em vigor o congelamento de preços do "Plano Cruzado".

Energia Comprada: Em decorrência da perda de consumidores livres, as controladas CPFL Paulista e CPFL Piratininga solicitaram redução na demanda de potência nos contratos iniciais, sendo parcialmente atendidas pela ANEEL, conforme Resolução nº 552 de 21 de outubro de 2003. As controladas CPFL Paulista e CPFL Piratininga impetraram ação judicial, motivadas pela não concordância com os montantes físicos determinados na mencionada Resolução, alegando divergência nos cálculos e efetuando depósitos judiciais mensais dos valores em questão.

Em função de indeferimento de parte dos Mandados de Segurança em 2004 nas controladas, foi autorizado à parte contrária, o levantamento parcial dos depósitos judiciais, tendo sido procedida a baixa dos mesmos, em contrapartida a conta de Provisões para Contingências, no valor de R\$ 50.115 no consolidado.

FINSOCIAL: Refere-se a questionamento judicial quanto à majoração de alíquota e cobrança do FINSOCIAL no período de junho de 1989 a outubro de 1991. A CPFL Paulista obteve liminares que garantiram o não recolhimento mediante depósito judicial. Os depósitos judiciais estão registrados na rubrica "Depósitos Vinculados a Litígios", no ativo realizável a longo prazo, sendo atualizados pela variação da Taxa Referencial Diária (TRD).

PIS e COFINS: Refere-se a questionamento judicial quanto à inclusão das receitas financeiras e não operacionais na base de cálculo do PIS e COFINS. A CPFL Paulista e a CPFL Piratininga obtiveram liminar para efetuar o pagamento dessas contribuições na forma da legislação anterior. Enquanto não se obtém decisão final sobre essa matéria as controladas vêm constituindo provisão para os valores em discussão.

Imposto de Renda: Na controlada CPFL Piratininga, o registro de R\$ 5.556 refere-se a liminar obtida visando a dedutibilidade fiscal da CSLL no cálculo do IRPJ. Na controlada RGE, o valor de R\$ 13.270 refere-se basicamente a pedido de suspensão de decisão da Secretaria da Receita Federal, visando considerar a dedutibilidade de valores referentes à complementação de aposentadoria de beneficiários da Fundação ELETROCEEE.

Outros: Refere-se a outros processos existentes nas esferas judicial, administrativa e de natureza regulatória decorrente da operação dos negócios das controladas, relacionados a assuntos fiscais envolvendo INSS, FGTS e SAT.

Perdas possíveis: A Sociedade e suas controladas são parte em outros processos nos quais, a Administração, suportada por seus consultores jurídicos, acredita que as chances de êxito são possíveis, devido a uma base sólida de defesa para os mesmos. Estas questões não representam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas. As reclamações relacionadas a perdas possíveis em 31 de dezembro de 2004 estavam assim representadas: (i) R\$ 63.939 referentes a processos trabalhistas; (ii) R\$ 74.940 referentes a processos cíveis representados basicamente por danos pessoais; e (iii) R\$ 149.751 referente a reclamações relacionadas a assuntos fiscais, principalmente Imposto de Renda, PIS e COFINS.

A Administração da Sociedade e de suas controladas, baseadas na opinião de seus assessores legais, entende não haver riscos significativos que não estejam cobertos por provisões suficientes em suas demonstrações financeiras ou que possam resultar em impacto significativo sobre seus resultados futuros.

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(23) OUTROS

	Consolidado	
	2004	2003
Curto Prazo		
Consumidores e Concessionárias	39.073	31.277
Subvenção - Baixa Renda	5.175	-
Adiantamentos	17.115	15.153
Juros sobre Empréstimo Compulsório	4.950	3.973
Encargos de Capacidade Emergencial - ECE	34.313	33.425
Encargos de Aquisição de Energia - EEE	886	-
Outros	14.806	16.128
Total	116.318	99.956
Longo Prazo		
Recursos Destinados a Aumento de Capital	5.456	6.863
Compensação Financeira - Reajuste Tarifário 2003 (nota 3)	71.113	-
Fundo para Reversão	13.987	13.987
Outros	1.055	7.110
Total	91.611	27.960

Consumidores e Concessionárias: Refere-se a obrigações relativas a contas pagas em duplicidade e/ou ajustes de faturamento a serem compensados ou restituídos aos consumidores.

Adiantamentos: Refere-se a adiantamentos realizados por consumidores para execução de obras e serviços.

Juros sobre Empréstimo Compulsório: Refere-se a repasse de recursos oriundos da Eletrobrás aos consumidores industriais.

Encargo de Capacidade Emergencial e Encargo de Aquisição de Energia Emergencial: Referem-se aos encargos tarifários cobrados do consumidor, repassados para a Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial – CBEE.

Compensação Financeira – Reajuste Tarifário 2003: Corresponde ao valor a ser compensado financeiramente no reajuste tarifário anual, que ocorrerá em outubro de 2005, relativo a diferença de receita entre o reposicionamento tarifário de 2003 de 14,68% para 10,51%, da controlada CPFL Piratininga (vide nota 3).

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(24) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Todas as ações da Sociedade são de espécie ordinária, sem valor nominal, assim distribuídas em 31 de dezembro de 2004:

	Composição Acionária			
	2004		2003	
Acionistas	Ações Ordinárias	Participação %	Ações Ordinárias	Participação %
VBC Energia S.A.	170.214.676	37,69	1.827.229.375	44,37
521 Participações S.A.	149.230.369	33,04	1.522.384.377	36,96
Bonaire Participações S.A.	61.503.529	13,62	628.239.133	15,25
BNDES Participações S.A.	23.005.251	5,09	140.845.070	3,42
Demais acionistas	47.636.252	10,55	-	-
Conselheiros e Diretores Estatutários	38.692	0,01	22	-
Total	451.628.769	100,00	4.118.697.977	100,00

24.1 – Redução do Capital Social

Em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2004 os acionistas da Sociedade aprovaram a redução do Capital Social, no montante de R\$ 1.543.611, através da absorção do saldo em 31 de dezembro de 2003 da conta de “Prejuízos Acumulados” sem alteração da quantidade de ações, passando o saldo da conta de Capital Social de R\$ 4.940.999 para R\$ 3.397.387.

24.2 – Grupamento de Ações

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 13 de agosto de 2004, os acionistas da Sociedade aprovaram o grupamento de ações emitidas pela Sociedade à razão de 10 (dez) ações ordinárias escriturais para 1 (uma) ação ordinária escritural, sem alteração da composição do capital social.

24.3 – Oferta Pública de Ações

Em 04 de outubro de 2004, a Sociedade efetivou a liquidação da Oferta Pública de Ações, ocorrida mediante a distribuição pública de 39.579.729 novas ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, denominada “Distribuição Primária” e simultaneamente a distribuição de 7.915.950 ações ordinárias de titularidade dos acionistas vendedores, denominada “Distribuição Secundária”, ambas ao preço unitário de R\$ 17,22 perfazendo o total de R\$ 817.875, sendo que deste total o montante de R\$ 681.563 foi integralizado ao capital social da Sociedade.

Esta oferta ocorreu tanto no âmbito nacional como internacional, sendo que as ações da Oferta Brasileira foram listadas na Bovespa, enquanto que a Oferta Internacional, na forma de ADS (cada ADS corresponde a 3 ações ordinárias), foi listada na NYSE (New York Stock Exchange). Desta forma, a Sociedade passou a se submeter tanto aos requerimentos da CVM quanto as exigências da SEC (Securities and Exchange Commission).

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Conforme previsto pelo Contrato de Distribuição (International Purchase Agreement), foi concedido ao Coordenador Global a opção para a aquisição de um lote suplementar de ações, limitadas a 15% do total de ações inicialmente ofertadas no âmbito da oferta internacional. Em 28 de outubro de 2004, a Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated exerceu a opção para aquisição de 59.748 ADS, representativas de 179.244 ações ordinárias. Desta forma, o Conselho de Administração, em reunião realizada em 03 de novembro de 2004, aprovou a emissão das referidas ações ordinárias nas mesmas condições e preço das ADS inicialmente ofertadas, de modo a aumentar o capital social da Sociedade em R\$ 3.086.

24.4 – Transferência de Titularidade de Ações entre Acionistas

Em Fato Relevante publicado em 21 de outubro de 2004, a Sociedade e o acionista VBC Energia S.A., informaram a realização da transferência de 8.920.744 ações ordinárias de emissão da Sociedade, de titularidade da acionista VBC Energia S.A., para o acionista BNDESPAR Participações S.A., representando 1,98% do capital social da Sociedade.

24.5 – Dividendo Intermediário

Em conformidade com artigo 201 da Lei n.º 6.404/76 e Parágrafo 1.º do artigo 32 do Estatuto Social, o Conselho de Administração em reunião realizada em 28 de julho de 2004, aprovou a distribuição do lucro líquido apurado na data-base de 30 de junho de 2004, na forma de dividendos intermediários, no valor de R\$ 124.826, para as ações existentes nesta data, sendo atribuído o valor de R\$ 30,3071506 para cada lote de mil ações. Em 30 de setembro e 23 de novembro de 2004 foram efetuados os pagamentos nos montantes de R\$ 100.000 e R\$ 24.826, respectivamente, para os acionistas.

24.6 – Destinação do Lucro Líquido do Exercício

O Estatuto Social da Sociedade prevê o pagamento de dividendos mínimos aos acionistas calculados em 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei nº 6.404/76.

Lucro Líquido do Exercício	278.919
Constituição da Reserva Legal	(13.946)
Lucro Líquido Ajustado	264.973
Dividendos Intermediários	(124.826)
Dividendos Propostos	(140.147)

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(25) RECEITA OPERACIONAL

Receita de Operações com Energia Elétrica (*)	Consolidado					
	Consumidores milhares (**)		GWh		R\$ - Mil	
	2004	2003	2004	2003	2004	2003
Classe de Consumidores						
Residencial	4.673	4.563	8.302	8.124	3.115.002	2.695.986
Industrial	82	81	17.897	16.909	3.182.893	2.771.173
Comercial	439	430	4.936	4.752	1.589.358	1.344.023
Rural	230	226	1.619	1.550	270.917	226.097
Poderes Públicos	35	34	746	736	222.155	185.759
Iluminação Pública	2	1	1.070	1.048	207.222	184.611
Serviço Público	5	5	1.358	1.352	281.300	240.441
Fornecimento Faturado	5.466	5.340	35.928	34.471	8.868.847	7.648.090
Consumo Próprio	1	1	26	27	-	-
Fornecimento Não Faturado (Líquido)	-	-	-	-	26.962	35.337
Encargos Emergenciais - ECE/EAAE (a)	-	-	-	-	359.902	268.328
Perdas na Realização da Recomposição Tarifária Extraordinária (nota 3)	-	-	-	-	(32.250)	-
Realização da Recomposição Tarifária (nota 3)	-	-	-	-	(241.637)	(216.530)
Ajustes do Valor Homologado de Energia Livre (nota 3)	-	-	-	-	57.199	(26.248)
Realização da Energia Livre (nota 3)	-	-	-	-	(88.724)	(73.591)
Revisão - Reajuste Tarifário (nota 3)	-	-	-	-	(81.182)	13.798
FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA	5.467	5.341	35.954	34.498	8.869.117	7.649.184
Furnas Centrais Elétricas S.A.			3.034	3.026	253.571	232.507
Outras Concessionárias e Permissionárias			693	449	44.019	24.167
Energia Elétrica de Curto Prazo			395	1.201	12.724	18.573
SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA			4.122	4.676	310.314	275.247
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica (b)			-	-	216.750	36.451
Subvenção Baixa Renda (nota 3)			-	-	46.785	31.872
Outras Receitas e Rendas			-	-	105.704	88.952
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS					369.239	157.275
Total			40.076	39.174	9.548.670	8.081.706

(*) Informações de consumidores e GWh não examinados pelos auditores independentes.

(**) Referem-se a consumidores ativos (consumidores conectados à rede de distribuição).

(a) Encargos Emergenciais

- Encargo de Capacidade Emergencial – ECE: Referem-se aos custos de natureza operacional, tributária e administrativa incorridos pela Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial - CBEE na contratação de capacidade de geração ou de potência, que serão rateados pelos consumidores finais de energia elétrica, de forma proporcional ao consumo individual verificado. Esses valores são registrados como uma dedução da receita operacional no mesmo período e, conseqüentemente, os resultados da Sociedade não são afetados.
- Encargo de Aquisição de Energia Emergencial – EAEE: Refere-se ao encargo tarifário cobrado do consumidor, a ser repassado para a Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial – CBEE, conforme Resolução ANEEL nº 728/2003, que estabelece o valor de R\$ 0,004681/kWh, com vigência para o período de 1 a 31 de janeiro de 2004.

(b) Receita pela disponibilidade da rede elétrica: Refere-se às tarifas cobradas pelo uso do sistema de distribuição e transmissão de concessionária ou permissionária de serviço público de energia elétrica, em atendimento ao disposto no Decreto nº 4.562, de 31 de dezembro de 2002.

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(26) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	Consolidado			
	GWh(*)		R\$ - Mil	
	2004	2003	2004	2003
Energia Comprada para Revenda				
Itaipú Binacional	10.336	10.574	947.844	982.589
Furnas Centrais Elétricas S.A.	4.931	7.584	391.290	527.400
CESP - Cia Energética de São Paulo	5.435	7.362	375.898	502.352
Cia de Geração de Energia Elétrica do Tietê	2.092	3.051	161.615	207.047
Duke Energy Inter. Ger. Paranapanema S.A.	2.709	3.328	213.780	234.553
Tractebel Energia S.A.	6.869	2.922	555.175	205.511
EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia	366	528	26.561	34.330
Cia Estadual Energia Elétrica - CEEE	309	463	18.262	24.317
AES Uruguaiana Ltda.	773	773	85.541	70.657
Co-Geradores	1.140	882	107.721	80.008
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	260	399	3.903	1.278
Outros	6.175	2.591	363.824	80.957
Soma	41.395	40.457	3.251.414	2.950.999
Diferimento/Amortização - CVA			95.406	94.796
Resolução Normativa ANEEL n.º 001/2004 (Vide nota 3)			67.536	(25.620)
Crédito de PIS/COFINS			(288.604)	-
Subtotal			3.125.752	3.020.175
Encargos de Uso da Rede Elétrica				
Encargos da Rede Básica			494.001	421.020
Encargos de Transporte de Itaipú			52.320	44.538
Encargos de Conexão			80.460	48.575
Encargos de Serviço do Sistema - ESS			14.881	36.345
Soma			641.662	550.478
Diferimento/Amortização - CVA			100.815	(104.939)
Crédito de PIS/COFINS			(63.919)	-
Subtotal			678.558	445.539
Total			3.804.310	3.465.714

(*) Não examinado pelos auditores independentes

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(27) DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Despesas com Vendas				
Pessoal	-	-	30.487	23.304
Material	-	-	3.801	3.791
Serviços de Terceiros	-	-	41.033	35.337
Provisão para Devedores Duvidosos	-	-	68.717	43.495
Depreciação e Amortização	-	-	4.160	3.565
Taxa de Arrecadação	-	-	39.954	33.086
Outros	-	-	7.177	5.830
Total	-	-	195.329	148.408
Despesas Gerais e Administrativas				
Pessoal	153	93	71.200	60.068
Entidade de Previdência Privada	-	-	2.201	-
Material	68	-	3.863	8.123
Serviços de Terceiros	16.200	6.733	110.994	101.160
Arrendamento e Aluguéis	4	-	2.541	5.902
Depreciação e Amortização	-	-	22.006	19.631
Publicidade e Propaganda	4.579	-	8.683	6.688
Legais, Judiciais e Indenizações	903	32	16.686	40.679
Doações, Contribuições e Subvenções	-	-	4.020	8.439
PERCEE	-	-	9.818	11.114
Outros	10.111	11.485	16.221	17.415
Total	32.018	18.343	268.233	279.219
Outras Despesas Operacionais				
Taxa de Fiscalização	-	-	13.000	9.389
Pesquisa Eficiência Energética	-	-	14.502	10.725
Outras Despesas Operacionais	-	-	92	-
Total	-	-	27.594	20.114

Na controladora, no item outros das despesas gerais e administrativas, o montante de R\$ 8.942 em 31 de dezembro de 2004 (R\$ 10.219 em 31 de dezembro de 2003) refere-se a gastos com emissão de debêntures.

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(28) RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Receitas Financeiras				
Renda de Aplicações Financeiras	39.055	1.377	70.006	8.392
Ganhos nas Operações de Hedge	-	-	-	87.641
Acréscimos Moratórios	-	-	79.558	66.301
Juros sobre Antecipação de IRPJ e CSLL	1.790	-	4.802	28.024
Atualizações Monetárias	-	2.099	(6.382)	(29.127)
Remuneração CVA	-	-	131.175	141.651
Remuneração Recomposição Tarifária Extraordinária	-	-	114.030	178.385
Juros sobre Contratos de Mútuo	10.987	11.988	2.710	-
Outras	(9.745)	(2.147)	35.937	39.811
Subtotal	42.087	13.317	431.836	521.078
Despesas Financeiras				
Encargos de Dívidas	(135.182)	(293.955)	(660.836)	(981.329)
Despesas Bancárias	(44.500)	-	(95.739)	(43.680)
Atualizações Monetárias	(47)	266	(241.315)	(240.315)
Amortização de Ágio	(42.359)	(73)	(99.802)	(167.152)
Amortização de Variação Cambial Diferida	-	-	(9.897)	(18.460)
Juros sobre Contratos de Mútuo	-	(149)	(191)	-
Crédito de PIS/COFINS	11.815	-	44.426	-
Outras	(558)	(13.138)	(45.667)	(76.820)
Subtotal	(210.831)	(307.049)	(1.109.021)	(1.527.756)
Juros Sobre o Capital Próprio	114.653	-	(6.649)	(659)
Total	(54.091)	(293.732)	(683.834)	(1.007.337)

(29) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Receita Não Operacional				
Ganho na Variação de Participação Societária	5.272	-	5.911	39.537
Ganho na Alienação de Ativo Imobilizado	-	-	6.828	13.398
Outros	-	-	2.196	1.008
Subtotal	5.272	-	14.935	53.943
Despesa Não Operacional				
Perda na Variação de Participação Societária	(2.651)	-	(2.726)	(230)
Perda na Desativação de Ativo Imobilizado	-	-	(197)	656
Perda na Alienação de Ativo Imobilizado	-	-	(11.765)	(6.581)
Perdas pelo não aproveitamento de Estudos e Projetos	-	-	(3.372)	-
Outros	-	-	(1.290)	(3.936)
Subtotal	(2.651)	-	(19.350)	(10.091)
Total	2.621	-	(4.415)	43.852

No consolidado de 31 de dezembro de 2003, o ganho na variação de participação societária refere-se a alienação de parte da participação acionária da CPFL Geração no capital das controladas ENERCAN e BAESA.

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(30) PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

Em conformidade com o Acordo Coletivo de Trabalho, a Sociedade e suas controladas implantaram programa de participação dos empregados nos lucros ou resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecido com os mesmos. O montante dessa participação para o exercício de 2004 foi de R\$ 19.019 no consolidado (R\$ 17.255 em 2003)

(31) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são realizadas em condições normais de mercado e apresentaram os seguintes saldos e movimentações acumuladas em 2004 e 2003:

Empresas	Controladora							
	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2004	2003	2004	2003	2004	2003	2004	2003
CPFL Paulista								
Contrato de Mútuo	-	-	-	-	154	724	-	149
Dividendos a Receber	308.465	-	-	-	-	-	-	-
Outras	113	-	-	-	-	-	-	-
CPFL Geração								
Contrato de Mútuo	-	63.290	-	-	2.815	6.317	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	350.000	-	-	-	-	-	-
Dividendos a Receber	28.469	2.521	-	-	-	-	-	-
Outras	-	-	58	-	-	-	-	-
CPFL Piratininga								
Contrato de Mútuo	-	101.266	-	-	7.894	4.793	-	-
CPFL Brasil								
Dividendos a Receber	50.453	50.741	-	-	-	-	-	-
SEMESA								
Contrato de Mútuo	-	-	-	-	123	77	-	-
Banco Bradesco S.A.								
Aplicações Financeiras	144.845	-	-	-	32.233	-	-	-
Banco Votorantim S.A.								
Aplicações Financeiras	-	15.273	-	-	976	341	-	-

Empresas	ATIVO		PASSIVO		Consolidado RECEITA		DESPESA		COMPRAS	
	2004	2003	2004	2003	2004	2003	2004	2003	2004	2003
Banco Bradesco S.A.										
Aplicações Financeiras	538.944	13.487	-	-	53.692	1.365	-	-	-	-
Serviço Público Federal										
Divulgação externa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Banco Votorantim S.A.										
Aplicações Financeiras	-	39.954	-	-	976	1.177	-	-	-	-
Empresas de Valores Mobiliários										
Empréstimos e Financiamentos	-	-	38	7.895	-	-	-	-	-	-
Empresas Financeiras										
ações Societárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empresas Comerciais, Industriais e Outras										
Construções e Comércio Camargo Correa S.A.										
Aquisições Imobilizado	-	-	-	-	-	-	-	-	286.453	192.700
Adiantamento a Fornecedor	727	444	-	-	-	-	-	-	-	-
Fornecedores										
01866-0 CPFL ENERGIA S.A.	-	-	26.926	5.618	-	-	-	-	-	-
Gimento Rio Branco S.A.										
Aquisições Imobilizado	-	-	-	-	-	-	-	-	15.869	5.543
Fornecedores										
211	-	-	211	267	-	-	-	-	-	-
100 - NOTAS EXPLICATIVAS										
Venda de Energia	-	-	-	-	10.074	-	-	-	-	-
Camargo Correa Cimentos S.A.										
Contas a Receber	-	104	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	1.751	-	-	-	-	-	-
Companhia Brasileira de Alumínio										
Contas a Receber	-	62	-	-	-	-	-	-	-	-
Fornecedores	-	-	66	3	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	2.913	-	-	-	-	-	-
Votorantim Metais										
Aquisições Imobilizado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.842
Fornecedores	-	-	-	159	-	-	-	-	-	-
Votorantim CTVM										
Despesas Antecipadas	954	1.464	-	-	-	-	-	-	-	-
Votorantim Celulose e Papel										
Venda de Energia	-	-	-	-	28.177	41.224	-	-	-	-
Indústrias Votorantim S.A.										
Venda de Energia	-	-	-	-	24.356	33.522	-	-	-	-
Votocel Filmes Flexíveis Ltda										
Venda de Energia	-	-	-	-	9.530	9.551	-	-	-	-

Contrato de Mútuo – Refere-se, em 2003, a operações de mútuo entre as empresas do Grupo, remuneradas pela variação do CDI e negociadas à condições vigentes no mercado.

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(32) SEGUROS

As controladas mantêm contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As

DESCRIÇÃO	RAMO DA APÓLICE	Consolidado	
		2004	2003
Direitos e Obrigações	Incêndio	697.942	740.629
	Responsabilidade Civil	44.000	40.000
		741.942	780.629
Bens	Automóveis	1.282	562
	Transporte	2.000	1.000
		3.282	1.562
Pessoas	Acidentes Pessoais	12.406	-
Total		757.630	782.191

principais coberturas de seguros são:

(33) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

CONSIDERAÇÕES SOBRE RISCOS

Os negócios da Sociedade e de suas controladas compreendem, principalmente, o fornecimento de energia a consumidores finais, como concessionárias de serviços públicos, cujas atividades e tarifas são reguladas pela ANEEL. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são como segue:

Risco de Taxa de Câmbio: Esse risco decorre da possibilidade de suas controladas virem a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. Suas controladas se protegem desse risco mediante contratação de operações de *hedge/swap*, para que as dívidas estejam indexadas à variação de índices nacionais. As referidas operações são registradas de acordo com regime de competência e conforme as condições do instrumento contratado.

- **Floating Rate Notes:** A exposição relativa à emissão de *Floating Rate Notes* foi substancialmente coberta através de operações financeiras de *swap*, o que proporcionou à Sociedade trocar os riscos originais da operação (variação cambial + Libor + 2,95% a.a.) para o custo de 93,65% a 94,75% do CDI. Nos contratos de *swap*, de forma a não comprometer o limite de crédito da Sociedade com o banco intermediador, foi instituída uma cláusula de *reset*. Através desse instrumento, as operações de *swap* são liquidadas integralmente quando as posições líquidas, trazidas a valor presente, ultrapassam um determinado percentual estabelecido no contrato. O resultado desse procedimento pode afetar o fluxo de caixa da

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Sociedade, gerando ou requerendo recursos para cobertura das liquidações das posições de *swap*, nos momentos em que ocorre o *reset*.

- **International Finance Corporation - IFC:** A captação efetuada junto ao IFC foi protegida através de operação de *swap*, que trocou o risco original da captação (variação cambial + 5,25% a.a.) para custo local de 105,3% da variação do CDI.

Compra de Energia de Itaipú: As suas controladas estão expostas em suas atividades operacionais, à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipú. O mecanismo de compensação - CVA protege as empresas de eventuais perdas, conforme comentado nas notas 3 e 9.

Risco de Taxa de Juros: Esse risco é oriundo da possibilidade da Sociedade e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. Para os empréstimos tomados em moeda estrangeira a Sociedade e suas controladas têm pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra esse risco (vide *swap* relacionado ao *Floating Rate Notes* acima) e, para parte dos empréstimos tomados em moeda nacional, as controladas tem como contrapartida ativos regulatórios atualizados pela variação da taxa "Selic".

Risco de Crédito: O risco surge da possibilidade das suas controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Sociedade e suas controladas como baixo, tendo em vista a pulverização do número de clientes e da política de cobrança e de corte de fornecimento para consumidores inadimplentes.

Risco quanto à Escassez de Energia: A energia vendida pelas suas controladas basicamente é gerada por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode reduzir o volume de água dos reservatórios das usinas e resultar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. Devido ao nível atual dos reservatórios, o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, não prevê para o exercício de 2005 um novo programa de racionamento.

Risco de Aceleração de Dívidas: A Sociedade e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

VALORIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Sociedade e suas controladas mantêm políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma são mantidos procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos das suas controladas, em 31 de dezembro de 2004, são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização e avaliação nas demonstrações financeiras:

Disponibilidades: Compreendem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras. O valor de mercado desses ativos aproxima-se dos valores demonstrados nos balanços patrimoniais.

Ativos e Passivos Regulatórios: São compostos, basicamente, pela Recomposição Tarifária Extraordinária, Energia Livre, Parcela "A", Revisão Tarifária Periódica, CVA, compensação da subvenção baixa renda, PIS/COFINS e PERCEE. Esses créditos e débitos decorrem dos efeitos

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

do plano de racionamento de 2001, outros valores relacionados ao diferimento de custos e ganhos tarifários e alteração de legislação tributária. Esses valores estão avaliados conforme critérios definidos pela ANEEL, de acordo com as características descritas nas notas 3, 5 e 10.

Empréstimos e Financiamentos: Estão avaliados conforme os critérios estipulados em contratos, de acordo com as características definidas na nota 17. Conforme descrito acima, em 31 de dezembro de 2004 as suas controladas mantinham instrumentos de troca de resultados financeiros para seus empréstimos denominados em moeda estrangeira e juros internacionais. Esses instrumentos contratados têm como objetivo proteger as operações das suas controladas de variações cambiais e juros internacionais e não são utilizados para fins especulativos.

Debêntures: As debêntures lançadas por suas controladas podem ser negociadas no mercado e estão avaliadas conforme os critérios estipulados quando de sua emissão, conforme características definidas na nota 18.

Investimentos em controladas: a Sociedade possui investimentos avaliados pela equivalência patrimonial em empresas cujas ações são negociadas no mercado de capitais. A administração da Sociedade entende que o valor de negociação dessas ações não é representativo do valor de mercado das respectivas empresas dado o pequeno volume de transações das mesmas no mercado.

A estimativa do valor de mercado dos instrumentos financeiros da Sociedade foi elaborada com base em modelos de desconto de fluxos futuros a valor presente, comparação com transações semelhantes contratadas em datas próximas ao encerramento de exercício e comparações com parâmetros médios de mercado. Para operações sem similar no mercado, principalmente relacionadas com o programa emergencial de racionamento de energia elétrica, aspectos regulatórios e créditos a receber da Cesp, a Sociedade assumiu que o valor de mercado é representado pelo respectivo valor contábil.

Os valores contábeis dos principais instrumentos financeiros da Sociedade, comparados aos valores de captação de mercado conforme definido acima, na data base em 31 de dezembro de 2004, são como segue:

	Controladora			
	2004		2003	
	Saldo Contábil	Valor de Mercado	Saldo Contábil	Valor de Mercado
Empréstimos e Financiamentos	109.732	132.885	-	-
Debêntures	-	-	859.705	859.705
Derivativos	20.112	19.856	-	-
Total	129.844	152.741	859.705	859.705

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Consolidado			
	2004		2003	
	Saldo Contábil	Valor de Mercado	Saldo Contábil	Valor de Mercado
Empréstimos e Financiamentos	3.048.662	2.888.108	3.006.808	2.936.965
Debêntures	1.996.697	2.005.942	2.532.563	2.463.776
Derivativos	87.752	75.072	31.046	28.579
Total	5.133.111	4.969.122	5.570.417	5.429.320

(34) FATOS RELEVANTES

a) Contrato de Participação no Novo Mercado

O Novo Mercado é um segmento de listagem na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo – BOVESPA destinado à negociação de ações emitidas por empresas que se comprometem, voluntariamente, com a adoção de “boas práticas de governança corporativa” e *disclosure* adicionais em relação ao que é exigido pela legislação. Em 25 de agosto de 2004, a Sociedade celebrou com a BOVESPA o “Contrato de Participação no Novo Mercado”.

A entrada da Sociedade no Novo Mercado significa a adesão a um conjunto de regras societárias. Essas regras, consolidadas no Regulamento de Listagem, ampliam os direitos dos acionistas, melhoram a qualidade das informações usualmente prestadas pelas companhias e, ao determinar a resolução dos conflitos por meio de uma Câmara de Arbitragem, oferecem aos investidores a segurança de uma alternativa mais ágil e especializada.

b) Regulamentação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico

Comercialização de Energia Elétrica e Outorga de Concessões

Em 30 de julho de 2004, o Governo Federal promulgou o Decreto n.º 5.163, que (i) regulamenta a comercialização de energia elétrica nos Ambientes de Contratação Regulada e Livre e (ii) dispõe sobre o processo de outorga de concessões e autorizações para geração de energia elétrica. Suas principais disposições versam sobre :

- regras gerais de comercialização de energia elétrica;
- comercialização de energia elétrica no Ambiente de Contratação Regulada (incluindo as regras sobre informações e declarações de necessidades de energia elétrica, leilões para compra de energia elétrica, contratos de compra e venda de energia elétrica e repasse às tarifas dos consumidores);
- comercialização de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre;
- contabilização e liquidação de diferenças no mercado de curto prazo; e
- outorgas de concessão.

Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE

Em 9 de agosto de 2004, o Governo Federal promulgou o Decreto n.º 5.175, que cria o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE, que será presidido e coordenado pelo Ministério das Minas e Energia - MME e composto por representantes da ANEEL, da Agência Nacional do

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Petróleo, da CCEE, da EPE e do ONS. As principais atribuições do CMSE será (i) acompanhar as atividades do setor energético, (ii) avaliar as condições de abastecimento e atendimento ao mercado de energia elétrica e (iii) elaborar propostas de ações preventivas ou saneadoras visando à manutenção ou restauração da segurança no abastecimento e no atendimento eletroenergético, encaminhando-as ao CNPE.

Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

Através do Decreto nº 5.177, de 12 de agosto de 2004, foi autorizada a criação da CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, em substituição ao MAE – Mercado Atacadista de Energia.

De acordo com o referido decreto, a CCEE foi constituída sob a forma de pessoa jurídica de direito privado sob a regulação e fiscalização da ANEEL.

A finalidade da CCEE é viabilizar a comercialização de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional, promovendo, desde que delegado pela ANEEL, os leilões de compra e venda de energia elétrica. A CCEE é responsável (i) pelo registro de todos os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR e os contratos resultantes dos leilões de ajustes, bem como dos montantes de potência e energia dos contratos celebrados no Ambiente de Contratação Livre – ACL, e (ii) pela contabilização e liquidação dos montantes de energia elétrica comercializados no mercado de curto prazo, dentre outras atribuições.

A CCEE é composta pelos concessionários, permissionários e autorizados de serviços de energia elétrica e pelos consumidores livres e o seu Conselho de Administração será composto de cinco membros, sendo quatro indicados pelos referidos agentes e um pelo MME, que será o seu presidente.

Empresa de Pesquisa Energética – EPE

Em 16 de agosto de 2004, através do Decreto nº 5.184, o Governo Federal criou a Empresa de Pesquisa Energética – EPE e aprovou o seu estatuto social. A EPE é uma empresa pública federal responsável pela condução de estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético, incluindo as indústrias de energia elétrica, petróleo e gás natural e seus derivados, carvão mineral, fontes energéticas renováveis, bem como na área de eficiência energética. Os estudos e pesquisas desenvolvidos pela EPE subsidiarão a formulação, o planejamento e a implementação de ações do MME no âmbito da política energética nacional.

Programa de Incentivo às Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA

O Decreto nº 5.025, de 30 de março de 2004, regulamenta o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA, primeira etapa, criado pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com o objetivo de aumentar a participação da energia elétrica por empreendimentos de Produtores Independentes Autônomos, concebidos com base em fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa, no Sistema Interligado Nacional e que estabelece como competência da ANEEL a regulamentação dos procedimentos para o rateio da energia e dos custos concernentes ao Programa.

Em função do 1º Leilão de Energia de Geração Existente no Ambiente de Contratação Regulada, a ANEEL, através da Resolução Normativa nº 111, de 16 de novembro de 2004, estabelece as quotas anuais provisórias de energia referentes ao PROINFA para as distribuidoras que operam no Sistema Interligado Nacional – SIN, para o período de 2006 em diante.

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Através da Resolução Normativa nº 127, de 6 de dezembro de 2004, a ANEEL estabeleceu os procedimentos para o rateio do custo do PROINFA, bem como a definição das quotas de energia elétrica.

Em função das recentes promulgações de leis e seus respectivos aditivos e de sua abrangência e complexidade, além da necessidade de normas complementares a serem regulamentadas pela ANEEL, a Sociedade está avaliando os impactos desta nova regulamentação as operações de suas controladas.

c) Resolução ANEEL nº 166 de 13/07/2004 – RGE

A ANEEL determinou através da Resolução Homologatória nº 166, de 13 de julho de 2004, como parte do processo de aprovação da incorporação da DOC 3 Participações S.A. pela Rio Grande Energia S.A., as seguintes principais obrigações, deliberadas na Assembléia Geral Extraordinária de 04 de outubro de 2004, quando foi modificado o Estatuto Social da controlada RGE:

- aditamento ao Contrato de Concessão nº 13/97 para conter as exigências da Resolução Homologatória acima referida, com a tipificação de penalidades aplicáveis na hipótese do seu descumprimento, no percentual de até 2,00% (dois por cento) do faturamento da Companhia. O Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão foi assinado em 22 de novembro de 2004;
- adequação da curva de amortização do saldo do ágio aprovada na Assembléia Geral Extraordinária de 28 de junho de 2004, para a curva de amortização constante do Anexo I da Resolução nº 166 ;
- modificação das características das ações preferenciais emitidas pela Companhia, substituindo a previsão estatutária de resgate e pagamento de dividendos fixos e cumulativos para o recebimento de dividendos 10,00% (dez por cento) maior do que o atribuído às ações ordinárias, vinculados a existência de lucro, a serem distribuídos nos termos da legislação em vigor; e prioridade no reembolso do capital, em caso de liquidação;
- capitalização do saldo dos dividendos fixos declarados e não pagos, deduzido do “saldo positivo do fluxo financeiro”;
- os acionistas assumiram o compromisso de manter as contra-garantias mencionadas no item IV do art. 1º da Resolução, seja direta ou indiretamente, até a quitação total da operação junto ao *BankBoston*, na proporção das respectivas participações acionárias no capital social da RGE. Em cumprimento a este item, os controladores da RGE, CPFL Energia S.A. (na qualidade de controladora da CPFL Paulista) e Ipê Energia Ltda., assinaram, em 6 de outubro de 2004, Contrato de Prestação de Contra-Garantia, tornando-se garantidores finais de toda e qualquer obrigação, no que diz respeito à operação junto ao *BankBoston*. A garantia foi proporcional à participação dos controladores na RGE;
- adicionalmente, a ANEEL determinou, através desta Resolução, a elaboração do fluxo financeiro desta incorporação, até a amortização total da dívida junto ao *BankBoston*, visando garantir a neutralidade dos efeitos da incorporação, observando os seguintes procedimentos:
 - (i) computar como “entradas” os efetivos benefícios do imposto de renda e da contribuição social (IRPJ e CSLL), decorrentes da amortização do ágio e dos juros da dívida originária da incorporação, assim como os lucros que deixarem de ser distribuídos aos acionistas controladores, na forma de juros sobre o capital próprio ou dividendos;

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- (ii) computar como “saídas” os desembolsos para amortização do principal e encargos da dívida assumida em decorrência da incorporação, assim como os dividendos fixos, o resgate de ações preferenciais e o aumento de capital na Sul Geradora Participações S.A.;
- (iii) remunerar os saldos dos valores das “entradas” e “saídas” com base na taxa prevista para correção da dívida incorporada.

Em caso de apuração do fluxo financeiro negativo, os controladores da Companhia deverão aportar recursos em valor equivalente no prazo de 60 dias contados da data da realização da Assembléia Geral Ordinária, mantendo-se as mesmas participações dos acionistas minoritários. Os acionistas controladores poderão reter os dividendos a que fizerem jus, para fins de aporte do fluxo financeiro negativo. Caso o fluxo financeiro aponte saldo positivo, o mesmo será utilizado para eventual compensação em período subsequente. O saldo acumulado do fluxo financeiro em 31 de dezembro de 2004 encontra-se sob apuração.

A Resolução ANEEL nº 166 também determina a eliminação da participação da RGE no capital social da Sul Geradora Participações, até 16 de setembro de 2005, conforme prazo constante do art. 20 da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, em condições a serem submetidas à anuência prévia da ANEEL, de forma que não remanesça na concessionária quaisquer ônus ou obrigações relacionadas à referida subsidiária integral.

A CVM, através do Ofício CVM/SEP/GEA-1 nº 197, de 24 de maio de 2004, encaminhado a ANEEL, manifestou concordância com os termos apresentados, na oportunidade, em forma de minuta da referida Resolução da ANEEL publicada sob o nº 166 em 13 de julho de 2004.

d) Leilão de Compra e Venda de Energia (informação não examinada pelos auditores independentes)

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, por intermediação da ANEEL, realizou, em 07 de dezembro de 2004, o primeiro leilão de energia elétrica conforme determinação do Decreto nº 5.163 de 30 de julho de 2004, e Resolução Normativa nº 110, de 3 de novembro de 2004, da ANEEL, para as concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviço público de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional, para garantir o atendimento da totalidade de seu mercado.

As controladas da Sociedade, como concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica participaram do leilão na qualidade compradoras de energia e adquiriram energia através de contratos com período de suprimento de 08 anos e início em 2005, 2006 e 2007. A tabela abaixo demonstra os valores acumulados de energia e preço médio de compra dos referidos contratos para os anos de 2005, 2006 e 2007:

CPFL Paulista

	<u>2005</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>
Valor Adquirido no Leilão (MW médios)	112,761	296,222	318,206
Preço Médio (R\$/MWh) (*)	57,51	63,59	64,41
Média dos Contratos Iniciais em Janeiro de 2005 (R\$/MWh)	75,26	-	-

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

CPFL Piratininga

	2005	2006	2007
Valor Adquirido no Leilão (MW médios)	59,348	117,138	117,138
Preço Médio (R\$/MWh) (*)	57,51	62,35	62,35
Média dos Contratos Iniciais em Janeiro de 2005 (R\$/MWh)	87,81	-	-

(*) Preço Base = Janeiro/2005

A controlada RGE não participou dos Leilões de aquisição de energia.

Fornecedores de energia do leilão: CEEE, CEMIG, CESP, CHESF, COPEL GERAÇÃO, DUKE, ELETRONORTE, EMAE, ESCELSA, FURNAS, LIGHT e TRACTEBEL.

(35) EVENTO SUBSEQUENTE

Empréstimo BNDES – FINEM

Através das reuniões do Conselho de Administração da CPFL Paulista e da CPFL Piratininga, ambas realizadas em 02 de fevereiro de 2005, foram aprovadas aberturas de crédito para financiamento do BNDES mediante repasse nos valores de, respectivamente R\$ 240.856 e R\$ 89.382. Estes montantes correspondem a uma parcela significativa dos investimentos no programa de expansão e modernização do Sistema Elétrico (FINEM), para o período de 2004 a 2006. O início da liberação dos recursos está previsto para o primeiro semestre de 2005.

Empréstimo BID

Em 24 de janeiro de 2005, a ENERCAN firmou contrato de empréstimo, no montante de US\$ 75 milhões, com o BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, destinado ao financiamento do empreendimento Usina Hidrelétrica Campos Novos. A efetiva liberação dos recursos está prevista para o período compreendido entre os meses de março e julho de 2005. Além da variação cambial do real em relação ao dólar norte-americano, sobre essa operação incidirão encargos equivalentes: (i) à variação da LIBOR acrescida de 3,5% a.a., (ii) taxa de compromisso de 0,25% a.a. sobre eventual parcela não desembolsada e (iii) taxa inicial de US\$ 750 mil a ser descontada na primeira liberação. O prazo para liquidação é de 49 parcelas trimestrais com carência de 27 meses.

Adicionalmente, o contrato possui cláusulas do tipo *debt covenants* que incluem, também, a manutenção de determinados indicadores econômico-financeiros, sendo que a administração da ENERCAN manterá o credor informado periodicamente sobre o resultado da apuração desses índices.

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

ANEXO I
 Demonstrações dos Fluxos de Caixa
 Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2004 e de 2003
 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL				
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	278.919	(297.392)	278.919	(297.392)
AJUSTES PARA CONCILiar O LUCRO (PREJUÍZO) AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Participação de Acionistas não Controladores	-	-	21.170	874
Recomposição Tarifária Extraordinária	-	-	(171.475)	(179.499)
Provisão para Perdas na Realização da Recomposição Tarifária Extraordinária	-	-	32.250	-
Reajuste Tarifário 2003 e 2004	-	-	81.182	(13.798)
PIS/COFINS - Alteração de Legislação	-	-	(44.813)	-
Depreciação e Amortização	42.359	1.880	387.711	813.235
Provisão para Contingências	-	-	44.747	83.493
Juros e Atualizações Monetárias	(9.468)	-	108.849	(228.592)
Perdas (Ganhos) não realizados em Instrumentos Derivativos	20.112	-	56.706	246.321
Custo com Plano de Pensão	-	-	190.481	110.767
Equivalência Patrimonial	(477.060)	(14.683)	-	-
Perdas (Ganhos) com Mudança de Participação em Subsidiárias	(2.621)	-	(3.185)	(39.537)
Perdas (Ganhos) na Baixa de Ativo Permanente	-	-	5.135	(6.817)
Realização (Reconhecimento) de Créditos Fiscais	-	-	(46.755)	(18.914)
Subvenção de Baixa Renda	-	-	(36.522)	-
Outros	8.942	7.458	10.684	5.513
REDUÇÃO (AUMENTO) NOS ATIVOS OPERACIONAIS				
- Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	-	-	136.835	346.885
- Devedores Diversos	-	-	20.906	220.288
- Tributos a Compensar	(13.859)	(4.330)	59.365	(2.343)
- Estoques	-	-	355	521
- Diferimento de Custos Tarifários	-	-	16.171	(127.674)
- Depósitos Judiciais	-	-	(44.077)	(33.336)
- Outros Ativos Operacionais	484	3.181	12.315	(30.551)
AUMENTO (REDUÇÃO) NOS PASSIVOS OPERACIONAIS				
- Fornecedores	6.426	334	46.296	(187.411)
- Folha de Pagamento	-	-	641	(1.811)
- Tributos e Contribuições	4.177	-	(12.188)	198.836
- Coligadas, Controladas e Controladoras	58	(15)	-	(15)
- Diferimento de Ganhos Tarifários	-	-	7.935	112.430
- Taxas Regulamentares	-	-	25.987	(49.846)
- Outras Obrigações com Entidade Previdência Privada	-	-	(102.774)	(102.452)
- Encargos de Dívidas	(134.159)	-	6.413	108.829
- Outros Passivos	-	5	(4.921)	18.597
CAIXA ORIUNDO DE ATIVIDADES OPERACIONAIS	(275.690)	(303.562)	1.084.342	946.601
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
- Dividendos Recebidos	250.582	225.927	-	-
- Aquisições de Imobilizado	-	-	(605.716)	(564.382)
- Obrigações Especiais	-	-	31.798	48.440
- Adições ao Diferido	-	-	(3.459)	(15.696)
- Valor de Venda de Imobilizado	-	-	9.918	238.699
- Títulos e Valores Mobiliários	12.120	(12.120)	12.120	70.466
GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	262.702	213.807	(555.339)	(222.473)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
- Financiamentos e Debêntures	324.764	900.000	1.607.941	1.521.712
- Amortização de Principal de Empréstimo, Financiamentos e Debêntures	(931.110)	(1.757.727)	(2.225.548)	(3.236.525)
- Adições ao Diferido	-	(16.096)	(17.746)	(16.096)
- Dividendos Pagos	(124.825)	-	(135.187)	(28.445)
- Integralização de Capital	684.650	1.200.000	684.649	1.200.000
- Operações de Mútuo com Controladas e Coligadas	164.556	(155.246)	-	33.179
GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	118.035	170.931	(85.891)	(526.175)
AUMENTO NAS DISPONIBILIDADES	105.047	81.176	443.112	197.953
SALDO INICIAL DAS DISPONIBILIDADES	81.338	162	374.612	176.659
SALDO FINAL DAS DISPONIBILIDADES	186.385	81.338	817.724	374.612
INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES				
Tributos pagos	-	-	238.930	54.954
Juros pagos	252.720	333.389	689.284	899.983
Conversão da dívida da VBC para capital	-	-	-	350.000
	252.720	333.389	928.214	1.304.937

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

ANEXO II
Demonstrações dos Valores Adicionados
Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003
 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
1 - Receitas	2.621	-	9.475.812	8.062.876
1.1 - Venda de Energia Elétrica e Serviços	-	-	9.548.670	8.081.706
1.2 - Provisão para Devedores Duvidosos	-	-	(68.443)	(62.682)
1.3 - Não Operacional	2.621	-	(4.415)	43.852
2 - (-) Insumos	(31.865)	(18.343)	(4.647.775)	(3.855.863)
2.1 - Energia Comprada para Revenda	-	-	(4.225.332)	(3.465.714)
2.2 - Serviço de Terceiros	(16.200)	(6.736)	(247.812)	(220.494)
2.3 - Material	(68)	-	(41.881)	(34.293)
2.4 - Outros	(15.597)	(11.607)	(123.991)	(135.362)
2.5 - Custo do Serviço Prestado	-	-	(8.759)	-
3 - Valor Adicionado Bruto (1 + 2)	(29.244)	(18.343)	4.828.037	4.207.013
4 - Retenções	(42.359)	-	(340.453)	(811.428)
4.1 - Depreciação e Amortização	(42.359)	-	(329.870)	(446.587)
4.2 - Amortização - Ágio Incorporação	-	-	(10.583)	(364.841)
5 - Valor Adicionado Líquido Gerado (3 + 4)	(71.603)	(18.343)	4.487.584	3.395.585
6 - Valor adicionado Recebido em Transferência	532.120	28.000	445.461	520.204
6.1 - Resultado de Equivalência Patrimonial	477.060	14.683	-	-
6.2 - Participação de Acionistas não controladores	-	-	(21.170)	(874)
6.3 - Receitas Financeiras	55.060	13.317	466.631	521.078
7 - Valor adicionado a Distribuir (5 + 6)	460.517	9.657	4.933.045	3.915.789
8 - Distribuição do Valor Adicionado				
8.1 - Pessoal e Encargos	133	-	443.550	387.647
8.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	12.705	-	3.151.641	2.464.930
8.3 - Juros e Aluguéis	168.760	307.049	1.058.935	1.360.604
8.4 - Dividendos	264.973	-	264.973	-
8.5 - Lucros Retidos / Prejuízo do Exercício	13.946	(297.392)	13.946	(297.392)
	460.517	9.657	4.933.045	3.915.789

01866-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Wilson P. Ferreira Junior
Diretor Presidente

Reni Antonio da Silva
Diretor Vice-presidente de Estratégia e
Regulação

José Antonio de Almeida Filippo
Diretor Vice-presidente Financeiro
e de Relação com Investidores

Paulo Cezar CoelhoTavares
Diretor Vice-presidente de Gestão
Energia

Hélio Viana Pereira
Diretor Vice-presidente de Distribuição

Miguel Normando Abdalla Saad
Diretor Vice-presidente de Geração

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Carlos Ermírio de Moraes
Presidente

Joilson Rodrigues Ferreira
Vice-presidente

Conselheiros

Mário da Silveira Teixeira Júnior

Cid Alvim Lopes de Resende

Otávio Carneiro de Rezende

Luiz Maurício Leuzinger

Francisco Caprino Neto

Aloísio Macário Ferreira de Souza

Rosa Maria Said

Deli Soares Pereira

Susana Hanna Stíphan Jabra

Carlos Alberto Cardoso Moreira

DIRETORIA DE CONTABILIDADE

Antônio Carlos Bassalo
Diretor de Contabilidade
CRC 1SP085131/O-8

Sérgio Luiz Felice
Gerente de Contabilidade
CRC 1SP192767/O-6

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01866-0	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CPFL ENERGIA S.A.	3 - CNPJ 02.429.144/0001-93
---------------------------	---	--------------------------------

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO DFP	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLuíDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	2
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	3
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	4
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	5
04	01	DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS	6
05	01	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2004 A 31/12/2004	7
05	02	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2003 A 31/12/2003	8
05	03	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2002 A 31/12/2002	9
06	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO	10
06	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO	12
07	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO	14
08	01	DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS CONSOLIDADAS	16
09	01	PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA	18
10	01	RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	21
11	01	NOTAS EXPLICATIVAS	76/148